

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAPHAEL DE SOUSA MACHADO

**A CULTURA POLÍTICA DO CORONELISMO E SUAS REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS:
ARAGUARI/MG – 1930/1945**

**UBERLÂNDIA
2016**

RAPHAEL DE SOUSA MACHADO

**A CULTURA POLÍTICA DO CORONELISMO E SUAS REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS:
ARAGUARI/MG – 1930/1945**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em história, sob a orientação do Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu.

Linha de pesquisa: Política e Imaginário

Área de concentração: História Social

UBERLÂNDIA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M149c Machado, Raphael de Sousa, 1983-
2016 A cultura política do coronelismo e suas representações sociais :
Araguari/MG - 1930/1945 / Raphael de Sousa Machado. - 2016.
124 f. : il.

Orientador: Jean Luiz Neves Abreu.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Coronelismo -
Araguari (MG) - Teses. 4. Araguari (MG) - História - 1930-1945 - Teses.
I. Abreu, Jean Luiz Neves. II. Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

RAPHAEL DE SOUSA MACHADO

**A CULTURA POLÍTICA DO CORONELISMO E SUAS REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS:
ARAGUARI/MG – 1930/1945**

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Orientador) (UFU)

Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior (UFU)

Prof. Dr. Luiz Carlos do Carmo (UFG)

“A história é objeto de uma construção, que tem lugar não no tempo vazio e homogêneo, mas no repleto de atualidade”.

Walter Benjamin

A todos os meus professores.

AGRADECIMENTOS

À família: meu pai, Mario Roberto Machado, por sempre me conscientizar de que os estudos era o melhor caminho, e por me auxiliar, indiretamente, com tantos favores pessoais, nesta jornada que é o Mestrado. A minha mãe, por também sempre estimular e criar as devidas condições de estudo, sobretudo por estar sempre à disposição para ajudar de alguma forma. Aos meus irmãos, Ana Carolina de Sousa Machado, Murilo de Sousa Machado e Roberta de Sousa Machado, por sempre me ouvirem e apoiarem em todas as decisões. Aos meus familiares em geral, que de alguma maneira deram as suas contribuições. E a todos os amigos, obrigado por entenderem, às vezes, as inúmeras ausências nas festividades, em breve compensarei.

À minha esposa Juliana Ribeiro Silva, por sempre me apoiar e ter a “paciência” para ouvir e dar suas opiniões sobre a pesquisa, mesmo que a custo de muita “briga” intelectual. À minha sogra, Lia de Fátima Ribeiro e a minha cunhada Liana Ribeiro Silva pelos favores pessoais que possibilitaram me dedicar aos estudos.

Aos meus professores em geral da graduação que me proporcionaram uma base intelectual de muita qualidade, em especial a professora Christina Roquette Lopreato, minha orientadora na graduação. Aos meus professores do Mestrado, Jean Neves Abreu, Leandro, Jacy Seixas, e em especial o professor Antônio de Almeida, orientador que me ofereceu os devidos caminhos.

Às servidoras do Arquivo Público Municipal “Dr. Calil Porto”, obrigado pela disponibilidade, e com grande carinho à Cida, amiga e arquivista que me auxiliou sempre com os materiais necessários e boas conversas.

RESUMO

Este estudo tem como escopo apresentar as relações políticas no âmbito do fenômeno social denominado como “coronelismo”, a partir de suas disputas internas pelo poder, na cidade de Araguari-MG, entre 1930-1945, buscando explicitar as rupturas e as continuidades dessas relações, posteriormente, ao fim da chamada República Velha. A hipótese central perpassa pela ideia de que as mudanças ocorridas após a *Revolução de 1930*, como o crescimento demográfico, a urbanização e a industrialização, não desmontaram abruptamente o sistema coronelista, pois suas práticas permaneceram fincadas em bases muito sólidas, sobretudo na estrutura agrária existente no Brasil. Para tal entendimento será analisado o conceito de “coronelismo” na historiografia brasileira, e, também, conceitos correlatos a esse fenômeno social como o mandonismo, a cultura política, e o próprio conceito de política na historiografia, entre outros.

Palavras-chaves: história política; coronelismo; cultura política; Araguari.

ABSTRACT

This study aims to present the political relations within the ambit of the social phenomenon titled as “coronelismo”, from its inner disputes for power, in the city of Araguari-MG, between 1930-1945, seeking to point out the ruptures and the continuities of such relations, eventually, to the end of what it was called “Old Republic”. The core hypothesis crosses over the idea that the changes that took place after the *Revolution of 1930*, such as the demographic rise, the urbanization and industrialization, do not demonstrate abruptly the “coronelismo” system, once its practices linger embedded in very solid bases, however, within the agrarian structure in Brazil. For such understanding, the term “coronelismo” will be analyzed in the Brazilian historiography, additionally, correlative concepts to this social phenomenon such as “mandonismo”, the political culture and the own concept of politics in its historiography, among other things.

Keywords: political history; coronelismo; political culture; Araguari.

SUMÁRIO

Introdução

Da contemporaneidade política.....	11
------------------------------------	----

Capítulo I

O coronelismo numa abordagem historiográfica.....	26
1.1 – Conceituações do coronelismo na historiografia brasileira.....	32
1.2 – A <i>cultura política</i> do poder personalista.....	43

Capítulo II

Cultura política e disputa pelo poder em Araguari: o papel da imprensa.....	54
2.1 – A família Santos na busca pelo poder.....	55
2.2 – A desconstrução do adversário político.....	64
2.3 – As bases de construção e manutenção do poder local.....	82

Capítulo III

Teia de poderes – “ou bem se manda ou bem se pede”.....	88
3.1 – Da “fragilidade” do Município.....	93
3.2 – O clã Santos: “os donos do poder” – de coronel a doutor.....	109

Considerações finais	114
-----------------------------------	-----

Referências bibliográficas	118
---	-----

Anexos	123
---------------------	-----

INTRODUÇÃO

DA CONTEMPORANEIDADE POLÍTICA

A história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata da história política: suas variações são resultado tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político.

René Rémond

Como bem disse Certeau, nós sempre escrevemos sobre algo já escrito. Portanto, nesta pesquisa, o que mais será almejado, como na caça ao javali Emiranto por Hércules, será o entendimento de uma sociedade complexa, cheia de clivagens sociais, políticas e culturais. E que ao final, possamos concluir que foi uma sociedade que viveu e produziu uma história a contragosto do que um historiador positivista do século XIX desejaria aceitar, essencialmente contraditória. Malgrado o quiproquó que, aparentemente, as palavras anteriores possam parecer, a pesquisa em si, não pretende ser incoerente e observará o rigor acadêmico necessário. O que se coloca como contraditório poderia ser entendido como uma história em espiral, em detrimento de uma história linear. Os fatos por si mesmos não possuem um encaixe lógico como num quebra-cabeça da História.

Este trabalho tem como condição *sine qua non* o estudo da Política. Mas qual política? A política da primeira metade do século XX? A política atual? A política dos coronéis? A política local araguarina? Para cada pergunta haveria diversas possibilidades de respostas, assim, num viés acadêmico, a resposta mais contundente é de que esse estudo tentará responder, a cada uma delas, não necessariamente separadas mas diluídas entre si, de acordo com as nossas possibilidades como pesquisador.

Outro fator determinante para o desenrolar dessa empreitada são os dados atuais sobre a participação popular na política nacional. Enquanto do início do século passado até o final da sua primeira metade, havia uma participação ínfima da população no cenário político, hoje, os dados são surpreendentemente superiores a tal período. O que nos leva a concluir, de forma simplória que, se a participação política aumentou vertiginosamente, teríamos que ter um cenário político bem distinto daquele da primeira metade do século XX¹, período em que a participação popular era muito baixa.

Entretanto, o que se nota é que a população apesar de ter ampliado o seu protagonismo, como detentora de uma condição de escolha muito maior do que antes, isso não foi suficiente para dizer que a nossa “República Democrática” atingiu um grau de maturidade que satisfizesse a população brasileira. Pelo contrário, o que se pode constatar é que a confiança da nossa sociedade civil nos nossos políticos gerou uma

¹ Segundo o IBGE, em 1910, o corpo eleitoral total era de 1.155.146. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>> Acessado em: 10/10/2015. Já na última eleição presidencial, realizada em 2014, segundo o TSE tivemos um corpo eleitoral apto a votar de 142.822.046 eleitores. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>> Acesso em: 10/10/2015

substancial repugnância daquela sobre o interesse pela política, ou seja, as pessoas sabem que a política é determinante em suas vidas, mas não se interessam em entendê-la ou discuti-la em virtude dos políticos que a conduzem. Como bem apontou Amorim: “a coexistência de valores democráticos com práticas políticas tradicionais, que têm contribuído para o descrédito dos cidadãos em relação à política”².

Marcello Baquero, no seu artigo “Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo”, assim como Amorim, adverte para a descrença ou a falta de interesse do brasileiro pela política como resultado de um processo histórico mais amplo do que os problemas do presente, dessa forma, conclui o cientista político, “na essência, os brasileiros continuam a desacreditar nas instituições que constituem o pilar da democracia representativa”³.

Nesse mesmo caminho, quando se observa a presença de políticos como proprietários de meios de comunicação, ou de lideranças religiosas ligadas à política e aos meios de comunicação com formações de oligopólios midiáticos, não é possível concluir que o cenário político brasileiro avançou muito em relação às suas práticas do início do século passado até os dias atuais. Haja vista os diversos artigos e pesquisas que tratam do “coronelismo eletrônico” ou do “coronelismo religioso”⁴.

Neste trabalho uma das propostas é trazer à tona algumas questões sobre a política praticada no município de Araguari-MG, no período de 1930-1945, buscando aproximar as racionalidades e sentimentos que se imbricaram nesse espaço e tempo. O desafio é procurar compreender esse período de transição na política brasileira no âmbito deste município, que tem como um dos seus traços marcantes a chamada *Revolução de 1930*, que acarretou mudanças na política local, iniciando um processo de disputas nas relações de poder entre os grupos dominantes existentes no município.

Tomando como ponto de partida esta disputa pelo poder, procuraremos apreender quais foram os movimentos ou ações realizados por esses grupos para se sobressaírem uns sobre os outros, em busca do controle político. Ao longo desses 15 anos analisados mapeamos como se produziu e reproduziu a *cultura política*

² AMORIM, Maria Salete Souza de. Cultura política e estudos de poder local. In: *Revista Debates*. Porto Alegre: v.1, nº1, jul.-dez. 2007, p.99.

³ BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. In: *São Paulo em perspectiva*, 15 (4) 2001, p.98.

⁴ Cf. FIGUEREDO FILHO, Valdemar. *Coronelismo eletrônico evangélico*. 1ª ed. São Paulo: Publit, 2010, 236p. Cf. LIMA, Venício A. de. O coronelismo eletrônico evangélico. *Observatório da Imprensa*. 26 ago. 2008, ed. 500. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/o-coronelismo-eletronico-evangelico-13102/>> Acesso em: 15/09/2015

caracterizada por um mandonismo desmedido, pelo uso da força e da coerção, pelos coronéis da região, algo que era usual e comum ao restante do Brasil. Entretanto, mais do que isso, a nossa hipótese é a de que, embora o mando tenha se estabelecido em determinados momentos da história política araguarina na base da violência, na sua longa permanência na estrutura de Estado ele sofreu mutações, adotando, também, outras práticas, menos coercitivas e, portanto, mais complexas. Práticas essas que podem ser entendidas a partir do conceito de *cultura política*, que tem como definição inicial o “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento dos seus atores”⁵.

Uma questão que esteve presente durante todo o desenvolvimento desta pesquisa está associada à indagação se ainda existe pertinência historiográfica eleger o coronelismo como objeto de estudo. Em uma das inúmeras leituras realizadas ao longo do nosso percurso investigativo nos deparamos com o artigo intitulado *O coronelismo ainda é uma questão historiográfica?*⁶, de Maria de Lourdes M. Janotti. Embora esse artigo não tenha sido fator motivador para a escolha dessa temática, uma vez que somente o encontramos na fase final da escrita, ainda assim, a sua leitura e as diversas reflexões desenvolvidas a partir das análises das fontes, foram fatores determinantes para respondermos positivamente a tal questionamento.

Acreditamos que é pertinente pensar não somente o coronelismo, mas até mesmo o campo do político de forma mais ampla, no âmbito da “longa duração”, procurando identificar as mudanças, e, sobretudo, as continuidades que geraram o estágio atual da política brasileira. As análises de Janotti, embora desenvolvidas em fins dos anos de 1990, nos parecem plenamente atuais, porque além da interrogação levantada anteriormente, a autora apresenta, em poucas páginas, diversas outras interrogações sobre o campo do político, tendo sempre como ponto central a pertinência historiográfica do coronelismo como continuidade no processo histórico brasileiro, e não como algo que foi fruto de um passado que já chegou ao seu final. Pensamento que compartilhamos plenamente a partir das observações da política local.

⁵ CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSCHNIR, Karina. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: vol.13, 1999, p.227.

⁶ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O coronelismo ainda é uma questão historiográfica? In: *Anais do XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Belo Horizonte: junho de 2007.

Parte-se, inicialmente, da compreensão de que, após os anos de 1930, há um aumento da participação da cidadania no país com a ampliação de direitos eleitorais⁷, gerando entre os coronéis modificações nas suas práticas políticas, acompanhando, ainda que em parte, as alterações em curso para que não ficassem fora do jogo político. Dessa maneira, já não era mais possível que as classes dirigentes (dominantes⁸) utilizassem somente “métodos patrimonialistas”⁹ herdados do período colonial para fazerem política, pois passou a ser necessário, no pós-1930, novas bases para a manutenção do poder local, gerando assim, uma sofisticação no novo perfil do coronel.

Porém, nesse momento, se faz necessário uma ressalva que vamos analisar ao longo do texto. É claro na historiografia do mandonismo que o fim da chamada República Velha (1889-1930) não foi o fim abrupto do coronelismo e suas práticas como forma de mando. Percorrendo os autores clássicos que se debruçaram sobre o assunto a partir da década de 1940, é evidente que a estrutura de poder muda e consequentemente as relações políticas tiveram que acompanhar essa mudança. Todavia, ela não se processou da noite para o dia, repentinamente, mas sim, paulatinamente, acompanhando as mudanças estruturais, como bem apontou a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz:

Estes caracteres resultavam da organização social apoiada no latifúndio e no paternalismo (em que se transformara o anterior patriarcalismo); a Revolução de Outubro não fora produto de nenhuma mudança na estrutura social e econômica e sim de uma evolução; como evolução, guardava no seu seio, coexistentes,

⁷ Nas eleições presidenciais de 1930 houve uma participação de 5,7% da população total. Como se realizou um censo no ano de 1930, o número total da população fica entre os 30.700.000 do censo de 1920, e 41.100.000 do censo de 1940. A baixa participação popular nas eleições de 1930 se deveu em virtude dos critérios eleitorais que vigoravam naquele tempo como idade de 21 anos, homem, alfabetizado, etc., ainda assim era um índice alto comparado a períodos anteriores. Cf. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxhtml.shtm>> Acesso em: 10/11/2015.

⁸ O conceito de dominante, aqui, segue as linhas de Bourdieu, em que este utiliza o conceito de *campo social*, e que nesse *campo social* há dominantes, detentores de capitais, que disputam o poder dentro do campo político, e dominados, agentes que estão fora dessa disputa pelo poder, porém fazem parte e compõem o campo político.

⁹ Na definição de Faoro: “O sistema patrimonial, ao contrário dos direitos, privilégios e obrigações fixamente determinados do feudalismo, prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano. Mais um passo, e a categoria dos auxiliares do príncipe comporá uma nobreza própria, ao lado e, muitas vezes, superior à nobreza territorial. Outro passo ainda e os leigos, doutores e letrados, conservando os fumos aristocráticos, serão sepultados na vala comum dos funcionários, onde a vontade do soberano os ressuscita para as grandezas ou lhes vota o esquecimento aniquilador. A economia e a administração se conjugam para a conservação da estrutura, velando contra as forças desagregadoras, situadas na propriedade territorial, ansiosas de se emanciparem das rédeas tirânicas que lhes impedem a marcha desenvolvida.” FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2012, p.38.

tendências sobreviventes da Colônia. Assim, a passagem da solidariedade familiar à solidariedade de dependência, de elaboração mútua, não foi brusca e não acabou com o coronel, mas se processou graças à gradual adaptação deste a novas condições de vida¹⁰.

Em Araguari, por exemplo, a alcunha do termo coronel ainda perdurou por muito tempo nos jornais e no imaginário popular após a *Revolução de Outubro* liderada por Getúlio Vargas e seus aliados. Diante disso, algumas práticas coronelistas permaneceram idênticas ao período anterior, e outras novas surgiram dentro do novo sistema político. Em análise mais recente o historiador José Murilo de Carvalho, em estudos desenvolvidos em meados dos anos 90, procurou renovar o debate conceitual em torno do que havia até então sobre os termos políticos ligados ao poder local e o poder nacional. Para Carvalho, (...) *Há momentos (...) em que o acúmulo de pesquisas passa a ter rendimento decrescente porque as ideias começam a girar em roda, sem conseguir avançar devido a confusões ou imprecisões conceituais*¹¹. Mesmo que haja a divergências em algumas conceituações em relação à Carvalho, sobretudo na definição de “coronelismo” que será exposta mais adiante, no Capítulo I, a crítica apontada por ele tem muita relevância quando se percebe que não há inovações e avanços em décadas de pesquisa sobre a temática em questão. Isso talvez seja por conta das “imprecisões conceituais” assinaladas pelo autor.

Uma das propostas do nosso trabalho, seguindo essa linha argumentativa de Carvalho, mesmo que discordando de algumas abordagens do autor, parte da premissa de que há que se ter uma releitura desses pressupostos teóricos, conjugada a uma pesquisa empírica de lastro, desdobrando-se a partir de uma relação de construção teórica e empírica num trabalho que seja inovador de alguma forma. Em outras palavras, nos preocuparemos para que esse trabalho não seja um encaixe de conceitos em relação à pesquisa local, e que ela possa trazer à tona o que Araguari tinha de comum em relação aos conceitos gerais apresentados, e que por outro lado, fiquem claramente expostas suas especificidades locais.

Um dos problemas iniciais é o próprio uso conceitual do termo “coronelismo”, que pelo seu uso corrente em diversos estudos e presente também no imaginário social,

¹⁰ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia – 1889-1930*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

¹¹ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual. In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999, s/p.

já apresenta por si só algumas denotações mais gerais e comuns. Buscaremos ampliar, com a ajuda de diversos autores, essa noção mais trivial desse conceito. Iniciando essa conceituação com um autor contemporâneo, Francisco Pereira de Farias, o qual afirma que:

O coronelismo é, na realidade, um fenômeno híbrido: em parte pré-burguês (manifestação, no plano político, dos laços de servilismo do produtor com o dono dos meios de produção), em parte burguês (pressupõe a extensão do direito político a todos os membros da coletividade).¹²

Está é uma definição sofisticada e contemporânea do coronelismo na sua face mais econômica. Essa passagem, todavia, não abarca por completo a extensão que tal conceito alcança, mas por outro lado, abre caminho para o início da discussão a qual o texto se propõe, pois o termo coronelismo e suas implicações será melhor analisado no Capítulo I.

Na contemporaneidade, seja na conjuntura nacional ou internacional, *la Politique*, na sua forma tradicional, carece de prestígio e sabemos que isso não é um enigma indecifrável. No entanto, na perspectiva historiográfica, o campo da política está ganhando novo fôlego. A partir de meados da década de 80 do século XX, a historiografia política vem superando o embuste da *história dos tronos e das dominações* empregado pela escola Positivista desde o século XIX.

Depois de um longo período de desapego e distanciamento da história política, por parte de alguns historiadores, ela foi recuperada, ampliando e diversificando objetos e fontes a serem estudados, resultando, dessa forma, numa renovação e em novos olhares sobre ela. Todavia, embora o político nunca tenha deixado de estar presente em todos os âmbitos sociais, por um período se tornou secundário ou até mesmo dispensável para algumas correntes historiográficas, com a predominância de estudos voltados para o social, o cultural e o econômico¹³.

Esse suposto secundarismo pelo qual a política foi relegada, talvez seja fruto das preocupações dos historiadores que se viram impelidos pela conjuntura em que viviam, como foi o caso da *Escola dos Annales* que combateu, de certa maneira, a historiografia

¹² FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: nov. 2000, nº15, p.51.

¹³ RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, Réne (org). *Por uma história política*. 2ª ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

política que estava sendo feita, propondo uma *antropologia política histórica*¹⁴. Desse modo, a mudança para a retomada dos objetos políticos por diversos meios, por exemplo, a opinião pública¹⁵, discursos¹⁶ (televisivos, impressos, panfletários, literários...), documentos religiosos, processos eleitorais, etc., cada vez mais amplia e fundamenta uma nova historiografia política.

A pretensão aqui não é a de reivindicar a supremacia do político em relação aos demais domínios, mas de apontar a presença do político nesses diversos setores, que se relacionam e se constituem mutuamente. Dito de outra forma, neste trabalho a política será visualizada dentro de uma correlação de forças de indivíduos que são conduzidos por visões de mundo diferentes e com interesses divergentes, e que essas relações na maioria do tempo são relações desiguais no nível da troca, neste caso os coronéis em relação à sua parentela.

Esse novo olhar da historiografia política, que vem sendo desenvolvido desde 1990, é cunhado de *cultura política*. Termo que busca entender o político em bases amplas, levando em conta os conceitos tradicionais, de acordo com o estudo específico, porém, almejando avançar sobre esses conceitos com novos olhares sobre o político. Dessa forma, a historiografia política ao se apropriar do conceito de *cultura política*, procura dialogar fortemente com a sociologia, a psicologia, a antropologia, a linguística etc. Sendo assim, é uma abertura do espectro de possibilidades, que deve ser bem estruturado para que não se perca o controle, mas que é uma renovação necessária, haja vista as mudanças que a sociedade vem desenvolvendo nas últimas décadas e que a historiografia política deve acompanhar.

A partir da temática do mandonismo no período exposto (1930-1945), temos como objetivo geral deste estudo entender a relação *política, econômica e social* do universo araguarino com seus grupos dominantes e quais as consequências das disputas pelo poder local na vida da sociedade araguarina, perguntando como a sociedade araguarina reagiu às disputas e aos desmandos em vários momentos. Disputas essas que têm como centro os grupos dominantes economicamente, mas que se movimentavam e se relacionavam em todos os outros domínios sociais, seja na imprensa, na Igreja

¹⁴ Esta é uma expressão que foi denominada por Jacques Le Goff no prefácio de seu livro *A História Nova*. Cf.: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 8.

¹⁵ Cf.: BECKER, Jean-Noel. A Opinião Pública. In: *Por Uma História Política* (Org: Renè Rémond). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

¹⁶ Cf.: PROST, Antoine. As palavras. In: *Por Uma História Política* (Org: Renè Rémond). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Católica, nas disputas comerciais ou nas relações pessoais (casamentos, divórcios, brigas pessoais).

Dessa forma, fica claro que no período da Era Vargas (1930-1945), em herança da Primeira República (1889-1930), o domínio do político era um terreno de grandes interesses particulares, ou, na maioria das vezes, o Poder Público, em específico as Prefeituras, sobretudo no interior, era visto como um terreno de realizações de interesses privados. Isso só foi possível por conta de uma estrutura, de um sistema político montado em décadas anteriores a esse período, que foi moldado em âmbito nacional, estadual e municipal, pois um não conseguiria se perpetuar no poder por muito tempo sem o apoio do outro e vice-versa.

É nessas disputas econômicas e políticas que observamos como se dá a interferência e a intervenção de um campo sobre o outro (campos político e econômico). Característica que perdura ainda nesse início do século XXI, quer dizer, grupos dominantes com um poderio econômico que almejam o poder político para manter ou aumentar interesses econômicos¹⁷. Dessa forma, o exercício da política para a maioria dos grupos pesquisados, não é a realização dos interesses do bem comum, da coletividade, mas sim, garantias de interesses pessoais ou das alianças. Como nas práticas políticas observadas entre os grupos dominantes da cidade de Araguari, é uma *cultura política* antiaristotélica, termo empregado no sentido em que Aristóteles aponta a política como uma forma de se atingir o bem comum.

Uma das nossas variadas questões sobre o período era como o sistema coronelista, e não somente o “coronel”, às vezes interpretado como epifenômeno da estrutura, sustentava-se e adaptava-se às mudanças que visavam abalar suas estruturas em nome da modernização e do progresso. Diante disso, entendemos que uma parte importante foi o estabelecimento de uma *cultura política*, criada década após década, desde o século XIX, que se manteve arraigada na sociedade brasileira, e em Araguari especialmente, por muito tempo nas suas diversas variações e adaptações, inclusive com características que permanecem até o século XXI.

¹⁷ No caso araguarino tem-se o exemplo, em momento específico, de uma disputa entre os jornais pesquisados o *Araguary* e *O Triângulo*, para ver qual dos jornais seria utilizado como “veículo” oficial de publicidade da prefeitura. Sendo que esses jornais eram de propriedade de alguns envolvidos com a política local. Em 1933, por exemplo, *O Triângulo*, acionou o presidente do Estado de Minas Gerais para intervir porque eles haviam perdido a hasta pública (licitação), alegando ilegalidade pelo fato de terem oferecido um preço menor pela prestação do serviço e ainda assim não terem sido escolhidos pelo prefeito.

Desse modo, existia uma *cultura política* do coronelismo introjetada socialmente pelos *agentes sociais* dominantes, como apontou Bourdieu no seu conceito de *doxa*¹⁸, e não naturalmente como entende o senso comum. Ocorre, portanto, uma construção por diversos meios, no caso coronelista, dessa naturalização de que alguns fazem parte de uma elite política dominante e outros não, portanto o que resta é se “alimentar”, como dominado, dessa estrutura natural, que para o sociólogo francês não é natural e sim social. O objetivo é demonstrar como isso é edificado ao longo da estrutura coronelista, com suas práticas de servilismo, clientelismo e mandonismo.

Entretanto, na busca por trilhar o caminho proposto acima, nos deparamos com a dificuldade de interpretar como se deu a construção da consciência política da sociedade araguarina, nos anos de 1930, sobretudo em função da falta de sua fala nos veículos dominantes da época. Por isso, o caminho escolhido para entender essa consciência política foi o da leitura a contrapelo, metodologia que ajuda a fazer a análise a partir da linguagem dominante. Assim, o conceito de *cultura política* torna-se essencial para o entendimento do papel dos diversos grupos que jogam o jogo no campo político. Para Baquero, por exemplo,

(...) o que importa destacar é que a cultura política ocupa um lugar central no cotidiano dos indivíduos, podendo servir tanto para regular a transmissão de valores políticos, quanto para legitimar o funcionamento das instituições políticas. A forma como se constrói e se difunde essa cultura está diretamente relacionada a como se reproduzem os comportamentos, as normas e os valores políticos de determinada comunidade¹⁹.

Nesse sentido, quando se tem uma cultura política dirigida por uma elite de coronéis e seus agregados, e mesmo que seja possível as formas de resistência a esse sistema, nota-se um arcabouço de elementos que contribuíam para a permanência do coronelismo no cotidiano da sociedade araguarina, no sentido de difundir esses elementos culturais dominantes, tornando-os aparentemente naturais, quando na verdade

¹⁸ “A doxa é aquilo sobre o que todos os agentes estão de acordo. Bourdieu adota o conceito tanto na forma platônica – o oposto ao cientificamente estabelecido –, como na forma de Husserl (1950) de crença (que inclui a suposição, a conjectura e a certeza). A doxa contempla tudo aquilo que é admitido com “sendo assim mesmo”: os sistemas de classificação, o que é interessante ou não, o que é demandado ou não”. THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Boudieu: a teoria na prática. In: *RAP*. Rio de Janeiro: 40 (1), 27-55, jan.-fev. 2006, p.35.

¹⁹ BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática. Reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Oct./Dec. 2001. vol.15 nº4, p.102.

eles eram construídos a fim de manter a cultura política dos primeiros 30 anos da “República Velha”. Isso era possível devido ao controle estabelecido pelos grupos dominantes em diversos setores, sobretudo o controle da imprensa; o apoio à e da Igreja Católica, que tinha o papel de transmitir os valores da verdadeira família em matérias veiculadas nos jornais ao lado de reportagens das famílias dos coronéis; a adesão aos partidos tradicionais da velha República, como o Partido Republicano (PR); o clientelismo desenvolvido com serviços médicos, jurídicos, políticos e financeiros, haja vista que a família Santos, que é um dos grupos dominantes na pesquisa, possuía o coronel Marciano Santos, banqueiro, comerciante e fazendeiro, seus filhos, José Jeovah Santos, médico e fazendeiro, e Celso Santos, advogado e proprietário de jornal. Assim, a capacidade dessa família de realizar a tradicional política do favor era imensa.

Dessa forma, os valores políticos desse grupo eram difundidos por diversos canais e tornava-se o sustentáculo da cultura política coronelista que perdurou por um bom tempo na sociedade araguarina. Isso corrobora com as reflexões desenvolvidas por Motta (2009), quando afirma que,

Pode-se dizer que muitas das culturas políticas consistentes possuem ideologia, entendida como um sistema de ideias que constitui o seu cerne. Mas é importante não resumir uma coisa à outra, e perceber que a cultura política transcende e vai além da ideologia, ao mobilizar sentimentos (paixões, esperanças, medos), valores (moral, honra, solidariedade), representações (mitos, heróis) e ao evocar a fidelidade a tradições (família, nação, líderes)²⁰.

Todos esses elementos expostos na conceituação de Motta estão presentes no sistema coronelista, nos discursos analisados ao longo da pesquisa, assentados nos jornais, em panfletos e até processos criminais. É notável a mobilização dos sentimentos para construir e desconstruir o adversário político, no caso da disputa pelo poder entre os dois grupos dominantes. É explícita a busca pela difusão dos valores misturados às questões sentimentais, como o caso do processo de injúria movido ao final do mandato de José Jeovah Santos sobre aqueles que o acusavam de vários crimes, em que ele se utiliza da moral e da honra para se defender de tais acusações²¹.

A fidelidade às tradições é um dos elementos mais explorados pelo sistema coronelista, pois por meio dela se constrói a figura dos líderes, transforma-se o poder

²⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p.27

²¹ Tal processo será analisado no primeiro capítulo, nesse momento é uma abordagem exemplificativa.

econômico e político em liderança natural, “aquele que sempre luta pela municipalidade”, quer o bem comum para o município, ou o que Teresa Sales denominou de cidadania concedida, em que:

Os direitos básicos à vida, à liberdade individual, à justiça, à propriedade, ao trabalho; todos direitos civis, enfim, para o nosso homem livre e pobre que vivia na órbita do domínio territorial, eram direitos que lhe chegavam como uma dádiva do senhor de terras.²²

E, por fim, a família como elemento aglutinador e na qual se assenta a transmissão e manutenção do poder na estrutura coronelista.

No que diz respeito ao uso das fontes de pesquisa, como utilizaremos os jornais como principal elemento de consulta, consideramos essencial explicitar aqui o tratamento dispensado aos mesmos. Nesse aspecto, partimos da compreensão de que a imprensa significa uma “força social ativa”, nas palavras de Cruz e Peixoto²³, e, portanto, no caso do objeto em destaque, tornou-se parte integrante para se estudar o fenômeno do coronelismo, entendendo-a como elemento fundamental para a difusão dos seus valores (no caso de apoiarem tal sistema), e, também, como meio de resistência (no caso de ser oposição ao coronelismo). Pois, para essas autoras é

importante problematizar e superar pela análise **a ideologia da objetividade e da neutralidade da imprensa** que, construída historicamente, se nos confronta como um dado de realidade: a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele. Também não se trata de ir atrás de uma **representação do mundo que se articula fora do veículo e aí se clarifica**, ou mesmo, de buscar uma ideologia construída pela classe dominante e que aí ganha visibilidade²⁴. (grifo nosso)

Diante desse trecho citado, compartilhamos a ideia de que a imprensa carrega uma série de pressupostos para além de ser apenas a fonte de uma “realidade verdadeira” – como num lampejo positivista –, pelo contrário, ela carrega em si a visão de mundo de quem a faz, dessa forma ela é produtora e produto daqueles que a cercam. Ela não é mera transposição ideológica de um grupo, ela é também isso, e mais, funciona como uma “ferramenta” de construção de uma representação do mundo social

²² SALES, Teresa. *Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira*. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_02.htm Acesso em: 05/02/2015 s/p.

²³ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do R. da Cunha. *Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa*. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007, p.253.

²⁴ Ibid., p.258.

a qual está inserida e não dissociada. A imprensa é parte importante na construção da *memória*, e na produção de sentidos para o presente²⁵. São essas definições que serão levadas em consideração no trato com a imprensa ao longo deste trabalho.

Deste modo, se as fontes utilizadas aqui são basicamente construções de grupos dominantes em disputa pelo poder, temos que ter a acuidade de buscar os sentidos e as representações que eles queriam empregar. A imprensa será tratada como fonte e objeto ao mesmo tempo, dessa forma, ela não será meramente fonte subsidiária e secundária da construção do passado. Nessa perspectiva, Cruz e Peixoto destacaram muito bem o papel da imprensa no ofício do historiador.

(...) entre nós, já vai longe o tempo em que uma compreensão positivista das evidências descartava a imprensa como fonte “fidedigna” e a olhava com desconfiança questionando sobre sua parcialidade e engajamento. De há muito, acertamos que **o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos** e que todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um **lugar social** e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui²⁶. (grifo nosso)

Compactuamos com o pensamento das autoras, sobretudo com as expressões em destaque no trecho acima, no entanto, essas premissas apresentadas não são de uma singularidade notável hoje para nós historiadores, talvez para o grande público essa dualidade da objetividade e da subjetividade ainda seja arraigada de alguma verdade. Destarte, a narrativa será construída tendo o devido cuidado de trabalhar os dois jornais, escolhidos pelo historiador, para esta pesquisa, respeitando todas as premissas expostas acima. Entendendo, sobretudo, o papel da imprensa como lugar de memória e lugar de produção de sentido.

Sobre a imprensa como agente ativo na sociedade araguarina, em uma de suas reportagens o jornal *O Triângulo* manifesta claramente esse posicionamento nada imparcial, mesmo que em alguns momentos ele se proponha sê-lo, e que de acordo com a citação anterior de Maciel não deveria propor. Na reportagem com o título de *A imprensa e a revolução*, o jornal tem a seguinte posição:

²⁵ MACIEL, Laura Antunes. O popular na imprensa: linguagens e memórias. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. Anpuh-SP. São Paulo: 08 a 12 de setembro de 2008, p.1.

²⁶ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do R. da Cunha. *Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa*. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007, p.258.

A maior vítima da revolução victoriosa, no Brasil, tem sido, sem duvida, a imprensa independente. O attentado praticado contra o “Diario Carioca”, no Rio, o “Diario da Bahia”, em S. Salvador e muitos outros jornaes, cujos nomes não nos ocorrem no momento, attesta eloquentemente o espírito “liberal” dos heroes de outubro, guindados ao poder.²⁷ [sic]

Tendo como referência os pressupostos anteriormente anunciados, o trabalho está organizado da seguinte forma: o Capítulo I tem como objetivo responder a duas questões centrais: primeira, como foi possível a construção e a manutenção da estrutura de mando no âmbito do poder local?; e a segunda, como a população, aparentemente, “assistia” ao jogo desse tipo de fazer política? Assim, essas duas interrogações permeiam não somente este capítulo mas toda a pesquisa. No entanto, a proposta para essa parte da dissertação faz transparecer uma necessidade de respondê-las, o que será objetivado ao longo do capítulo. Um dos conceitos utilizados para dar algumas respostas a esses questionamentos é o de *cultura política*, conceito esse escolhido por conta da sua abrangência e flexibilidade, como bem caracterizou Berstein, segundo ele:

E se a cultura política responde melhor à sua expectativa é porque ela é, precisamente, não uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos²⁸.

Além do conceito de *cultura política*, será abordado como suporte a toda a pesquisa algumas definições do termo “coronelismo”, desde as clássicas como de Victor Nunes Leal e Maria Isaura Pereira de Queiroz, até os autores atuais que puderam fazer suas análises “bebendo” nos estudos clássicos como os citados, e dando suas contribuições para as possíveis renovações e atualizações do termo.

No Capítulo II, a proposta é apresentar a família Santos como um dos grupos centrais do estudo, pois observando as fontes identificamos nela os elementos do conceito de coronelismo a que a dissertação se assenta. Apresentamos, também, as trajetórias individuais do pai, Marciano Santos, e do filho José Jeovah Santos, como personagens importantes para a pesquisa. A partir daí passamos a tratar da ruptura revolucionária em 1930, que leva a mudança do cenário político em Araguari na

²⁷ *O Triângulo*. A imprensa e a revolução. Araguari, mai. 1932, nº127.

²⁸ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.350.

primeira metade desse decênio. Daremos destaque, sobretudo, para as disputas que são desencadeadas com as mudanças dos chefes locais em virtude do processo revolucionário. Nesse momento, construímos, teoricamente, que no cotidiano local se verificava, uma divisão de grupos que irão travar diversos embates pelo poder na cidade, essas divergências serão expostas em dois jornais que utilizamos como base do nosso estudo, *O Triângulo* e o *Araguary*, em que, claramente, o primeiro era aliado da família Santos, e o segundo ao grupo que vamos denominar de “memorialistas”.

Como estamos dando ênfase à família Santos no nosso trabalho, neste segundo capítulo buscaremos entender a projeção dessa família no cenário araguarino, da chegada do patriarca cel. Marciano Santos e seu irmão Samuel Santos, que também receberá a alcunha de coronel nos jornais locais, até a consolidação de sua rede de poderes, e sobretudo suas formas de ampliação e manutenção desses poderes nas figuras dos seus filhos José Jeovah Santos, Celso Santos e Olavo Santos.

Ainda neste capítulo, iremos desenvolver análises a partir de pesquisas realizadas junto às fontes jornalísticas locais entre 1930-1934, com destaque para os ataques ao prefeito, Mario da S. Pereira, desferidos no jornal *O Triângulo*, e, por outro lado, a sua defesa, veiculada pelo jornal *Araguary*. Tentaremos, a partir desse duelo ideológico e midiático, traçar um panorama político de Araguari nos primeiros anos da década de 1930, procurando detectar o que havia de permanente e duradouro na estrutura coronelista, supostamente desarticulada com a *Revolução*, e, também, se havia sinais que já apontavam para sua derrocada.

No Capítulo III, temos como caminho principal apontar algumas ideias de como foi possível o coronelismo se instalar no Brasil historicamente, e, principalmente, identificar como que as mudanças políticas e econômicas empreendidas por setores que queriam dismantelar a estrutura coronelista nos anos de 1930 não surtiram um efeito imediato, sendo necessário um tempo maior do que aquele defendido por alguns autores, que estabeleceram como marcos o fim da Primeira República e o início do governo Vargas. Contudo para falarmos no fim dessa estrutura é necessário discutir se, atualmente, ainda permanece algo desse passado recente na política brasileira. Para tal jornada, iremos relacionar a função do município dentro do sistema republicano no período histórico proposto.

CAPÍTULO I

O CORONELISMO NUMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA

Há uma busca de novas soluções mas os políticos continuam a não ter plena consciência de que, dada a variedade de situações, as mesmas soluções não servem para todos: os interesses locais ou os interesses privados continuam desempenhando o papel de funestos antolhos.

Maria Isaura Pereira de Queiroz

O estudo da política, na perspectiva historiográfica, passou por um processo de mudanças nas últimas décadas. Entre os fatores que estimularam essa necessidade de renovação, cabe destacar as duras críticas sofridas na primeira metade do século passado e o progressivo distanciamento dos historiadores desse tipo de narrativa, transformando-a quase num “sub-objeto” da História. A escola positivista, que teve na figura de Charles Seignobos um dos seus principais representantes, tornou-se alvo preferencial da Nova História francesa, cujos iniciadores March Bloch e Lucien Febvre²⁹, não pouparam críticas à chamada história *événementielle*, ou história “factual”³⁰.

Com a renovação historiográfica empreendida a partir da década de 1980, já com as críticas devidamente absorvidas por grande parte dos historiadores, os fenômenos políticos passaram a ser revalorizados como objeto de estudo da história. Esta reestruturação talvez tenha sido viável em razão do entendimento, por parte dos pesquisadores desse campo de estudos, de que a política está presente em diversas dimensões do real, e não restrita em si. Embora não seja onipresente, como querem alguns, em maior ou menor grau se manifesta em diversos âmbitos. Para Rémond³¹, a história política:

(...) aprendeu que se o político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, ele também tem relações com os outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social³².

²⁹ “A história historizante exige pouco. Muito pouco. Demasiadamente pouco a meu ver, e na opinião de muitos outros além de mim. É a nossa queixa, mas é uma queixa sólida. É a queixa daqueles para quem as ideias são uma necessidade.” Cf. FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, Lda. 1989, p.118.

³⁰ Em René Rémond, no ensaio intitulado “Uma história presente”, publicado no livro *Por uma história política*, organizado por ele e com artigos de outros historiadores franceses, o autor faz um balanço historiográfico da história política francesa, procurando analisar como que o objeto político passou de um *status* dominante no final do século XIX e início do XX (pela corrente positivista), para o “atraso acadêmico” ao qual foi relegado pelos *Annales*. E como a partir da passagem da “onda” econômica e social, a política volta a ser objeto de interesse dos historiadores, com novas abordagens teóricas e metodológicas, fruto da relação com outros campos do conhecimento como a linguística, a sociologia, a matemática, a psicologia etc. Cf. RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. 2ª ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.13-36.

³¹ O grande destaque ao pensamento de Rémond se deve pela sua referência mundial na renovação da historiografia política nas últimas décadas, sobretudo pelas contribuições na organização do livro *Por uma história política*. 2ª ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

³² RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. 2ª ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.35-36.

Partindo dessa compreensão, mesmo que o campo do político possa ser considerado uma “construção abstrata”, nas palavras de Rémond, ele não pode ser reduzido à esfera exclusiva da política. É intercambiável e está presente, em maior ou menor escala nos diversos “domínios” do real compondo a “prática social”. Ou, como defendeu o historiador francês, “(...) o campo do político não tem fronteiras fixas, e as tentativas de fechá-lo dentro de limites traçados para todo o sempre são inúteis”³³.

Nesses termos, no caso deste trabalho, ao optarmos por pesquisar o coronelismo as problemáticas levantadas foram além dos seus aspectos políticos. O olhar sobre esse objeto buscou enxergar outras dimensões desse fenômeno social, como o econômico, o social e o cultural. Fugindo de alguns lugares comuns, presentes em determinados estudos sobre o coronelismo, entre os desafios colocados para esta pesquisa conta o de aplicar ao objeto em análise o que o historiador francês Jacques Julliard apontou sobre as novas possibilidades de estudos da política:

Em primeiro lugar, porque não se ganharia nada em continuar a confundir as insuficiências de um método com os objetos a que se aplica. Ou bem existe, com efeito, uma natureza próprio dos fenômenos políticos, que os limita à categoria dos fatos – simples espuma das coisas, espuma que se pode deixar de lado sem prejuízo –; ou bem, ao contrário, **o político, como o econômico, o social, o cultural, o religioso, acomoda-se aos métodos mais diversos, inclusive os mais modernos e, nesse caso, é tempo de aplicá-los ao político.**³⁴ (grifos nossos)

Seguindo essas pistas apontadas por Julliard, e considerando o coronelismo um fenômeno essencialmente político, torna-se imperativo avançar nos seus estudos, incorporando, com os devidos cuidados, os novos suportes teóricos de outras áreas do conhecimento, como a ciência política e a antropologia política, desenvolvendo novas problemáticas e trilhando novos caminhos, em busca de revelar facetas desse fenômeno ainda pouco exploradas. Segundo o historiador citado, o problema não está no objeto do político, que provavelmente nunca deixará de ser relevante, e jamais será uma “simples espuma”³⁵. Portanto, o problema está fora do objeto da “política”, está na verdade em

³³ Ibidem, p.443

³⁴ JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História – novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p.181-182.

³⁵ Sobre essa ideia da superficialidade, Marieta de Moraes Ferreira tem um excelente apontamento, segundo ela, “(...) o importante não é aquilo que é manifesto, aquilo que se vê, mas o que está por trás do manifesto. Tudo o que é manifesto é ao mesmo tempo mais superficial.” Cf. FERREIRA, Marieta de

como estudá-lo de forma consistente e adequada às questões atuais, bem diferente da postura adotada tempos atrás por alguns pesquisadores que procuraram eliminá-lo do “cardápio” da historiografia.

Sobre essa relação interdisciplinar, necessária à dinamização do campo político, Julliard afirma que:

(...) a renovação da história política será feita – está sendo feita – em contato com a ciência política, disciplina ainda jovem e em estado experimental, mas em plena expansão, e cujas pesquisas o historiador não pode ignorar, assim como não se pode desinteressar das conquistas da economia política, da demografia, da linguística ou da psicanálise.³⁶

No Brasil, uma autora que fez um apanhado dos estudos políticos no país é Ângela de Castro Gomes. No artigo intitulado *Política: História, Ciência e Cultura*³⁷, ela analisa como o objeto político foi tratado pela historiografia brasileira na primeira metade do século XX, apontando a abordagem dos autores clássicos como Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, o impacto dos *Annales* na nossa historiografia, e por fim, analisando como se deu a “renovação” desses estudos da história política a partir da segunda metade do século, após a crise de paradigma sofrida em décadas anteriores. Sobre essas mudanças estruturais na historiografia política, Gomes aponta que:

A revitalização dos estudos de história política, ou o que tem sido chamado de o **“retorno” da história política, guarda relações profundas com as mudanças de orientações teóricas** que atingiram as ciências sociais de forma geral. Inúmeros autores situam o fenômeno como uma crise dos paradigmas estruturalistas então vigentes: o marxista, o funcionalista e também o de uma vertente da escola dos *Annales*. Esta crise, traduzida pela recusa de explicações determinísticas, metodologicamente quantitativistas e marcadas pela “presença” de atores coletivos abstratos, não localizáveis no tempo e no espaço, teria impactado o campo das ciências humanas forçando-as a rever suas ambições totalizadoras e suas explicações racionalistas/materialistas³⁸.

Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1992, vol.5, nº10, p.265.

³⁶ JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História – novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p.184.

³⁷ Cf. GOMES, Ângela de Castro. *Política: História, Ciência, Cultura etc.* In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996, v.9, nº17, p.59-84.

³⁸ *Ibidem*, p.63

A partir da análise da autora, um dos caminhos que levaram à revitalização dos estudos políticos está intimamente ligado aos balanços teóricos realizados em meados do século XX, que terá repercussão direta na pauta da historiografia política.

Para Vavy Pacheco Borges, que se incumbiu, assim como Gomes, de realizar uma análise historiográfica do político em meados dos anos 1990, o debate sobre o que se produzia de história política passava antes de tudo pela pergunta essencial: qual o “espaço do político” em meio à historiografia naquele momento? Dessa perspectiva ela concluiu que:

No momento historiográfico que vivemos, há uma grande aceitação da história como um conhecimento construído, como um discurso criador do passado; vivemos presentemente, como tem sido apontado de sobejo, uma crise dos paradigmas, um momento de rupturas historiográficas; a história é apresentada como que "em migalhas", Mas será que é possível deixar de haver uma referência à totalidade? E aí, **qual seria o espaço do político?**³⁹ (grifo nosso)

É notório que tanto no artigo citado de Gomes quanto no de Borges, presentes na Revista de Estudos Históricos (1996) a preocupação era de entender a historiografia brasileira naquele momento, mas tendo como questionamento central o papel do político no campo historiográfico⁴⁰. Isso porque, mesmo havendo, entre os historiadores a indagação sobre a importância da política na historiografia, constatou-se que 66,46%⁴¹ da produção geral tinha como campo a “história política”. Subentende-se então, a partir da constatação de Borges, que a “história política” não passava por uma crise de produção, pois os números mostravam o contrário. Para ela (...) *a discussão conceitual do que se entende por história política ou história do político está longe de estar feita e é bastante necessária, pois leva a uma discussão mais ampla*⁴². Dessa forma, o problema maior estava associado à conceituação do objeto político, e não em relação à produção (quantidade) voltada para esse campo. O conjunto de questões era de definição e de marcas teóricas no “pensamento político e social brasileiro”, ratificando o que foi proposto por Julliard no processo de renovação da historiografia política.

³⁹ BORGES, Vavy Pacheco. História política: totalidade e imaginário. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996. v.9, nº17, p.151-160.

⁴⁰ A título de esclarecimento, o tema da Revista de Estudos Históricos nº17 era “Historiografia”, e dos doze artigos presentes cinco apresentavam a palavra “política” já no título, ratificando o que as autoras se propuseram.

⁴¹ Dado retirado do artigo de Borges, 1996, p.153.

⁴² BORGES, Vavy Pacheco. História política: totalidade e imaginário. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996. v.9, nº17, p.153.

Rémond amplia a conceituação do que pode ser tratado como objeto do campo político para além das formas tradicionais de estudá-lo, como as instituições e os “grandes” personagens. Assim, o historiador francês define que:

(...) o político é uma das expressões mais altas da identidade coletiva: um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha. Sua relação com a política revela-o, da mesma forma que seus outros comportamentos coletivos⁴³.

Evidente que, controvertido como é o campo do político, o mesmo comporta também leituras bastantes divergentes, como as do autor francês, Jacques Julliard, que no mesmo período que Rémond, levanta a seguinte provocação:

A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; o seu objeto é o particular e, portanto, ignora a comparação; é narrativa, e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos, e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história *factual*.⁴⁴

Em tom claro de condenação, Julliard inicia seu artigo analisando todo aquele histórico de críticas tecidas à política na historiografia francesa em boa parte do século XX, como o fez Rémond no mesmo período, denotando-se a preocupação dos historiadores do político em justificar e explicar na França o real lugar da política na História a partir dos anos de 1980. O artigo de Julliard, assim como o de Rémond, no entanto, não têm o objetivo de reforçar o coro dos *Annales*, mas sim, o contrário. Após esse início de autocondenação, o historiador francês irá discorrer sobre a necessidade de mudanças sobre o olhar do objeto “política”, e apontar caminhos possíveis para tais inovações, dando ênfase à interdisciplinaridade, como já apontamos anteriormente em diálogo com outros autores. Para ele:

⁴³ RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, Réne (org). *Por uma história política*. 2ª ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.449-450.

⁴⁴ JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História – novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p.180-181.

Ocorre com frequência aos países em desenvolvimento tirar partido e força de seu atraso, seguindo logo para as técnicas as mais modernas, e deixando de lado as clássicas. O atraso da história política coloca-a em situação análoga e convida-a não somente a queimar etapas, mas a fazê-lo com a maior rapidez possível. Como Balandier, pensamos que a história política poderia representar, hoje, um papel de importância capital: instruída por uma longa hesitação no caos dos acontecimentos, ela poderia evitar ao conjunto dos historiadores a longa travessia do deserto sistêmico, trazendo-lhes, enfim, uma contribuição essencial à interpretação global da mudança⁴⁵.

Quando se quer dar o destaque para o estudo da política, não é o mesmo que querer sobrepujá-la em relação aos demais “comportamentos políticos”, como destacou Rémond, mas sim, apontar que aquele é tão significativo quanto os demais para o estudo de um povo, uma nação, uma cidade etc. E conseguir compreender esses comportamentos, passa pelo entendimento e compreensão da pluralidade desses elementos.

1.1 Conceituações do coronelismo na historiografia brasileira

No campo dos estudos políticos o *coronelismo* é um tema que suscita diversos debates, e gera diferentes conceituações. Sobre a temática existem os autores que podemos considerar clássicos, como Maria Isaura Pereira de Queiroz, Victor Nunes Leal, Raimundo Faoro, Roberto Cavalcanti Albuquerque e Marcos Vinícios Vilaça, Maria de Lourdes Monaco Janotti, entre outros⁴⁶. Nesses autores aparecem questões

⁴⁵ JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História – novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p.193.

⁴⁶ Em seu artigo publicado em 1975, *O coronelismo numa interpretação sociológica*, Queiroz, faz uma análise de tal fenômeno interpretando-o sobretudo como uma estrutura ou sistema, e não como um simples elemento político e econômico, e isso é o que mais chama a atenção levando em conta a data da sua publicação. No seu artigo a autora dialoga bastante com Jean Blondel, autor francês que se dedicou aos estudos do coronelismo nos anos de 1950-1960 na Paraíba. Cf. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. t. III, v. 8, p.172-212. Um autor unânime, pioneiro e presença certa nas pesquisas de mesma temática é Victor Nunes Leal, autor do renomado *Coronelismo, enxada e voto*, publicado pela primeira vez em 1949, a obra há tempos se tornou um cânone na historiografia política, nela Leal faz uma interpretação precisa da forma como o coronelismo atuava, mesmo estando tão próximo do contexto do seu objeto, dando ênfase na relação entre a estrutura econômica brasileira (predominantemente agrária) daquele período e suas representações políticas. Cf. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, 3ªed. Outro autor essencial para o entendimento da cultura política brasileira é Raimundo Faoro, escritor da obra clássica *Os donos do poder*, nela o jurista-historiador analisa a origem da nação brasileira no sua longa duração. Cf. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2012. Numa abordagem histórico-antropológica, a obra *Coronel, coronéis*, escrita a quatro mãos, pelos autores Marcos Vinícios Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque, apresenta num primeiro momento um panorama conceitual

conceituais que são de consenso entre a maioria, como por exemplo, a concentração fundiária e a fragilidade do poder municipal predominante no país, como pilares de sustentação da estrutura coronelista. Em contrapartida, são evidentes os posicionamentos teóricos conflitantes entre os autores citados anteriormente, e entre esses e outros autores que buscaram e ainda buscam ampliar a discussão sobre o tema. Entretanto, esses posicionamentos conflitantes não são necessariamente formas de pensar excludentes.

Uma das questões centrais que distancia, mas não exclui, alguns autores é o período de atuação do sistema coronelista: para autores como José Murilo de Carvalho, o coronelismo tem seu fim com o término da Primeira República. No entanto, para outros autores como Queiroz⁴⁷ e Leal, há continuidades e adaptações do coronelismo em vários momentos da história política brasileira.

Sobre a querela do fim ou não do coronelismo, o posicionamento teórico do historiador José M. de Carvalho apresenta uma mudança entre duas de suas publicações sobre o tema, o que é totalmente natural com o passar do tempo. Em uma primeira publicação, com o artigo *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*, publicado em 1995, ele sustenta que o coronelismo tem seu fim com a Revolução de 1930, fundamentando-se sobretudo nos escritos de Victor Nunes Leal, autor que em texto posterior a sua obra-prima *Coronelismo, enxada e voto*, reconhece a continuidade do coronelismo na política brasileira⁴⁸. Contudo, num segundo momento, com o artigo *Metamorfoses do coronel*, publicado no Jornal do Brasil em 2001, portanto num espaço de seis anos, Carvalho, não mais reafirma de forma categórica a posição defendida anteriormente, mas, em determinados trechos deixa em suspenso a continuidade do sistema coronelista dentro das suas possíveis adaptações. Como

do coronelismo, e, posteriormente, constrói perfis sociológicos de quatro coronéis do nordeste brasileiro. Cf. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de; VILAÇA, Marcos Vinícios. *Coronel, coronéis. Apogeu e declínio no Nordeste*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Como ponto de partida para o estudo do coronelismo indicaria a autora Maria de Lourdes M. Janotti, com seu artigo *O coronelismo ainda é uma questão historiográfica?*, publicado em 1997, nele a historiadora faz um balanço, a partir do título provocativo, da permanência da estrutura coronelística que perdurou, de diferentes formas nas diversas regiões do país, mesmo após a Revolução de 1930, e que supostamente foi instaurada para mudar a ordem social e política da Primeira República. Cf. JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O coronelismo ainda é uma questão historiográfica? *Anais do XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Belo Horizonte, junho de 2007, p.505-516.

⁴⁷ Para a socióloga, “A Revolução de 1930, que se realizou graças à adesão dos velhos coronéis e que, depois de instalada, se inaugurou chamando a si o apoio dos que ainda estavam de fora, prova que o coronel no Brasil ainda não se tinha fechado.” Cf. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p.155.

⁴⁸ Essa “reformulação” de pensamento em Leal encontra-se em um pequeno artigo de revista. Cf. LEAL, Victor Nunes. O coronelismo e o coronelismo de cada um. In: *Dados*. 1980: vol. 23, nº 1, p.11-14.

apontou nessa passagem: (...) *surgiu o novo coronel, metamorfose do antigo, que vive da sobrevivência de traços, práticas e valores remanescentes dos velhos tempos*⁴⁹, afirmando, então, a capacidade de se adequar do novo coronel. Esse tipo de análise não se verifica no seu primeiro artigo. O autor já no seu segundo texto avança ainda mais, situando um possível neocoronelismo no século XXI, haja vista seus apontamentos em relação ao momento da sua escrita, em 2001, no qual reconhece a atualidade do coronelismo. Segundo Carvalho:

O coronel de hoje não vive num sistema coronelista que envolvia os três níveis de governo, não derruba governadores, não tem seu poder baseado na posse da terra e no controle da população rural. Mas **mantém do antigo coronel** a arrogância e a prepotência no trato com os adversários, a inadaptação às regras da convivência democrática, a convicção de estar acima da lei, a incapacidade de distinguir o público do privado, o uso do poder para conseguir empregos, contratos, financiamentos, subsídios e outros favores para enriquecimento próprio e da parentela⁵⁰. (grifos nossos)

É necessário que não se cometa o equívoco teórico de afirmar, diferentemente do que expôs Carvalho, que o coronel da Primeira República se manteve posteriormente a esse período com suas características originais, pelo contrário, o que o autor sustenta, e compactuamos com ele nesse aspecto, é que houve adaptações para a sobrevivência do coronel. Todavia, o autor mantém a tese de que o “sistema coronelista” chegara ao seu fim com o governo Vargas.

Trazendo essa reflexão para o objeto em análise nesta pesquisa, o que se observa no município de Araguari, nesse período, é uma manutenção dessa estrutura, talvez com formas de atuação na relação entre Município, Estado e União em outras bases, pelas imposições que foram ditadas hierarquicamente com o Governo Provisório (1930-1934) e o Estado Novo (1937-1945), não muito distintas da Primeira República. Entretanto, isso não significou o seu fim.

Sobre a manutenção da relação entre o poder regional (estados) e o poder local (municípios), no jornal *O Triângulo*, em abril de 1933, publicou-se uma reportagem intitulada *Novos rumos nos destinos de Araguari*, dando destaque a viagem do cel.

⁴⁹ CARVALHO, José Murilo de. As metamorfoses do coronel. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 06 mai. 2001. Disponível em: <[HTTP://www.ppghis.ifcs.ufjf.br/media/carvalho/metamorfoses_coronel.pdf](http://www.ppghis.ifcs.ufjf.br/media/carvalho/metamorfoses_coronel.pdf)> Acesso em: 05/07/2015

⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. As metamorfoses do coronel. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 06 mai. 2001. Disponível em: <[HTTP://www.ppghis.ifcs.ufjf.br/media/carvalho/metamorfoses_coronel.pdf](http://www.ppghis.ifcs.ufjf.br/media/carvalho/metamorfoses_coronel.pdf)> Acesso em: 05/07/2015

Marciano Santos à capital Belo Horizonte, sendo que ele nesse momento era oposição na cidade, não possuía nenhum cargo político, além da sua filiação partidária, ainda sim, o que mais chama a atenção é como o jornal trabalha no campo discursivo para fazer a ligação entre o coronel e os políticos estaduais que chegaram, aparentemente juntos com ele de Belo Horizonte, como destacou *O Triângulo*, no subtítulo da matéria:

Chegada do cel. Marciano Santos da Capital Mineira. A extraordinária recepção de que foi alvo. Vinda do Sr. Cel. Osorio Dias Maciel e dr. Antonio de Paula Camara para **um acordo na política de Araguay**. A unificação dos partidos locais. A benéfica e patriótica actuação do cel. Osorio Dias Maciel, representante do Sr. Presidente Olegario Dias Maciel⁵¹. [sic] (grifos nossos)

No destaque dado ao subtítulo nota-se a relação citada anteriormente entre o poder regional e o poder local⁵², denotando que as relações de reciprocidade e de acordos políticos ainda se mantiveram, pois como consequência dessa passagem dos políticos estaduais à cidade será realizado um acordo político de extrema relevância para Araguari, assunto que será analisado posteriormente com um maior detalhamento.

Para autores mais recentes como Janotti, Monalisa Lima Torres, Cláudio Pereira Elmir, Fernando da Rocha Rodrigues, André Luís Machado Galvão, dentre outros, a permanência do poder dos coronéis em momentos posteriores ao fim da Primeira República é indiscutível⁵³. Como bem apontou Janotti:

O coronelismo demonstra, portanto, ter uma estrutura bastante plástica, adaptando-se a sucessivos momentos históricos. Dessa forma o poder local não se enfraquece com a mesma intensidade em todo o país. Ele se mantém, sob nova roupagem, ou se extingue nas áreas de maior concentração urbana, persistindo, nos mesmos moldes, em regiões de economia tradicional. Nesse sentido, a Revolução de 30 apenas representa um momento em que se dá um novo pacto social, no qual as oligarquias não estão ausentes⁵⁴.

Para compreender essas diferentes abordagens é necessário um debate teórico sobre esses autores. Para Queiroz, tem que se ter o cuidado de não se definir um perfil

⁵¹ Novos rumos nos destinos de Araguay. *O Triângulo*. Araguay, 30 de abril de 1933. Ano IV, nº178. s/p

⁵² A matéria na íntegra será analisada posteriormente no Capítulo II.

⁵³ A utilização do termo “indiscutível” é pelo fato desses autores terem suas pesquisas centradas em períodos posteriores a Primeira República, e apresentarem elementos que sustentem essa prerrogativa de continuidade.

⁵⁴ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O coronelismo ainda é uma questão historiográfica? *Anais do XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Belo Horizonte, junho de 2007, p.514.

único de coronel dentro de uma estrutura que permite a pecha de tal honraria, pois essa mesma terminologia pode apresentar características distintas se considerarmos situações específicas com natureza igualmente distintas.

Desse modo, o interior de Minas Gerais nos anos de 1930, provavelmente não apresentava as mesmas condições que o interior do Nordeste no mesmo período, por conseguinte, não se pode afirmar que existia “um” perfil de coronel nos anos de 1930 no país, ou seja, para cada localidade apresentavam-se coronéis com semelhanças e diferenças exclusivas de cada lugar. Em Albuquerque e Vilaça tem-se uma definição de coronel na qual é possível notar a complexidade ao tentar definir o termo:

Ora, o coronel, muito mais que médico, bacharel ou padre enxertados no interior pelas faculdades e seminários, **é produto de seu meio e de seu tempo**. Ele é geralmente capaz de se utilizar, com maestria, de todos os recursos da linguagem e de toda a força dos valores criados e desenvolvidos pela sociedade matuta. Capaz de expressá-los até proverbialmente, definindo-lhe a sabedoria. Sagaz; não raro excepcionalmente inteligente e com **sensibilidade social desenvolvida**; mais amplo de horizontes e de experiências e, ao mesmo tempo, intimamente ligado a seu mundo; acima de tudo, poderoso, **é natural que a conversa, observações, interpretações e desabafos do coronel ecoem ao redor, repitam-se de boca em boca, façam escola.**⁵⁵ (grifos nossos)

Analisando o trecho de Albuquerque e Vilaça para a definição de “coronel”, algumas questões se sobressaem: no primeiro trecho grifado os autores chamam a atenção para a historicização do *agente social*⁵⁶ “coronel”, dando a ele uma periodização específica na história brasileira (no livro “Coronel, coronéis. Apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste”, os autores trabalham com uma perspectiva mais relativista sobre o início e o fim do coronelismo), e ainda mais, quando utilizam o termo “coronel” como resultado do *meio*, dão a noção, já apontada, de que esse *agente social* é variável no espaço, sem perfil e comportamento único. Dessa forma, a definição desses autores ultrapassa muito a linha do senso comum do tradicional perfil do coronel.

⁵⁵ ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de; VILAÇA, Marcos Vinícios. *Coronel, coronéis. Apogeu e declínio no Nordeste*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.57.

⁵⁶ “Os “sujeitos” são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um *senso prático* (...), de um sistema adquirido de referências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada”. Cf. BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas/SP: Papirus, 1996, p.42.

No segundo trecho grifado, nota-se o apontamento para a relação do “coronel”, personagem político, com “seu povo”, e a sua capacidade de realização das ansiedades e necessidades desse “povo”, inerente à estrutura de poder no período em que o coronelismo era predominante⁵⁷. Com isso, o termo “sensibilidade”, utilizado pelos autores sai do campo da racionalidade e do que pode ser apreendido pela ciência histórica de forma empírica, e entra no campo do imaginário social e político, denotando que o estudo do “coronel” tem que ser entendido de uma forma mais complexa do que o senso comum aponta, e que os autores chamam de “coronel-coronel”. Este,

(...) é definitivamente o cabra-macho: macho para com as fêmeas, mulheres suas – muitas vezes, mais de uma ao mesmo tempo –, que lhe deixam prole de filhos tanto legítima quanto ilegítima; macho também pela brabeza: brabeza de matar, de mandar matar, dar surras; valentia para desafiar cangaceiros ou mesmo a polícia. Dessa fama de cabra-macho muitos deles se vangloriavam (...)⁵⁸.

Este perfil é um dos tipos encontrados no Brasil afora, e que talvez tenha entrado em processo de decadência após a *Revolução*, mais situado no período da Primeira República e no interior das diversas regiões do país com a predominância de uma estrutura agrária e *pré-capitalista*, nas palavras de Oliveira Vianna⁵⁹. Para além desse perfil tradicional existiram outros “coronéis” com outras facetas como o “coronel-médico”, o “coronel-advogado”, o “coronel-religioso” etc.

No último trecho grifado, os autores Albuquerque e Vilaça demonstram o poder que o “coronel” detinha de transformar aquilo que lhe interessava num pensamento dominante, facilitando assim, a sua dominação. Um dos meios utilizados pelos coronéis para consolidar essa dominação, especialmente em Araguari, foi a imprensa escrita.

⁵⁷ Sobre essa relação entre o coronel-provedor e o povo que busca a satisfação de suas necessidades nesse coronel em substituição ao poder municipal, Teresa Sales desenvolveu excelente artigo sobre a *cultura da dívida*, em que a autora aponta que: “O pedir, para além do obedecer, que faz parte do cerne da cultura política da dívida, implica necessariamente um provedor forte. Ao lado do legado escravista, esse provedor forte, a respeito do qual há um consenso entre os vários autores que se debruçaram sobre nossa herança colonial, foi o domínio territorial. Seja ele expresso como sesmaria, como latifúndio escravocrata ou como grande propriedade, o aspecto que aqui quero resgatar é o de domínio rural ou domínio territorial, ou seja, o que implica a contrapartida do favor, da dívida, do mando e subserviência”. Cf. SALES, Teresa. *Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira*. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_02.htm> Acessado em: 05/02/2015 s/p

⁵⁸ ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de; VILAÇA, Marcos Vinícios. *Coronel, coronéis. Apogeu e declínio no Nordeste*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.59.

⁵⁹ Expressão utilizada por Vianna para analisar o espírito das nossas populações regionais na primeira metade do século XX. Cf. VIANNA, Oliveira. *História social da economia capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Itatiaia/UFF, 1987.

Essa plataforma de pensamento detinha um papel primordial para a construção de uma cultura política coronelista, que apresentava então o papel de uma imprensa com caráter ativo, e não simplesmente como fonte de divulgação de informação.

Desse modo, os jornais devem ser interpretados com dupla atuação: uma em que eles são conduzidos por agentes sociais que estão inseridos em um contexto específico, portanto arraigados de suas subjetividades e afetados por estruturas objetivas; e outra em que eles são produtores de discursos com objetivos variados, mas que, no entanto, não podem ser controladores desses mesmos discursos durante sua circulação e recepção, relacionando-os principalmente com a questão da opinião pública⁶⁰. Sobre essa falta de controle sobre o discurso Certeau aponta que:

São frases imprevisíveis num lugar ordenado pelas técnicas organizadoras de sistemas. Embora tenham como material os vocabulários das línguas recebidas (o vocabulário da TV, o do jornal, o do supermercado ou das disposições urbanísticas), embora fiquem enquadradas por sintaxes prescritas (modos temporais dos horários, organizações paradigmáticas dos lugares etc.) essas “trilhas” continuam heterogêneas aos sistemas onde se infiltram e onde esboçam as astúcias de interesses e de desejos diferentes. **Elas circulam**, vão e vêm, saem da linha e derivam num relevo imposto, ondulações espumantes de um mar que se insinua entre os rochedos e os dédalos de uma ordem estabelecida.⁶¹ (grifos nossos)

Nesse sentido, a imprensa se constitui como elemento essencial para o entendimento do funcionamento do coronelismo, tendo em vista o seu papel de construir e desconstruir cenários e ambientes dentro daquela estrutura de relações de poder. Por isso, neste trabalho, analisamos sua atuação, não no sentido puro e simples de manipulação da opinião pública o que até pode ocorrer dentro de situações específicas. Porém, não é nesse aspecto que queremos destacar, mas sim, pensando os jornais como parte do jogo de poder travado no município. Ou seja, entendendo-os não como simples veículos de informação, e sim como empresas que possuem diversas finalidades que vão além da sua atividade fim, como chamou atenção Jean-Noel Jeanneney.

⁶⁰ Sobre o estudo específico do tema *opinião pública* sugerimos o artigo de Jean-Jacques Becker. Cf. BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. 2ª ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.185-211.

⁶¹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p.97.

[...] o estudo das relações de poder, conflitantes ou convergentes, entre os meios de comunicação e o Estado, entre os meios de comunicação e a nação como um todo, não deve se furtar a considerar as instituições de comunicação em si mesmas. A história política sabe hoje melhor que outrora o partido que pode tirar do estudo de pequenas comunidades não políticas: como renunciar ao estudo do poder *no interior* dessas empresas?⁶² (grifos do autor)

Uma das observações mais claras sobre o poder de criação de consenso por parte dos jornais, era a capacidade do coronel de se tornar “naturalmente” a figura central do poder municipal, o que Bourdieu apontaria como construção social. Ninguém estava acima do coronel⁶³ na cidade, no máximo, os rivais se equiparavam em capacidade de liderança. Em Victor Nunes Leal temos uma definição mais ampla do coronel como “peça” importante da estrutura coronelista.

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de *votos de cabresto*. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua **privilegiada situação econômica e social de dono de terras**. Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como que **resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais**. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com a sua ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas⁶⁴. (grifo em itálico do autor, em negrito nosso)

Na citação acima Leal ratifica a origem do poder político do coronel que se assenta em uma base econômica latifundiária, – ideia que é consenso à maioria dos pesquisadores do coronelismo – e apresenta uma análise que é mais complexa do que a anterior, mas tão importante quanto a primeira, que diz respeito à personalização de algumas instituições na figura do coronel. Esse talvez seja um dos maiores entraves para se entender o coronelismo no Brasil, pois, muitas vezes, se faz uma simplificação do

⁶² JEANNENEY, Jean-Noel. A mídia. In: RÉMOND, Réne (org). *Por uma história política*. 2ª ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.224.

⁶³ Para esclarecimento, em Araguari não se apresentava um único “coronel”, havia esta denominação para vários agentes na cidade, mas escolhemos aqueles que tiveram uma participação mais destacada na política local e regional, e suas participações serão mais aprofundadas nos Capítulos II e III.

⁶⁴ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.42.

papel do coronel e da sua manutenção no poder naquele período, e leva a concluir que o fim desse sistema se deu com o desenvolvimento das instituições citadas por Leal. De fato, o processo de amadurecimento dessas instituições contribuiu para a decadência da estrutura coronelística, entretanto, não foi o único fator. Em Queiroz essa complexidade é ressaltada da seguinte forma:

Não foi, pois, um único fator que desencadeou o processo de decadência da estrutura coronelística e sim uma conjugação de vários fatores, que agiram com maior ou menor intensidade nas diversas regiões do país. Crescimento demográfico, urbanização, industrialização constituem processos que se desenvolvem de maneira acelerada ou não, conforme o momento histórico ou conforme a região em que têm lugar⁶⁵.

O processo de decadência desse sistema será melhor analisado posteriormente no Capítulo III. Por ora é necessário explicitar algumas definições do coronelismo de caráter historiográfico e sociológico, entendido de antemão como um sistema ou uma estrutura permeada por diversas “peças”, com funções distintas, para que esta funcione adequadamente como numa “engrenagem”. Esta “engrenagem”, contudo, não está sendo colocada com um funcionamento harmonioso, uma vez que, como exposto anteriormente, o campo do político (com o coronelismo em especial) se fundamenta numa disputa interna de muita tensão, tanto entre quem disputa seu controle, quanto entre quem supostamente está “fora desse jogo”.

Dessa forma, quando se explicita o “coronel” com seus inúmeros perfis, como foi apresentado previamente, o intuito não é de definir o conceito de “coronel” como sinônimo de coronelismo, pelo contrário, o coronel é uma das “peças” para o entendimento de uma engrenagem maior que é o sistema coronelístico.

Tem-se também como parte integrante desse sistema a imprensa, os partidos, a opinião pública, a estrutura de poder, a estrutura econômica, a cultura política etc., portanto, o entendimento da relação entre esses diversos campos possibilitará a compreensão maior da complexidade que é o estudo do coronelismo. Entendendo, sobretudo, que esse sistema, para ser melhor analisado, tem que ser pensado além de uma simples forma de dominação política e econômica em que o país viveu em determinado momento. Dessa maneira poderá haver uma evolução conceitual sobre o

⁶⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia – 1889-1930*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.208.

tema, como propôs José Murilo de Carvalho, ao questionar o fato de existir simples reproduções conceituais e não os necessários avanços.

Apesar de publicado em 1949, o livro de Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, apresentou algumas definições do coronelismo que não só são ainda relevantes como se tornaram clássicas, porém, passíveis de serem ainda mais abrangentes, respeitando-se, obviamente a historicidade do conceito elaborado pelo eminente jurista. Para ele:

(...) o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à **nossa estrutura agrária**, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil⁶⁶. (grifos nossos)

Leal, na sua análise sociológica, inicia o debate, colocando o coronelismo como objeto central, sobre as consequências de se ter uma estrutura agrária predominante no país naquele momento, o que Farias, posteriormente, denominou de *relações de produção pré-capitalistas*⁶⁷, e Sérgio B. de Holanda de *ruralismo*⁶⁸. Todavia, se encarada a estrutura agrária ou as *relações de produção pré-capitalistas*, de forma simplista, tanto em Leal quanto em Farias, pode-se inferir, apressadamente, que a mera superação dessa estrutura ou dessas relações levaria naturalmente à suplantação do coronelismo, o que não corresponde com a realidade brasileira. Em Farias, que segue uma linha teórica semelhante à Leal,

⁶⁶ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.42

⁶⁷ Levando em consideração que Farias escreve seu artigo em 2000, utilizar o termo “pré-capitalismo”, não apresenta necessariamente uma novidade conceitual para analisar os anos de 1930 no Brasil, esse é um conceito largamente utilizado por Oliveira Vianna, por exemplo, em obras como *Populações Meridionais do Brasil* e *História Social da Economia Capitalista no Brasil*, seu último livro. Os dois autores, no entanto, farão abordagens diferentes por se tratar de objetos específicos, Farias tem como objeto a democracia e seus elementos correlatos num Brasil mais atual, por outro lado, Vianna, que escreve em outro contexto, primeira metade do século XX, trava um diálogo com Freyre e Holanda, de uma história do Brasil mais alargada, da herança colonial portuguesa até o início da República. Cf. FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. In: *Revista de Sociologia e Política*. Nº15, nov. de 2000, p.49-65. Cf. VIANNA, Oliveira. *História social da economia capitalista no Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia/UFF, 1987. Cf. VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005, v.27.

⁶⁸ “Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. (...) Se (...) não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais”. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.73.

(...) a condição sócio-econômica da prática coronelista é a existência, no campo, de uma **estrutura pré-capitalista**, em que as relações de produção se expressam como relações de *dominação e dependência pessoal*. A relação pessoal de dominação e dependência, presente em estruturas econômicas pré-capitalistas como a *parceria* ou o *arrendamento*, implica a apropriação do sobretrabalho sob a forma extra-econômica de uma contraprestação pessoal do trabalhador ao proprietário pela cessão de uso da terra.⁶⁹ (grifos nossos)

São definições, tanto de Leal quanto de Farias, mais ligadas ao coronelismo da Primeira República, momento em que as oligarquias, que são deturpações das aristocracias na visão aristotélica⁷⁰, possuíam um domínio amplo na política regional, sobretudo pela utilização do poder local dentro daquela rede de reciprocidade, já apresentada anteriormente. Ainda assim, mesmo com um novo estado de coisas surgindo no pós-1930, essas definições ainda são de extrema importância. O que há na verdade é uma necessidade de avanço teórico em relação ao seu uso, posto como desafio diante dos novos elementos que surgiram no período citado, como a urbanização, a burocratização, o capitalismo liberal, a democracia, etc., os quais longe de promoverem o esfacelamento total da estrutura tradicional, conduziram a uma adaptação a essas mudanças. São, na verdade, novos elementos arraigados de práticas tradicionais.

Em Araguari, pós-*Revolução de 1930*, os chefes locais continuaram recebendo a alcunha de grandes fazendeiros, mas já se explicitava uma mudança desse perfil tradicional. Junto ao substantivo fazendeiro acrescentaram-se os de político, médico, advogado e com ênfase maior do que esses citados, o de “grande banqueiro”. Naquele tempo se utilizava muito o termo “Casa Bancária” para os estabelecimentos financeiros, e o cel. Marciano Santos, como ícone dos coronéis⁷¹, era um dos grandes proprietários desses estabelecimentos, além de político e fazendeiro. Esse “coronel dos coronéis” teve uma participação política dominante por mais de duas décadas na cidade de Araguari, exercendo o poder pessoalmente, como vice-prefeito e prefeito, e, posteriormente à sua saída, deixando como legado a participação dos seus filhos na política araguarina ainda

⁶⁹ FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. In: *Revista de Sociologia e Política*. Nº15, nov. de 2000, p.51.

⁷⁰ Para Aristóteles, “os governos viciados são: a tirania para a realeza, a oligarquia para a aristocracia, a demagogia para a república. (...) a oligarquia só enxerga o interesse dos ricos.” Cf. ARISTÓTELES. *A política*. Tradução de Nestor Silveira Chaves. Ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p.105-106.

⁷¹ Marciano Santos foi vice-prefeito de 1916-1922, e prefeito de 1923-1930. Portanto, por um período considerável ele teve grande influência nos negócios públicos do município. Cf. PEIXOTO, Juscélia Abadia; VIEIRA, Aparecida da Glória Campos. *Araguari e sua história*. Goiânia: Kelps, 2013.

por um bom tempo. Dessa forma, o rótulo de “coronel dos coronéis” não seria um exagero, na verdade, seria uma constatação.

A década de 1930, mesmo num contexto de crise mundial com a “Quebra da Bolsa de Nova York”, foi um período de bonança para essas figuras, a modernização da cidade estava em voga, grande parte em consequência da implantação da ferrovia – estandarte do desenvolvimento –, na cidade tinha-se no seu apogeu a Estrada de Ferro de Goyaz, além da Cia. Mogiana, que fazia de Araguari um entroncamento entre o sudeste e o centro-oeste, beneficiando imensamente esse município nesse período em que as empresas aqui estiveram. Houve, contudo, uma perda significativa para a cidade na mudança da matriz da E.F. Goyaz de Araguari para a capital de Goiás, Goiânia, em 1954⁷². Embora tenha havido uma mobilização enorme para que tal fato não se concretizasse, contudo, a mudança de fato acabou acontecendo.

1.2 A cultura política do poder personalista

[...] a política e os políticos assumem entre nós uma importância excessiva, acima de que ela e eles realmente valem e da sua significação efetiva.

Oliveira Vianna

Sendo a estrutura coronelista parte de um momento específico da história brasileira, tem que se ter certa acuidade ao utilizar uma dada argumentação teórica para a realização de sua análise, para não recair em anacronismos. Esse é o caso, como adverte Serge Berstein, ao recorrer ao conceito de *cultura política*⁷³, para tal empreitada intelectual. E como a interdisciplinaridade foi apontada como um dos caminhos para a renovação dos estudos políticos na historiografia, o conceito de cultura política se encaixaria nessa proposta. Tratando-se de uma derivação da ciência política norte-americana, esse conceito que sofreu grandes mudanças ao longo das últimas décadas, com contribuições dos cientistas políticos e também dos historiadores, com destaque para os franceses, que deram seus aportes de extrema relevância, como é o caso de Berstein.

⁷² Sobre o papel das ferrovias na cidade Cf. PEIXOTO, Juscélia Abadia; VIEIRA, Aparecida da Glória Campos. *Araguari e sua história*. Goiânia: Kelps, 2013.

⁷³ Cf. BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

Uma abordagem interessante sobre o uso do conceito de cultura política como suporte teórico inovador para a historiografia política está presente no artigo de Marieta de Moraes Ferreira, intitulado *A nova “velha história”: o retorno da história política*. Para a autora:

O caminho traçado para trabalhar a longa duração e as estruturas constitui a introdução do estudo das mentalidades políticas e das representações, através do uso do **conceito de cultura política**. A perspectiva é resgatar o político através do estudo da tradição, das sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia dos governantes, o pensamento político e a mentalidade comum.⁷⁴ (grifos nossos)

Inicialmente, em meados dos anos de 1960, o conceito de cultura política foi desenvolvido pelos intelectuais norte-americanos, Gabriel Almond e Sidney Verba, para uma plataforma política específica, a democracia⁷⁵. Entretanto, como essa realidade política, com raras exceções, ainda não se aplicava ao Brasil no contexto aqui analisado, para entender a complexidade da estrutura coronelista será abordado o conceito de cultura política a partir da linha desenvolvida pela escola francesa de Jean-François Sirinelli e Serge Berstein, e também por intelectuais brasileiros de diversas áreas que fizeram suas apropriações adaptando-as ao cenário político nacional, como Julian Borba, Marcelo Baquero, Sérgio de Sousa Montalvão, Maria Salete Souza de Amorim, Eliana R. de Freitas Dutra, entre outros.

No início dos anos de 1990 os historiadores franceses, Sirinelli e Berstein, trataram de ampliar as definições de cultura política, em obras como *Para uma história cultural* e *Por uma história política*. Para Sirinelli, por exemplo, a cultura política trata de “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”⁷⁶. Seguindo um caminho semelhante, Berstein aponta a seguinte conceituação.

⁷⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1992, vol.5, nº10, p.269.

⁷⁵ A corrente “desenvolvimentista”, como é denominada a linha de Almond e Verba, sofreu duras críticas ao longo das últimas décadas, sendo rejeitada atualmente como uma linha adequada para a complexidade da realidade presente. Mais sobre essas críticas ao pensamento de Almond e Verba. Cf. BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Cf. AMORIM, Maria Salete Souza de. Cultura política e estudos de poder local. In: *Revista Debates*. Porto Alegre, v.1, nº1, p.99-120, jul.-dez. 2007.

⁷⁶ SIRINELLI, 1992 *apud* BERNSTEIN, 1998, p. 350.

No centro da nova atenção dada doravante pelos historiadores ao fenômeno cultural, a cultura política ocupa pois um lugar particular. Ela é apenas um dos elementos da cultura de uma dada sociedade, o que diz respeito aos fenômenos políticos. Mas, ao mesmo tempo, revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos atos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que compartilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele tem e da imagem que tem da felicidade.⁷⁷

Em ambas as definições, tanto de Sirinelli quanto de Berstein, nota-se as relações dicotômicas entre o indivíduo e o coletivo, a subjetividade e a objetividade. Dessa forma, a noção de representação política é calcada em ambientes plurais como a família, o partido, a imprensa, etc., como apontou Sirinelli. Numa mesma direção, Berstein relaciona a formação de “sistema de valores, de normas, de crenças”, a partir desses ambientes coletivos, para a leitura tanto do passado quanto do futuro. No estudo da cultura política personalista, torna-se, portanto, necessário o entendimento da circulação dos indivíduos nesses ambientes plurais e multifacetados, nos quais denominam-se lugares sociais de formação.

Assim, o uso de tal conceito para percorrer a estrutura coronelista está associado ao fato de entendê-lo como “um fenômeno de múltiplos parâmetros”, como destacou Berstein, dando conta de que as atitudes e pensamentos políticos são mais complexos do que a simples noção de política. Portanto, num cenário político específico (do coronelismo), construído e disputado em diversas variantes, o que torna o coronelismo à brasileira um fenômeno muito mais do que simplesmente político, é a sua capacidade de atuar fora dos muros do campo político, se espraiando para os campos da cultura, do social e do econômico.

Dessa forma, o recorrer ao conceito de cultura política se tornou essencial. Uma categoria que apresenta na sua denominação duas variantes tão amplas como “cultura” e “política”, possibilita a renovação dos estudos de poder local, centrado na personificação do coronel, mas que se fundamentou em bases muito mais amplas do que pela força dessa personificação. E, dessa maneira, será possível entender como foi a relação entre a sociedade araguarina (a coletividade), e os seus agentes sociais

⁷⁷ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.363.

(indivíduos), com esse poder centralizado. Relação de muita disputa, mediada pela imprensa (campo também de muito enlace), com os partidos.

No Brasil, desde a década de 1990 até os dias atuais, historiadores, cientistas políticos, antropólogos e outros pesquisadores, estão se apropriando das diversas definições e contribuindo ainda mais para o desenvolvimento e a ampliação do uso do conceito de cultura política. Contudo, como apontado anteriormente, essa jornada há de ser feita com o devido cuidado para que não se banalize o seu uso, como aconteceu com o conceito de ideologia há algum tempo, em que tudo era retratado e vociferado como parte de um projeto ideológico, gerando como consequência do seu uso abusivo um esvaziamento do seu conteúdo.

Uma das necessidades de se buscar entender o personalismo do poder assentado no conceito de cultura política é a possibilidade de conceber a política como uma visão e uma representação de mundo calcada nas bases daquele conceito, e isso é extremamente instigante, sobretudo para pensar o homem em determinado momento histórico. Montalvão apreende bem essa característica do conceito em questão quando aponta que:

Falar de cultura política é falar naquilo que os movimentos sociais e políticos carregam de específico e muitas vezes contraditório, falar de cultura política é tratar dos elementos simbólicos da adesão e/ou rejeição a determinados projetos de poder e autoridade no campo político. **Mas falar de cultura política é perceber a política como uma visão de mundo**, como uma atitude perante o mundo que se expressa no agir, no falar, no vestir, no gesticular.⁷⁸ (grifo nosso)

A definição de Montalvão amplia o uso do termo “política”, caminho iniciado pela escola francesa de Sirinelli e Bernstein, pois, trata a política como elemento presente nas diversas manifestações individuais e sociais, e não somente restrita ao campo do que se convencionou chamar de político. Ou melhor, é a política presente no cotidiano social dos indivíduos e do coletivo.

Outros dois pontos centrais citados por Montalvão, a especificidade e o contraditório, também são bastante apropriados para pensar o Brasil nos anos de 1930 e 1940. Nesse aspecto, cabe referência às contribuições da autora Ângela de Castro Gomes, que também se dedicou a analisar o Brasil desse período. Segundo ela:

⁷⁸ MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. Cultura Política: História e possibilidades de um conceito. In: *Caderno de resumos e anais do 2º Seminário de História e Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2008, p.3.

Não é incomum na história do Brasil encontrarmos um tipo de periodização que toma como bloco coeso o período que vai de 1930 a 1945. Segundo esta visão a Revolução de 30 assinalaria um novo ponto de partida, **rompendo definitivamente com o passado**, com os "erros" da República Velha e inaugurando o projeto político revolucionário das elites vitoriosas de outubro.⁷⁹ (grifos nossos)

O trecho grifado chama atenção para a periodização do coronelismo no Brasil, questão já abordada, mas que cabe destaque para enfatizar a compreensão de que não é possível uma simples compartimentação quando se trata de analisar a História seriamente. O próprio título da pesquisa assinala para essa possível contradição quando delimitada entre 1930-1945. É um recorte proposital e provocante, que ao longo do texto se propõe a apontar as continuidades e sobretudo as rupturas desse momento peculiar, que não significa isolamento em relação às temporalidades anteriores e posteriores, pelo contrário, o objetivo é tornar aparente as ligações entre esses intervalos. Desta maneira, conclui-se que o coronelismo é a continuidade dentro do que foi convencionado na historiografia de Era Vargas, todavia, essa continuidade só foi possível porque tal estrutura teve que ser flexível diante das mudanças propostas pelo momento histórico em que o Brasil passava, com objetivos de modernização e urbanização, que de fato se concretizaram, mas não de forma homogênea em todos os lugares. Nesse aspecto, o estudo de Maria Isaura Pereira de Queiroz, ganha relevância ao assinalar essa relação entre mudanças e permanências. Nas palavras da própria autora:

Estes caracteres resultavam da organização social apoiada no latifúndio e no paternalismo (em que se transformara o anterior patriarcalismo); **a Revolução de Outubro não fora produto de nenhuma mudança na estrutura social e econômica e sim de uma evolução**; como evolução, guardava no seu seio, coexistentes, tendências sobreviventes da Colônia. Assim, a passagem da solidariedade familiar à solidariedade de dependência, de elaboração mútua, não foi brusca e não acabou com o coronel, mas se processou graças à gradual adaptação deste as novas condições de vida.⁸⁰ (grifos nossos)

⁷⁹ GOMES, Ângela de Castro. Introdução. In: CASTRO, Maria Helena de Magalhães; GOMES, Ângela de Castro; COELHO, Rodrigo Bellingrodt Marques; et al. *Regionalismo e centralização política. Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.24.

⁸⁰ Cf. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

Esta permanência de elementos coloniais verificados pela autora faz parte do arcabouço presente numa cultura política republicana em processo de construção – imposta de cima para baixo –, que ainda carregava no seu bojo social características do seu passado recente (e ainda carrega), passando naquele momento por uma fase de “evolução política”, numa visão esperançosa da autora. De forma muito mais direta e numa perspectiva mais ácida, Faoro aponta esse período como de passagem do “patrimonialismo pessoal” ao “patrimonialismo estatal”. Segundo ele:

O domínio tradicional se configura no patrimonialismo, quando aparece o estado-maior de comando do chefe, junto à casa real, que se estende sobre o longo território, subordinando muitas unidades política. Sem o quadro administrativo, a chefia dispersa assume caráter patriarcal, identificável no mando do fazendeiro, do senhor de engenho e nos coronéis. Num estágio inicial, o domínio patrimonial, desta forma constituído pelo estamento, apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado, que, com o aperfeiçoamento da estrutura, se extrema em competências fixas, com divisão de poderes, separando-se o setor fiscal do setor pessoal. O caminho burocrático do estamento, em passos entremeados de compromissos e transações, não desfigura a realidade fundamental, impenetrável às mudanças. O patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal, que adota o mercantilismo como a técnica de operação da economia⁸¹.

Embora seguindo uma linha argumentativa bastante diferente de Faoro, Francisco Campos justifica assim esse momento:

A época de transição é precisamente aquela em que o passado continua a interpretar o presente; em que o presente ainda não encontrou as suas formas espirituais, e as formas espirituais do passado, com que continuamos a vestir a imagem do mundo, se revelam inadequadas, obsoletas ou desconformes, pela rigidez, com um corpo de linhas ainda indefinidas ou cuja substância ainda não fixou os seus pólos de condensação.⁸²

Campos, acertadamente, apreende o que é um momento de transição, conseguindo enxergar, assim como outros intelectuais brasileiros de sua época, como Oliveira Vianna, Francisco de Azevedo, Gustavo Capanema, etc., a necessidade da

⁸¹ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2012, p.823.

⁸² CAMPOS, Francisco. *O Estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p.13.

mudança para o país, e que acabaram fazendo parte de um período importante da nossa história. Na abordagem a que esta pesquisa se propõe algumas questões sempre estiveram em suspenso: como a cultura política do coronelismo se tornou dominante em determinado momento? Quais elementos a nutriram por tanto tempo? Algumas respostas possíveis passaram a ser buscadas à luz da cultura política. Ao desenvolver reflexão sobre essa temática, inspirado por esse conceito e pelo conceito de poder local, Carlos Júlio Jara chega à seguinte conclusão: *a cultura política tradicional, o poder local tradicional, cumprem papel conservador e defensivo dirigido a manter as assimetrias e os relacionamentos de subalternidade. Transformar esta cultura e lógica autoritária de poder vai levar muito tempo*⁸³. Malgrado o posicionamento anterior de Queiroz, Jara apresenta um tom pessimista e realista sobre a evolução a que a autora apresenta, mesmo que ela não esteja utilizando o termo “evolução” num sentido de progresso, que fique claro.

Jara, contudo, não tem como objeto de análise a estrutura coronelista, e sim uma das heranças dessa estrutura que ainda perdura na política atual, o *clientelismo*.

No que se refere ao período coberto por essa pesquisa (anos de 1930), autores como, Francisco Campos e Oliveira Vianna, buscaram justificar o autoritarismo latente daquele momento, em detrimento de uma democracia liberal, como algo necessário para a realidade brasileira. Campos, intelectual engajado no processo da Revolução de 1930, escreve:

As massas encontram-se sob a fascinação da **personalidade carismática**. Esta é o centro da integração política. Quanto mais volumosas e ativas as massas, tanto mais a integração política só se torna possível mediante o ditado de uma vontade pessoal. O regime político das massas é o da **ditadura**.⁸⁴ (grifos nossos)

Claramente, Campos tem seu posicionamento político engajado numa política voltada para justificar o regime político ao qual se ligava, embora não seja o objetivo aqui fazer essas relações. Ao encontro do seu pensamento, Oliveira Vianna, intelectual próximo a Campos, em uma das suas principais obras, *Instituições políticas brasileiras*, aponta que:

⁸³ JARA, Carlos Júlio. Construindo o poder local. *Caderno CRH*. Salvador, n.26/27, jan./dez. 1997, p.232.

⁸⁴ CAMPOS, Francisco. *O Estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p.23.

Pelas condições dentro das quais se processou a nossa formação política, estamos condenados às oligarquias: -- e, felizmente, as oligarquias existem. Pode parecer paradoxo; mas, numa democracia como a nossa, elas têm sido a nossa salvação. O nosso grande problema, como já disse alhures, não é acabar com as oligarquias; é transformá-las -- fazendo-as passarem da sua atual condição de oligarquias bronzas para uma nova condição -- de oligarquias esclarecidas⁸⁵.

Desse modo, tanto Campos quanto Vianna, em suas obras fazem uma crítica contumaz à democracia-liberal⁸⁶, confrontando-se com os seus defensores, como Rui Barbosa (criticado por ambos). Um dos argumentos que irá sustentar a posição centralizadora dos dois autores é a imaturidade política do que eles chamavam de “povo-massa”, que agia por uma irracionalidade desmedida.

Quando buscamos na historiografia brasileira algumas definições para o conceito de coronelismo encontramos uma base comum, a predominância da nossa estrutura agrária – como já foi exposto anteriormente –, no entanto, não é possível, nem aconselhável, apontar que o coronelismo era um sistema que se sustentava unicamente nessas bases econômicas, até porque, como bem observou Sérgio B. de Holanda, a abolição havia sido um duro golpe à supremacia agrária⁸⁷, portanto o coronelismo que é posterior à tal fato, não pôde se sustentar somente nela.

Na verdade, desenvolveu-se ao longo da Primeira República, conjuntamente a essa base econômica agrária, um campo social e político que permitiu que a cultura política de caráter personalista se tornasse dominante. Pois esse país essencialmente

⁸⁵ VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999, p.479.

⁸⁶ Em um dos seus escritos Vianna, afirma que: “Não é que esta universalização do sufrágio seja, em si mesma, condenável; ao contrário, das técnicas da democracia é uma das mais seguras e eficientes -- desde que seja aplicada e manejada por **cidadãos capazes deste regime**, é claro. Mas o fato é que, aqui, esta universalização -- estabelecida sob pretexto que “assim é que é democrático” e “assim é que é democracia” -- não tem resultado eficaz, *mesmo quando aplicado à seleção dos executivos municipais*, onde seria de presumir maior conhecimento das pessoas e maior critério seletivo por parte da massa”. (grifos em itálico do autor, em negrito nosso). Essa condição é estabelecida, segundo o autor, muito em função da nossa histórica falta de educação democrática. Cf. VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999, p.481-482.

⁸⁷ O historiador segue a linha tradicional, e acertada, da supremacia rural durante boa parte da nossa história, porém, aponta que a passagem do século XIX para o XX anunciava, a partir de vários acontecimentos, como foi o caso da abolição, que essa supremacia tinha seus dias contados: “Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. É preciso considerar esse fato para se compreenderem exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.73.

rural se assentava também nas *relações de mando e subserviência*⁸⁸ cujas raízes históricas estão localizadas na nossa herança ibérica. O caminho, portanto, é relacionar esses elementos da nossa herança histórica vinculados à base econômica agrária e às relações de mando, a outros elementos que irão dar sustentação a estrutura política da primeira metade do século XX, predominantemente ao coronelismo. Desse modo, uma das possibilidades de se ampliar os estudos dessa estrutura tão complexa é utilizando o conceito de cultura política naquilo que ele tem de mais contemporâneo, que possibilita enxergar a política no seu viés tradicional conjugado às novas formas de estudar a política, sobretudo no campo das representações e do imaginário. Para tal entendimento a passagem de Montalvão é precisa.

Observando esse modelo de cultura política, nota-se nele a presença de um conjunto de idéias e atitudes que ganham sentido através de símbolos provenientes da linguagem escrita e visual. A cultura política, [...] não diz respeito a acontecimentos ordinários, necessitando de uma série de pré-requisitos: o domínio de códigos culturais e a pertença a determinados grupos que os façam circular. Daí a importância, no seu engendramento, não só dos acontecimentos políticos, mas dos partidos, líderes, heróis, livros, manifestos, declarações. Há, portanto, como diria Pierre Bourdieu, todo um “capital cultural” envolvido como forma de obter um padrão dominante de convencimento no campo político. A posse e a aplicação desse capital cultural leva determinados grupos a obterem sucesso em suas intervenções, criando ou recriando eventos e lugares de memória, a partir dos quais surgem referências culturais importantes, tanto do ponto de vista objetivo e racional, como e principalmente, no campo das subjetividades⁸⁹.

A partir de Montalvão, podemos inferir que o estudo da cultura política é de fato efetivo para o entendimento de um sistema complexo como o coronelismo, pensando em especial na relação do par indivíduo/sociedade, ou melhor, recorrendo como fez Montalvão a Bourdieu, agente/sociedade. Isso porque algumas perguntas que surgem no estudo da política passam necessariamente pelo campo da individualidade e da subjetividade, tornando, assim, a ferramenta da cultura política eficaz para as possibilidades de resposta. Pois, quando pensamos no âmbito particular da relação entre os agentes (indivíduos) e o coronel, emerge a seguinte pergunta: o que prendia o

⁸⁸ Uma autora que busca desenvolver um estudo sobre essa dialética entre mando e subserviência é Teresa Sales. Cf. SALES, Teresa. *Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira*. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_02.htm> Acesso em: 05/02/2015

⁸⁹ MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. Cultura Política: História e possibilidades de um conceito. In: *Caderno de resumos e anais do 2º Seminário de História e Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2008, p.5

indivíduo ao coronel era a simples dominação econômica? Enfaticamente, hoje a resposta é não. Mas o que temos além do simples não? Bernstein desenvolveu uma definição que pode apresentar uma resposta satisfatória para tal questão, e da qual compactuamos. Para ele:

O estudo da cultura política, ao mesmo tempo resultante de uma série de experiências vividas e elemento determinante da ação futura, retira a sua legitimidade para a história da dupla função que reveste. É no conjunto um fenômeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenômeno coletivo, partilhado por grupos numerosos.⁹⁰

A essa definição de cultura política de Bernstein poderia se fazer o paralelo com o conceito de *habitus* em Bourdieu, que por sinal é uma das ideias centrais do seu pensamento e que se encontra em diversos dos seus escritos. Uma das definições utilizadas pelo sociólogo francês e que se aproxima daquela conceituação realizada por Bernstein, é a seguinte:

Sendo produto da incorporação da necessidade objetiva, o *habitus*, necessidade tornada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação. A ação comandada pelo “sentido do jogo” tem toda a aparência da ação racional que representaria um observador imparcial, dotado de toda informação útil e capaz de controlá-la racionalmente. E, no entanto, ela não tem a razão como princípio⁹¹.

Destarte, fazendo a leitura dos conceitos desenvolvidos pelos citados pesquisadores, pode se especular que por serem compatriotas e contemporâneos, é possível que tenham sido leitores um do outro, visto que a essência conceitual é muito similar. Na comparação com a citação anterior de Bourdieu, na sua definição de *habitus*, veja o que escreveu Bernstein em outra passagem sobre a cultura política:

Quer isso dizer que a cultura política só proviria do instinto, do emocional, da sensibilidade? Isso seria esquecer que a sua aquisição faz supor um raciocínio, que pô-la em prática com um dado fato implica análise ou, pelo menos, a adesão a uma análise proposta e que,

⁹⁰ BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.360

⁹¹ BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.23.

se o compromisso é um ato de ser profundo, ele não é nem impulsivo, nem irrefletido. Simplesmente, e todos têm consciência disso, a interiorização das razões de um comportamento acaba por criar automatismos que são apenas o atalho da diligência racional anteriormente realizada⁹².

Por fim, observando os dois autores conclui-se que há uma similaridade entre as duas conceituações, e dessa forma, poderíamos ter optado por ambas para o estudo da cultura coronelística. Por simples questão de escolha teórica e metodológica preferimos nos fundamentar mais no conceito de *cultura política*, o que não exclui a utilização final do conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu.

⁹² BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.360-361.



Cel. Marciano Santos desfilando em carro aberto.

CAPÍTULO II

CULTURA POLÍTICA E DISPUTA PELO PODER EM ARAGUARI: O PAPEL DA IMPRENSA

2.1 A família Santos na busca pelo poder

Muito longe estão os “coronéis” de hoje e de ontem – que tão repetidamente tem de apela para o braço do delegado de polícia – daqueles rebeldes e poderosos senhores rurais de certo período colonial, que eram o governo e a lei de seus domínios.

Victor Nunes Leal

Araguari, cidade localizada na região do Triângulo Mineiro, pertenceu à Capitania de São Paulo até o ano de 1720, ano em que Minas Gerais tornou-se uma Capitania independente e o Triângulo passou a integrar a então Capitania mineira. No entanto, em 1748, a região do Triângulo é anexada pela Capitania de Goyaz. Essa anexação foi mantida até 1816, quando a região volta a fazer parte de Minas Gerais⁹³, permanecendo como parte do estado mineiro até os dias atuais.

A cidade, que passou por algumas outras denominações no século XIX como, Distrito de Brejo Alegre e Ventania (nome não oficial), tornou-se “Araguary” em 1888 com o empenho do Deputado Padre Lafayette de Godoy em trabalho na Assembleia Provincial, em Ouro Preto⁹⁴. E posteriormente, em meados da década de 1940, Araguari com “i”, e não mais o charmoso “y”. O município localiza-se na porção oeste do Estado de Minas Gerais, próximo à divisa com o Estado de Goiás, situado nas coordenadas geográficas de 18° 20' e 18° 55' de latitude sul; 47° 55' e 48° 40' de longitude. Limita-se com os municípios de Cascalho Rico, Estrela do Sul, Indianópolis, Tupaciguara e Uberlândia. Sua fundação, como freguesia, deu-se em 02 de abril de 1840, e sua emancipação em 28 de agosto de 1888. Possui uma área total de 2.731 km², e uma população atual em torno de 109.901 habitantes.⁹⁵

Foi para essa cidade do Triângulo Mineiro, que migraram dois irmãos da família Santos, Marciano Santos e Samuel Santos, de uma família de quatro irmãos⁹⁶, oriundos do município de Estrela do Sul-MG, mudaram-se ainda jovens para a cidade, passando a fazer parte da história araguarina do início do século XX. Em Estrela do Sul foram sócios de uma firma de comércio que se chamava Santos e Companhia. Já residentes no

⁹³ PEIXOTO, Juscélia Abadia; VIEIRA, Aparecida da Glória Campos. *Araguari e sua história*. Goiânia: Kelps, 2013, p.13.

⁹⁴ Ibidem. p.35.

⁹⁵ Fonte: BGE. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=310350&search=||info%EFicos:-dados-gerais-do-munic%EDpio>> Acesso em: 23/05/2015

⁹⁶ Pois além dos dois irmãos citados, havia os irmãos Pedro Santos e Benjamin Santos que não residiram em Araguari.

município araguarino tornaram-se proprietários de casas de comércio e casas bancárias, ambos formando um patrimônio que os colocaram, possivelmente, em situação de poderem articular redes políticas no município, inclusive conquistando a alcunha de “coronéis”, sendo que tal honraria era destinada a sujeitos que detinham um poderio econômico que os destacavam dos demais cidadãos.

Já instalado no município, o tradicional coronel Marciano Santos tornou-se um importante agente econômico com atividades agrícolas e, sobretudo bancárias/financeiras, alcançando a partir dessa base econômica um papel de liderança política na localidade e na região, com influências estaduais e nacionais. Isso rendeu-lhe diversas viagens às capitais mineira e federal, com o objetivo de encontrar importantes figuras políticas desses locais. Marciano Santos foi um equivalente a vice-prefeito no período de 08/01/1916 até 31/12/1922, e agente executivo municipal (equivalente ao cargo de prefeito municipal) no período de 01/01/1923 até outubro de 1930 (com a *Revolução de Outubro* foi destituído do cargo)⁹⁷. Portanto, manteve uma relação direta com o poder municipal por quatorze anos consecutivos.

No período de sete anos à frente da política local como agente executivo municipal, o coronel tornou-se, nas palavras dos políticos rivais “dono da cidade”. No entanto, com a chegada de Vargas à presidência da República ele é imediatamente trocado por políticos da corrente varguista, naquele momento denominada *Aliança Liberal*. Até porque, segundo as pesquisas realizadas, o coronel havia se alinhado com a candidatura de Julio Prestes. Nos jornais de oposição ele foi identificado como fazendo parte da corrente dos “prestistas”, acusação cunhada pelo prefeito posterior a ele, Mario da Silva Pereira, que integrava a *Aliança Liberal*, movimento pró-Getúlio. Em matéria no jornal *Araguary*, tem-se o seguinte trecho: *Com relação ao nosso município, podemos adiantar que o núcleo prestista, chefiado aqui pelo Sr. Coronel Marciano Santos, pleiteou a substituição do prefeito dr. Mario Pereira, não obtendo, porém, êxito nessa tentativa*⁹⁸. [sic]

Contudo, observando as pesquisas jornalísticas e teóricas, o mais relevante nesses períodos analisados era que aquele que almejasse a chefia local estivesse alinhado com o governo estadual, pois a mudança no cenário estadual poderia afetar completamente o âmbito local.

⁹⁷ PEIXOTO, Juscélia Abadia; VIEIRA, Aparecida da Glória Campos. *Araguari e sua história*. Goiânia: Kelps, 2013, p.74.

⁹⁸ O acordo político mineiro. *Araguary*. Araguari, 23 abr. 1932, ano XXXIX, s/nº.

Em decorrência dessas mudanças políticas e com a sensação de dever político bem desempenhado, no seu exame de consciência política, Marciano Santos, após sua saída a frente do executivo municipal, inicia a passagem do seu poder e prestígio político para os seus filhos José Jeovah Santos e Celso Santos; é o que se denominou “filhotismo”⁹⁹ para alguns historiadores e sociólogos. A transferência do poder do coronel tradicional para uma nova linhagem de coronéis, os estudados, os letrados, se fará necessária com o advento da burocratização estatal. É o que Gilberto Freyre chamou de passagem da “nobreza rural” para a “burguesia intelectual”¹⁰⁰. Sendo assim, o papel de manter o poder nas mãos da tradicional família Santos, não caberia mais ao coronel “tradicional”, representante, justamente, de um período que deveria ser superado, o da República Velha. Assumiria esse posto, seu filho, José Jeovah Santos, um médico, estudado em boas escolas, formado na então capital federal, Rio de Janeiro.

Assim que consegue tal feito, o patriarca da família Santos muda-se com uma parte da família para a então capital federal Rio de Janeiro, no ano de 1934, deixando dois herdeiros políticos, J. Jeovah Santos e Celso Santos. No jornal *O Triângulo*, velho parceiro político do coronel, escreve uma nota de despedida agradecendo a população pelo acolhimento do “filho adotivo”. Segue a íntegra da nota de despedida:

Ao retirar-me de Araguary com minha família venho despedir-me dos meus amigos, entre os quaes se acham os dedicados companheiros de actuação na política, e do seu povo generoso e bom. Residindo por largos annos nesta cidade, onde vivi sempre cercado da estima e consideração geraes, aqui deixo alem de filhos queridos, amigos de que me recordarei constantemente com saudades. Distante desse terra, posso assegurar que conservarei a sua lembrança sempre viva dentro do meu coração e que para a sua grandeza e felicidade, formulo os votos mais sinceros e ardentes. Na Capital Federal, onde passo a residir, encontrarão todos um velho amigo prompto a servir-lhes na medida de seu pequeno prestimo. Com o meu adeus fica, pois, o meu agradecimento commovido a todo o povo de Araguary que,

⁹⁹ O conceito de “filhotismo” está fundamentado na passagem do poder do tradicional coronel para o filho, em geral, o mais velho, que se tornaria seu herdeiro político, e que a partir dos anos de 1930 essa foi uma necessidade de se dar a aparência de modernização da burocracia estatal, com um filho assumindo o poder no lugar do pai, passando a cidade a ser governado não mais por um coronel mas sim por um doutor. Além dessa relação de passagem de poder, podemos identificar uma outra vertente para tal termo, segundo Leal, “a outra face do filhotismo é o mandonismo, que se manifesta na perseguição aos adversários: *para os amigos pão, para os inimigos pau*. Cf. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.61.

¹⁰⁰ “A ascensão política do bacharel, dentro das famílias não foi só de genros: foi principalmente de filhos (...). Se destacamos aqui a ascensão dos genros é que nela se acentuou com maior nitidez o fenômeno da transferência de poder, ou de parte considerável do poder, da nobreza rural para a burguesia intelectual. Das casas-grandes dos engenhos para os sobrados das cidades.” FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 14ª ed. São Paulo: Global Editora, 2003, p.315.

compreendendo as minhas intenções, dispensou-me sempre, o seu precioso apoio e nunca me negou justiça.¹⁰¹ [sic]

No entanto, como abordado anteriormente na Introdução, o cel. Marciano Santos somente se mudou da cidade após ter feito o arranjo político na capital mineira, preparando o terreno para que seu filho, J. Jeovah Santos, em pouco tempo fosse nomeado prefeito de Araguari¹⁰². Nos chama à atenção o fato de que, ao esmiuçar as fontes cruzando dados anteriores e posteriores aos acordos que foram feitos em 1933, fica nítido que a estrutura coronelista sustentava e era sustentada pela orientação estadual, tese que se verifica em Raymundo Faoro, quando este aponta que o governo estadual entrega ao coronel o poder municipal em troca de “apoio incondicional”¹⁰³. Por seu lado, Victor Nunes Leal utiliza a expressão “compromisso de reciprocidade”¹⁰⁴ para se referir às relações entre os poderes estaduais e municipais.

O arranjo local só foi possível quando Marciano Santos viajou até Belo Horizonte, retornou, e um tempo depois, chegou ao município um emissário do presidente do estado Olegário Maciel, para sacramentar o acordo em uma reunião aparentemente rápida e tranquila das duas correntes que até então estavam se confrontando publicamente com seus respectivos jornais: a *situação*, na figura do prefeito Mario da Silva Pereira com o jornal *Araguary*, e a *oposição*, liderada pela família Santos com o jornal *O Triângulo*. Entretanto, por questões não explícitas, o

¹⁰¹ SANTOS, Marciano. Despedida. *O Triângulo*. Araguari, 02 jan. 1934, ano VI, s/n.

¹⁰² Sobre essa “retirada” do Coronel Marciano Santos, Victor Nunes Leal, tem uma passagem na sua obra clássica que é pontual: “o chefe municipal, depois de haver construído, herdado ou consolidado a liderança, já se tornou um absenteísta. Só volta ao feudo político de tempos em tempos, para descansar, visitar pessoas da família ou, mais frequentemente, para fins partidários. A fortuna política já o terá levado para uma deputação estadual ou federal, uma pasta de secretário, uma posição administrativa de relevo, ou mesmo um emprego rendoso na capital do Estado ou da República. O êxito nos negócios ou na profissão também podem contribuir para afastá-lo, embora conservando a chefia política do município: os lugares-tenentes, que ficam no interior, fazem-se então verdadeiros chefes locais, tributários do chefe maior que se ausentou. O absenteísmo é, aliás, uma situação cheia de riscos: quando o chefe ausente se indis põe com o governo, não são raras as defecções dos seus subordinados. Outras vezes, é ele próprio quem aconselha essa atitude, operando, pessoalmente, uma retirada tática”. Cf. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.41-42.

¹⁰³ “O manejo do facão, a que aludia João Pinheiro, compreendia a entrega do poder municipal aos coronéis, em troca de apoio incondicional.” Cf. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2012, p.730.

¹⁰⁴ “É claro, portanto, que os dois aspectos – o prestígio próprio dos ‘coronéis’ e o prestígio de empréstimos que o poder público lhe outorga – são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a liderança do “coronel” – firmada na estrutura agrária do país –, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do ‘coronel’ ficaria sensivelmente diminuída”. Cf. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.64.

acordo retirava o então prefeito do cargo e colocava o vice-prefeito Delermundo Cardoso, que aparentemente detinha o apoio da oposição, aspectos esses que serão melhor desenvolvidos posteriormente. Por ora, nos concentremos nos três primeiros anos da *Revolução de 30*, período em que ocorre um ataque veemente da oposição liderada pela família Santos, aliada ao jornal *O Triângulo*, contra o então prefeito Mario da S. Pereira. Este irá buscar sua defesa no jornal *Araguary*, jornal citado anteriormente.

Através das análises das fontes impressas infere-se que a família Santos¹⁰⁵, e do outro lado da “trincheira”, o grupo pró-*Revolução*¹⁰⁶, procuraram se assentar em diversas bases. A família Santos não operava somente em prol do seu núcleo familiar, tanto o patriarca cel. Marciano quanto os filhos Celso e Jeovah irão operar em diversos meios, respaldados em suas alianças construídas localmente e em âmbito estadual. Por sua vez, o grupo pró-*Revolução*, encabeçado pelo dr. Mario da Silva Pereira, também se cercou de meios e pessoas que lhe dessem a governabilidade no município, em especial com os profissionais liberais da área da saúde e da advocacia, além de comerciantes de diversos ramos e até de alguns fazendeiros, que na sua maioria alinharam-se com a família Santos.

No princípio do governo de Pereira, dezembro de 1930, até houve uma tentativa por parte do prefeito, nomeado pelo presidente do Estado, de aproximação com o grupo liderado pelo cel. Marciano Santos, entretanto, segundo palavras do prefeito, o coronel não aceitou o convite para fazer parte do seu governo. A partir desse momento ficou estabelecido dois grupos divergentes. Um que apoiou e deu sustentabilidade ao governo de Pereira, e outro que se juntou ao cel. Marciano Santos na oposição, almejando a volta ao poder.

Por estar no poder municipal no momento da *Revolução*, foi natural a saída do cel. Marciano Santos da prefeitura depois de sete anos no poder. O governo local foi entregue ao cidadão Mario da Silva Pereira¹⁰⁷, advogado, natural de Belo Horizonte, mas que já residia em Araguari há alguns anos. Mudou-se para a cidade em dezembro de 1908 após se formar em Direito. Veio, inicialmente, com a finalidade de fundar e ser

¹⁰⁵ O clã Santos se manifestava primordialmente pelo jornal *O Triângulo*.

¹⁰⁶ O grupo dos “Memorialistas” utilizavam como veículo de debate político o periódico *Araguary*.

¹⁰⁷ Em 1910, após erguer, fundar e iniciar a direção do Grupo Escolar de Araguari, Pereira deixa a cidade acompanhado de sua primeira esposa, Adelina França, araguarina, a qual fora sua aluna no Grupo Escolar. Retorna no final da década de 1910 para exercer sua profissão no campo do Direito.

diretor do primeiro grupo escolar do município, o Grupo Escolar de Araguay¹⁰⁸. Essa foi sua primeira nomeação de confiança de um governo estadual. A segunda seria para a chefia local do município. Nas suas palavras ele havia sido escolhido para ser um “elemento mediador” entre as duas correntes que haviam sido criadas no processo revolucionário, embora ele tenha publicamente se posicionado ao lado da *Aliança Liberal*. Pois, nos seus princípios, esse grupo político estava combatendo o profissionalismo político que assolava a República naquele momento¹⁰⁹.

As alianças construídas pelos dois grupos foram importantes para atacarem ou se defenderem dos seus respectivos adversários dentro do jogo do campo político. No grupo ligado à família Santos tinha-se uma presença maior de grandes fazendeiros do município, sempre recebendo o tratamento pelo jornal *O Triângulo* por tais atividades, além de se valerem de outras, como banqueiros e comerciantes, às vezes, havia o acúmulo dessas atividades econômicas, o que proporcionava um tratamento especial na cidade.

O núcleo político liderado pela família Santos era composto pelos seguintes membros: cel. Cândido Rodrigues da Cunha, grande fazendeiro e capitalista; cel. Philadelpho de Lima, ex-governador do município, ex-vice-presidente da Câmara Municipal, diretor do jornal *O Triângulo*, vice-presidente do Partido Republicano Mineiro local (PRM) e do Partido Progressista (PP) local; cel. Belchior de Godoy, membro das tradicionais famílias Godoy e Rodrigues da Cunha, negociante, grande fazendeiro, capitalista e ex-vice-presidente da Câmara Municipal; Nicanor de Souza Júnior, diretor do jornal *O Triângulo*; José Jeovah Santos, médico, fazendeiro, proprietário da Casa de Saúde São Sebastião, membro do Conselho Consultivo da prefeitura, presidente do PRM local e ex-prefeito; Celso Santos, advogado e político; cel. Marciano Santos, grande fazendeiro, banqueiro e ex-agente do executivo municipal, presidente de honra do PRM local e presidente do PP local¹¹⁰.

¹⁰⁸ Após o decreto n.º 7.968, de 15 de outubro de 1927, o Grupo Escolar recebeu a denominação especial de “Raul Soares”, e atualmente é Escola Estadual “Raul Soares”. Cf. FILHO, Geraldo Inácio. Representações nacionalistas na escola pública em araguari, minas gerais (1928 –1945). *Cadernos de História da Educação* – v. 13, n. 1 – jan./jun. 2014.

¹⁰⁹ “As divergências, entretanto, desde logo verificadas nas fileiras revolucionárias do município, após a vitória de 24 de Outubro, tiveram como consequência o meu chamamento ao posto de prefeito municipal, como elemento mediador entre as duas correntes que aqui se definiram, ambas honrando-me com a sua confiança e indicando-me ao egrégio presidente do Estado para a espinhosa investidura” [sic]. PEREIRA, Mario da Silva. *Prefeitura Municipal de Araguay*. In: Araguay. Araguari, 09 ago. 1931, ano XXXVIII, nº 1675.

¹¹⁰ Dados extraídos do jornal *O Triângulo* em diversos números: nº 123, 127, 129, 166, 178, 188.

Esses nomes citados fazem parte daquilo que poderíamos chamar de núcleo central do grupo Santos. Este primeiro escalão foi selecionado a partir das análises n' *O Triângulo*, em que por repetidas vezes esses homens eram louvados e agraciados com diversos elogios. Entretanto, cabe observar que abaixo desses líderes locais havia uma base de sustentação e manutenção, e que acima, também havia uma rede de proteção de acordo com os interesses políticos envolvidos.

O ano de 1933 em Araguari é exemplar em relação às rupturas e adaptações que o sistema coronelista operou ao longo da década de 1930, pois ele demonstra bem o jogo de interesses no campo político local. Ao observarmos a mudança partidária (da maioria dos nomes citados no parágrafo anterior) do PRM – partido dominante e tradicional em Minas Gerais durante a Primeira República – para o PP – partido que passou a ser a base de sustentação do Governo Vargas, após o ano de 1932 até 1937 – concluímos que houve uma leitura desse grupo de que ou eles abandonavam aqueles que estavam sendo combatidos (PR regionais) pelo novo governo federal ou eles seriam retirados do jogo político local, por isso, optaram pela primeira alternativa. Dessa forma, a mudança foi no sentido de se manter no jogo, mesmo que significasse um contrassenso ideológico, bastava abandonar aquilo que não lhes dava mais sustentação e abraçar uma nova possibilidade de continuar jogando.

Essa guinada em direção ao Partido Progressista por parte dos “tradicionais” republicanos, em âmbito local, foi de uma transição tão abrupta que poderia chocar aos que buscassem ali uma postura pautada na coerência política. No entanto, aos olhos d' *O Triângulo*, que os apoiou incondicionalmente, com seus diretores e redatores, o assunto foi tratado com naturalidade, sendo considerada uma transição necessária para a “pacificação do município”. Veja um trecho da matéria que, na época, abordou o assunto: *Procedente de Araguay, regressou a esta capital o coronel Osorio Dias Maciel, que, em nome do presidente do Estado, foi aquella cidade do Triangulo Mineiro estabelecer um acordo político entre as duas facções que ali vinham se combatendo há muito*¹¹¹.

Porém, essa migração em massa não foi somente a transposição desse grupo para uma outra agremiação partidária, ela mudou, também, o cenário do mando oficial em Araguari. Foi um acordo (que não é possível saber a sua totalidade, a não ser pelas

¹¹¹ Reina paz na política de Araguay. *O Triângulo*. Araguari, 07 mai. 1933, ano IV, nº188, p.1.

palavras d'*O Triângulo* e do *Araguary*) entre os dois chefes políticos naquele momento: o prefeito Mario da S. Pereira e o cel. Marciano Santos, intermediado (ou imposto) por membros políticos do Estado, na figura do Osório Dias Maciel, representante do presidente do Estado Olegário Maciel, que decidiram, pela troca de mando do governo local, com a renúncia do então prefeito, e pela criação do diretório local do Partido Progressista, fazendo parte dele membros dos dois grupos que até então se “digladiavam”, segundo palavras da imprensa.

A partir desse momento, houve um alinhamento do governo municipal com o governo estadual, o primeiro dava apoio ao Partido Progressista em troca de obras para o município e sustentação política para os líderes, nesse novo arranjo saiu vitorioso o grupo do cel. Marciano Santos, pois ele foi escolhido presidente do PP, e no ano seguinte (1934), seu filho, J. Jeovah Santos, foi nomeado prefeito, muito em consequência das disposições do ano anterior, cujos arranjos, notavelmente, foram construídos sob a liderança do seu pai. Sobre o acordo *O Triângulo* publicou:

A missão do enviado do dr. Olegário Maciel foi coroada com êxito. As *démarches* para a pacificação da situação política daquele município foram entabuladas num ambiente de franca cordialidade. Os dois chefes políticos locais, coronel Marciano Santos, que segue a orientação do Sr. Mello Vianna, e o prefeito Mario da Silva Pereira, accordaram em que o ultimo deixasse a prefeitura, que foi ocupada pelo dr. Delermundo Cardoso. Não houve demissões de autoridades municipais, tendo sido em seguida constituído o directorio político municipal¹¹². [sic]

A missão foi “coroada com êxito” em virtude dos ganhos que o grupo em que o jornal se apoiava obteve, sobretudo a retirada do prefeito, objetivo que eles almejavam há pelo menos três anos. Destarte, o panorama apresentado demonstra que houve um fortalecimento político do cel. Marciano Santos, talvez devido à sua aliança com Mello Vianna¹¹³, e um enfraquecimento do prefeito Mario da S. Pereira. A barganha oferecida pelo coronel provavelmente foi maior do que a do prefeito, isso evidencia que as bases

¹¹² Reina paz na política de Araguari. *O Triângulo*. Araguari, 07 mai. 1933, ano IV, nº188, p.1.

¹¹³ Fernando de Melo Viana foi presidente de Minas Gerais no período de 1924-1926, e vice-presidente da República no governo de Washington Luís, entre 1926-1930, ambos do Partido Republicano nos seus respectivos estados, Viana no PRM e Washington Luís no PRP. Fusão do acordo que ficou conhecido como República do café com leite. Para as eleições de 1930 houve um rompimento de Viana com o PRM, por conta da sua não indicação como candidato à presidência do estado, passando a apoiar a candidatura de Júlio Prestes (ao contrário do PRM), e se lançando candidato pela Concentração Conservadora (grupo responsável pela campanha de Prestes). Com a Revolução exilou-se na Europa por dois anos e após esse interstício regressou ao Brasil. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VIANA,%20Melo.pdf>> Acesso em: 10/03/2015

do coronelismo ainda se mantinham em âmbito local e estadual, mesmo que numa outra lógica.

Do outro lado da “trincheira política”, estava o grupo ligado ao advogado Mario da Silva Pereira. Esse havia sido diretor do primeiro grupo escolar quando veio para Araguari em 1908, envolveu-se com a política local, apoiou a *Revolução* e a *Aliança Liberal* (posteriormente Legião Liberal Mineira – LLM – do qual foi membro do Conselho Municipal em Araguari), sendo, por isso e por suas ligações políticas nomeado prefeito em 1930. Além de Pereira, faziam oposição ao PRM: Lycídio Paes, primeiro tesoureiro da Legião Liberal Mineira de Araguari; Antônio Araujo Villela, médico, proprietário da Casa de Saúde Santa Marta e membro da Legião Liberal Mineira; Delermundo Cardoso, presidente da Legião Liberal Mineira; Lindolpho França Dofico, vice-presidente da LLM; Antônio Nunes de Carvalho Filho, diretor-proprietário do *Araguary* e membro do Conselho Municipal da LLM. Os citados eram os personagens políticos mais próximos do prefeito Mario da S. Pereira, que sempre saíam em sua defesa pública, no entanto, havia outras pessoas que faziam parte da LLM e que o apoiavam politicamente¹¹⁴.

No grupo da Legião Liberal é notório que, em grande parte seus membros eram de profissionais liberais, ou ligados a atividades urbanas, como por exemplo, médicos, advogados e comerciantes, exceto uma minoria que era agraciada com o “título” de coronel. Dos citados acima nenhum carregava tal honraria. Em contrapartida, o grupo do coronel Marciano Santos em sua quase totalidade era composto, no alto escalão, por políticos que possuíam a alcunha de coronel. Entretanto, no trato que *O Triângulo* e alguns outros documentos dão a esses coronéis é possível concluir que havia uma hierarquização entre eles. O destaque, o tratamento respeitoso e lisonjeiro não era para todos, mas sim, apenas para os chefes políticos. Um exemplo muito comum estava relacionado com os aniversários, pois quando um desses coronéis passava por tal data era dado um tratamento especial, com matéria de capa, fotos e um texto extremamente elogioso, por meio do qual construía uma imagem positiva do coronel em questão. Vejamos um exemplo:

Cel. Candido Rodrigues da Cunha. O dia 11 deste assignalou, na vida útil, protuctiva e progressista do **exmo. sr. Coronel** Candido Rodrigues da Cunha, mais um anno na sua existência de **cidadão**

¹¹⁴ *Araguary*. Araguari, 16 ago. 1931, nº1676, ano XXXVIII.

perfeito e chefe de uma numerosa prole. **Chefe político** de reconhecido valor nessa zona, **fazendeiro** e um dos espíritos progressista do município, é o illustre aniversariante membro proeminente da família Rodrigues da Cunha e um dos elementos de maior destaque do nosso cenário político¹¹⁵. [sic] (grifo nosso)

Esse é apenas um trecho da homenagem recebida pelo coronel, havia ainda outra parte. Nota-se no trecho em destaque toda a construção de um líder¹¹⁶, a utilização dos pronomes de tratamento “excelentíssimo” e “senhor”, o primeiro usual a membros políticos de grande destaque; a expressão “cidadão perfeito”, que apresenta uma pessoa de grande prestígio para receber tal formalidade; “chefe político”, essa uma denominação essencial, mas apesar do peso que a expressão carregava, provavelmente ele era um político dos bastidores, pois seu nome sempre aparece acompanhado de boas palavras em ambos os jornais, e mesmo com toda essa projeção nunca pleiteou nenhum cargo político no município.

2.2 – A desconstrução do adversário político

Entremeio aos dois grupos, como ficou a população da cidade diante dessa situação de embate? A disponibilidade das fontes desse período é escassa, ainda mais quando se trata da percepção da população. Nessa perspectiva, o cenário será apresentado a partir daquilo que foi dito explicitamente pelos jornais, e dos *não ditos* desses mesmos veículos de comunicação. Uma vez que, em meio a todas as disputas existia a preocupação de se posicionar diante da sociedade araguarina e de conquistar a sua confiança, assim, a desconstrução do adversário em matérias da imprensa, tinha como intuito demonstrar as ações e o caráter do “outro” como negativos, e por outro lado, construir a imagem de “si” como positiva e necessária para o bem comum da população.

As matérias apontadas a seguir confirmam, por um lado, a tese da maioria dos autores que se debruçaram sobre o tema do coronelismo e seus correlatos, de que esse

¹¹⁵ *O Triângulo*. Araguay, 13 set. 1933, nº198, ano IV, s/n.

¹¹⁶ O coronel Candido Rodrigues da Cunha, apesar do destaque dado não é personagem central do estudo, ele foi citado porque foi um dos poucos que encontramos sendo bem falado nos dois principais jornais utilizados na pesquisa, tanto no *Araguary* quanto no *O Triângulo*. Nascido em Uberaba, no dia 10 de setembro de 1861, membro da família Rodrigues da Cunha, importante família na história de Minas Gerais. Foi membro Exército, pois no Diário Oficial da União, encontra-se um registro dele como tenente do 550º regimento de cavalaria. Pág. 2. Seção 1. Diário Oficial da União (DOU) de 28 de Novembro de 1899. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1694006/pg-2-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-29-11-1899>> Acesso em: 25/04/2015.

sistema se fundou num tipo de estrutura agrária apresentada na maioria dos municípios brasileiros, sobretudo os do interior, e o sistema político representativo que vigorou durante a Primeira República, e por outro lado, passou a entrar em decadência a partir da urbanização municipal e o desenvolvimento de uma estrutura estatal burocratizada. No entanto, mesmo compartilhando dessas máximas de uma forma geral, na particularidade do município de Araguari, e também nos estudos de outros municípios realizados por pesquisadores país afora, percebemos a decadência de uma forma acentuada somente em meados dos anos 1940, quando inclusive se observa a ausência do “título” de coronel nos chefes locais, e o tratamento passa a ser “doutor”. Dessa forma, diante das fontes que dispomos, caminhamos em uma direção diferente daquela seguida por José Murilo de Carvalho, no que tange à decadência do coronelismo, posto que, para ele,

O coronelismo é fase do processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela. Ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930. **Foi definitivamente enterrado em 1937**, em seguida à implantação do Estado Novo e à derrubada de Flores da Cunha, o último dos grandes caudilhos gaúchos¹¹⁷.

O distanciamento diante da conclusão de Carvalho se dá tanto em função das leituras de diversos outros autores que apontam para a manutenção da estrutura de mando dos coronéis no pós-30 em diversas regiões do Brasil, do nordeste ao sul do país, e, sobretudo, por aquilo que foi observado diretamente no desenvolvimento desta pesquisa. Sendo assim, nos aproximamos das teses defendidas por Victor Nunes Leal, que tem sua pesquisa realizada muito próxima à conjuntura do fenômeno coronelista. Conclui este jurista-historiador, com grande fundamentação e perspicácia,

(...) concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos

¹¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. In: Pontos e Bordados: escritos de história e política, Belo Horizonte: UFMG, 1999.

do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.¹¹⁸

A análise realizada por Leal tem boa parte de sua fundamentação nas regras jurídicas-administrativas daquele momento¹¹⁹, e talvez por isso ele tenha ido além dos fatores secundários do coronelismo, e tenha alcançado a profundidade necessária ao tema. Acompanhamos, portanto, o pensamento de Teresa Sales, no seu artigo *Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira*, em que a autora conclui:

Eu diria que, menos que distorção do sentido, o que ocorreu foi uma divulgação maior das características que o próprio Nunes Leal classifica como secundárias do sistema coronelista, tais como o mandonismo, o filhotismo, o falseamento dos votos e os currais eleitorais, quando na verdade o cerne de seu conceito está no referido compromisso, que resultaria num sistema de reciprocidade em que de um lado estão os chefes municipais e os coronéis com seus currais eleitorais, e, de outro, a situação política dominante do Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial.¹²⁰

Avançando agora para o que o subtítulo deste capítulo propõe (a desconstrução do adversário), e de acordo com os apontamentos acima, passaremos a analisar as matérias periodicamente veiculadas sobre a administração do prefeito Mario da Silva Pereira. Iniciamos com uma série de matérias intituladas “Contra factos não há argumentos. Administração municipal” que foram constantes no ano de 1932, no jornal *O Triângulo*.

A questão central nas diversas matérias de mesma titulação era a suposta utilização do dinheiro público pelo prefeito para o beneficiamento de área de sua propriedade. As matérias vinham acompanhadas de fotos ilustrativas evidenciando que o que estava sendo realizado, longe de beneficiar a população, basicamente eram obras de infraestrutura em torno de sua residência. O jornal destacava fotos de outros logradouros públicos nos quais, segundo os articuladores, seriam de fato necessárias as reformas, como o cascalhamento e alargamento das vias públicas.

¹¹⁸ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.40.

¹¹⁹ O autor analisa para sua obra um arcabouço jurídico e administrativo extenso. Entre eles as diversas constituições, decretos e leis imperiais e republicanas. Em especial as constituições republicanas de 1891, 1934, 1937 e 1946.

¹²⁰ SALES, Teresa. *Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira*. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_02.htm> Acesso em: 10/04/2015

Em uma das matérias veiculada em março de 1932, o jornal ironiza o prefeito utilizando uma imagem de um animal (possivelmente um cavalo, a imagem não é nítida) pastando em uma das ruas centrais (Rua Cesário Alvim), com a seguinte legenda *Rua Cesário Alvim, onde feliz animal gosa as delicias*. Na mesma edição eles publicam uma foto da rua da residência do prefeito, onde no início dela, segundo o jornal, estaria em completo abandono e próximo à casa do prefeito estaria bem tratada, inclusive com um “boeiro de concreto armado”.



Foto da entrada da residência do Sr. Mario da Silva Pereira¹²¹.



Foto da Rua Cesário Alvim. Animal pastando no local¹²².

No dia 8 de maio de 1932, o jornal de oposição publica em sua folha de rosto nada mais do que cinco reportagens de extensões consideráveis sobre a administração

¹²¹ Cf. Contra factos não há argumentos. *O Triângulo*. Araguari, 20 mar. 1932, ano III, nº 120.

¹²² Cf. Contra factos não há argumentos. *O Triângulo*. Araguari, 20 mar. 1932, ano III, nº 120.

municipal, uma relativa ao descontentamento da população araguarina, nesse caso seria o jornal buscando ser a representação legítima da população; outras três eram relativas há um acalorado debate daquele momento e que iremos tratar melhor em seguida, retratando a cobrança excessiva de impostos municipais; e a quinta tratava sobre uma agressão praticada contra o gerente do referido jornal, Nicanor de Souza Junior, por três cidadãos chamados Francisco Gonçalves de Araújo (principal envolvido), seu irmão Sidney Gonçalves de Araújo e mais um companheiro Euclides Borges, supostamente eles haviam entrado na residência da possível vítima e a agredido¹²³.

Essa agressão ao senhor Nicanor de Souza, segundo o jornal *O Triângulo* foi realizada a partir de uma disputa política em torno da divisão partidária que se verificou na cidade naquele período: de um lado estariam adeptos do PRM (Partido Republicano Mineiro), ligados ao jornal ora citado, portanto de oposição ao prefeito; e do outro lado da “trincheira política” estaria a Legião Liberal Mineira, ligada ao jornal *Araguary*, que possuía relações políticas com a administração municipal. Concluimos isso a partir do momento em que os proprietários dos jornais eram também membros permanentes e atuantes nos respectivos partidos relacionados aos jornais.

Em diversas reportagens intituladas “Intolerância política”, publicadas n’*O Triângulo* de oposição nos idos de 1932, estava existindo uma disputa por assinaturas partidárias, possivelmente para serem utilizadas numa barganha política estadual com o presidente do Estado. Em meio a essa disputa aparece o cidadão citado no parágrafo anterior Francisco Gonçalves de Araújo, que estava publicando matérias nos dois jornais, intituladas “Declaração política”, em que manifestava apoios opostos de acordo com o jornal publicado, ora no jornal *O Triângulo*, ora no *Araguary*. Segundo as matérias existentes nos dois periódicos e ambas com assinatura do cidadão em questão, por pressões políticas Francisco manifestava adesão ao partido que o pressionava, ou ao PRM, que se encontrava na oposição, ou a Legião Mineira, que fazia parte da situação. Porém, nesse imbróglio, o referido cidadão foi acusado de praticar a agressão a Nicanor de Souza, gerente e redator do jornal *O Triângulo*.

Não é possível chegar a alguma conclusão sobre a real motivação do ataque proferido por Francisco Gonçalves de Araújo. Porém, houve problemas de natureza política, em relação à duplicidade das matérias em jornais de posicionamentos opostos.

¹²³ Essas matérias tinham destaque principal no jornal porque havia um espaço considerável nas medidas de uma folha de jornal nos anos 30, bem maiores que as atuais. Com isso era possível publicar diversas matérias com muito conteúdo numa única página.

E essa duplicidade pode ter gerado a agressão física. Segue na íntegra uma das declarações de Francisco ao jornal de Nicanor:

O jornal “Araguary” publica hoje uma declaração com minha assignatura. Aviso a toda a sociedade desse município, que tal declaração política foi obtida por meio de abusos de determinadas pessoas que se serviram e exploraram os meus sentimentos de amizade. A referida declaração não representa jamais o meu modo de sentir e pensar, mas apenas o sacrifício da minha vontade constrangida pelos abusos referidos. Desligo-me definitivamente do partido cujos homens assim procedem e vou buscar entre homens de bem o socego de saber distinguir, ainda felizmente, os processos políticos que separam, com grande diferença, os partidos e os homens políticos de Araguay. Sirva de exemplo aos demais esta minha declaração, afim de poupar novas victimas aos referidos processos de extorsão de adesões.¹²⁴ [sic]

No mesmo dia em que foi publicada esta matéria, saiu outra de mesmo título no “Araguary” de autoria do mesmo Francisco Gonçalves de Araújo em que ele explica a matéria d’*O Triângulo*, e nessa *declaração política* ele admite que não era ele que de fato escrevia as matérias, somente as autorizava assinando-as, e que em uma dessas matérias n’*O Triângulo* ele teria autorizado ao senhor Celso Santos que esclarecesse tal situação ambígua, e que, no entanto, ele teria deturpado aquilo que haviam combinado. Ofendendo pessoas que era do apreço do senhor Francisco, como parentes e amigos de partido. Já no *Araguary* ele procura retirar tais ofensas que haviam sido “plantadas” n’*O Triângulo*.

Venho, pois, fechar esta questão declarando que para mim são homens de absoluto conceito os srs. Cel Joaquim Rodrigues de Carvalho, Dr. Mario Pereira, A. N. de Carvalho Filho, José Maria Nascimento, L. França Dofico, Dr. Delermendo Cardoso, Carlos Antônio de Andrade, Dr. Araujo Villela, Justino Rodrigues de Carvalho e demais amigos do nosso partido.¹²⁵ [sic]

O interessante na matéria do *Araguary* é que o Francisco inicia o texto dedicando-o ao cel. Joaquim Rodrigues de Carvalho, a quem ele chama de amigo no início, e no final da matéria antes da assinatura ele anota com destaque “amigo e criado” e em seguida sua assinatura. Dessa forma, é notável a submissão de Francisco aos

¹²⁴ ARAÚJO, Francisco Gonçalves de. Declaração política. *O Triângulo*. Araguari, 24 abr. 1932, s/a e s/n.

¹²⁵ *Araguary*, Araguay, 24 abr. de 1932, ano XXXIX, nº 1710.

demais chefes locais, todavia ele também deveria ter a sua importância por ter tanto destaque nos dois jornais rivais¹²⁶.

Analisando as matérias e os fatos que se sucederam, aparentemente, Francisco estava saindo da Legião Mineira e se dirigindo ao PRM. Posteriormente refez esse caminho. No entanto, o que nos espanta é que a agressão foi póstuma a esse pêndulo partidário, e que o jornal de oposição publicava as declarações do agressor sem condená-lo, até o momento da agressão, a partir de então o jornal sai ao ataque em relação a Francisco. O trecho a seguir da matéria em questão não tem uma assinatura, portanto, entende-se que seja um editorial.

Sahiram naquelle dia, publicadas nos jornaes locaes, a quinta e sexta declarações de adhesão política assignadas pelo cidadão Francisco Gonçalves de Araújo, adhesões que de domingo em domingo vinham variando de partido. E, na noite do mesmo dia, foi a cidade surpreendida com a notícia de que aquelle mesmo cidadão e seu irmão Sidney Gonçalves de Araujo, acompanhados de Euclides Borges, haviam agredido covardemente, dentro da própria residência do offendido, o redactor desta folha, Nicanor de Souza, que, notoriamente, nada tinha a ver com a publicação em questão, devidamente assignada.¹²⁷ [sic]

Sem a intenção de buscar alguma conclusão de quem estava com a verdade, nossa atenção se volta nessa disputa para duas análises. Uma mais secundária, que seria a utilização da força ainda como instrumento de coerção, resquícios do “velho” coronelismo, e a outra seria de cunho mais estrutural, em relação a qual partido pertencer e qual o papel da imprensa como veículo de representação partidária e de representação da própria população, como esses jornais explicitavam quererem ser a voz da população araguarina.

A construção dessa representação passaria pela noção essencial de cultura política, que iremos nos deter mais adiante, por ora cabe uma citação de Wlamir Silva, que explica o papel da imprensa nesse momento de disputa representativa.

Nesse contexto, a imprensa, sobretudo a periódica, é um importante meio de construção de culturas políticas específicas, ou seja, empiricamente verificáveis e de interesse historiográfico. A imprensa periódica é pois, meio de **criação de uma cultura política**, da difusão de um “sistema de referências” que alcança estratos mais amplos da

¹²⁶ Não temos informações pessoais além das citadas pelos jornais. Sobre quem era e o que fazia o senhor Francisco Gonçalves de Araújo.

¹²⁷ *O Triângulo*, Araguari, 08 mai. 1932, s/a e s/n.

sociedade, transformando a filosofia política num conjunto de conceitos compreensíveis por um contingente mais significativo da sociedade.¹²⁸ (grifos nossos)

Analisando a ideia de Silva, o que é mais relevante para o caminho que a pesquisa se propõe é o fato do autor apontar a imprensa periódica como meio de “difusão de um sistema de referências”, e que esse sistema acaba por se tornar parte integrante do cotidiano da sociedade, ou seja, o coronelismo teve seus valores difundidos e apreendidos pelos sujeitos daquele tempo um pouco por conta do papel que os jornais desempenharam dentro daquele sistema. Porém, como já foi apontado na introdução, não se está aqui ratificando aquele pensamento de passividade da população e de manipulação dos jornais, mas sim, pensando numa relação complexa de troca e de construção simbólica.

Dando continuidade aos acontecimentos relacionados às disputas partidárias do período entre a Legião Mineira de Araguari e o PRM, em abril de 1932 o jornal *O Triângulo* relata um assalto à mão armada ocorrido no centro da cidade envolvendo dois sujeitos, e nos surpreendeu a participação de um dos cidadãos, Euclides Borges. Esse cidadão foi citado como o guia dos irmãos Araújo na agressão a Nicanor de Souza que relatamos anteriormente. Em matéria intitulada “Innominável atentado à liberdade política”, Borges e o suposto comparsa Raul Penteado, foram acusados de roubarem à mão armada no centro da cidade, um livro contendo assinaturas do PRM, dos cidadãos Nicomedes Mariano Nunes e Paulista Louzada. Borges e Penteado estariam agindo, segundo o jornal, em nome da *Legião de Araguari*.

Dessa forma, fica evidente que o ano de 1932 para a política local foi de uma disputa intensa pelo poder. E que esse embate foi travado por dois grupos que se utilizaram de diversas “armas”, nos diversos campos sociais.

Em meio a essas reportagens de cunho violento, que de fato chamam mais a atenção do leitor, foram diluídas matérias com o objetivo de pressionar o prefeito Mario da S. Pereira. Uma sequência delas estava relacionada a questões administrativas e tributárias. Com títulos como “Irresponsabilidade administrativa” e “Um manifesto político e impostos municipais em Araguay”, o jornal construía uma imagem negativa do então prefeito, atribuindo-lhe os adjetivos incompetente e autoritário. Em 17 de abril de 1932 foi publicada uma matéria no jornal da oposição intitulada “Manifesto

¹²⁸ SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842). In: *História e Imprensa. Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p.37-59.

político”, em que era pedido à população araguarina que não se preocupasse com a cobrança de impostos municipais, pois os mesmos, segundo a oposição, eram abusivos e ilegais, e que, portanto, não deveriam ser pagos. No final do texto se encontra as assinaturas dos líderes políticos que eram situação até a Revolução: Marciano Santos, Candido Rodrigues da Cunha, Philadelpho de Lima e Belchior de Godoy. Philadelpho além de político era diretor do jornal *O Triângulo*, ou seja, os interesses do jornal casavam com os interesses do grupo de oposição.

Diante dessa edição do jornal, em que os adversários do prefeito propunham o não pagamento dos impostos, Mario aciona o Procurador Geral do Estado, que abre inquérito sobre a denúncia do prefeito. Após a abertura do inquérito o filho do coronel Marciano Santos, Celso Santos, publica uma resposta sobre o tal inquérito no dia 29 de abril de 1932, na qual consta a seguinte afirmação:

Afim de evitar a confusão propícia a esses bagres de águas turvas, tenho o dever, não só de esclarecer que é de minha collaboração a referência sobre impostos, contidas no manifesto, como, principalmente, de repetir que aquelles impostos e obrigações taxados na prefeitura, e alli citados, são absolutamente illegaes. E continuam sendo. O chamado imposto rural, o imposto de calçamento, os trabalhos forçados de capinas de ruas e o aumento abusivo de impostos já orçamentados. Como advogado, fui consultado sobre esse objecto do manifesto. E respondi que o imposto territorial não é da competência da municipalidade; que o imposto de calçamento é inconstitucional; e que a obrigação de capinar só existe nas penitenciárias ou, nas prisões correccionaes, para os vagabundos.¹²⁹
[sic]

Celso Santos, além de filho de Marciano, era advogado e prestava serviços para a prefeitura quando seu pai era agente municipal, e passou a realizar novamente esses serviços quando seu irmão Jeovah Santos se tornou prefeito (1934).

Em maio de 1932, *O Triângulo* continuou a questionar a cobrança de impostos, publicando matérias endereçadas explicitamente ao Presidente do Estado, questionando por que os funcionários municipais não queriam entregar uma declaração do pagamento de impostos aos contribuintes, alegando assim, que de fato tais cobranças eram inconstitucionais.

As disputas nos anos de 1931-1933, verificadas nos jornais tem seu início já no primeiro ano do governo do Mario da S. Pereira, pois suas primeiras providências foram

¹²⁹ *O Triângulo*. Araguari, 29 abr. 1932, s/n, s/a.

os levantamentos das contas dos governos pré-revolucionários. Em maio de 1931 o prefeito nomeado havia aprovado as contas do ex-prefeito Philadelpho de Lima, mas ainda não havia aprovado as de Marciano Santos, que segundo ele ainda não tinha elementos suficientes para tal conclusão. Talvez tenha sido o início das desavenças entre a família Santos e o então chefe local. Na forma de esclarecimento, Pereira foi alçado ao cargo de prefeito, porque, segundo ele, não possuía relações partidárias e que, portanto, governaria com isenção sobre esses posicionamentos. Esse é um discurso típico de conjunturas que apresentam uma clara divisão do poder e que dificilmente se realiza na prática. Haja vista que Pereira se dizia apoiador da *Aliança Liberal*, que era um grupo formado por membros com posicionamentos políticos claros, e, deste modo, seria irrealizável a sua posição de “isenção partidária”, posto que, na política, ninguém governa agradando igualmente a todos.

No início do seu governo nos parece que até houve uma tentativa de conciliação por parte do senhor Pereira. Como no momento inicial do seu mandato ele teria que criar um conselho consultivo, seguindo os decretos do governo provisório, o prefeito convidou alguns membros do antigo governo e com considerável poder econômico para compor tal conselho, alguns aceitaram outros não. Veja o que ele disse naquele momento.

Escolhi, assim, para constituir o conselho consultivo da Prefeitura, um nome entre os mais representativos de cada uma das correntes em que se podiam, de momento, classificar as forças políticas em que haviam sustentado, no município, a causa revolucionária, e foi com prazer que verifiquei que se achava incluído entre os dous maiores contribuintes dos cofres municipaes o nome do chefe da corrente prestista do município, o cel. Marciano Santos, que viria, assim, tomar parte, por força dos algarismos, na administração municipal, trazendo a cooperação de sua longa experiência como antigo agente executivo no período pré-revolucionário.¹³⁰ [sic]

Houve, assim, uma tentativa do prefeito nomeado de buscar uma aproximação com a corrente “prestista”¹³¹. Talvez por uma questão de governabilidade o senhor Mario não queria ter como inimigo político um dos homens mais ricos da cidade, como ele mesmo deixou explícito na matéria relativa à constituição do conselho consultivo. Entretanto, como ele obteve uma resposta negativa por parte do cel. Marciano Santos ao

¹³⁰ *Araguary*. Araguaí, 9 ago. 1931, ano XXXVIII, n° 1672.

¹³¹ O termo “prestista” fazia alusão ao candidato eleito no pleito presidencial de 1930, Julio Prestes. Que foi eleito presidente, mas não teve sua posse efetivada pela ocasião da *Revolução de 30*.

convite para participar do conselho, optou por convidar outros chefes locais ligados ao coronel, sendo que alguns, diferentemente de Marciano Santos, aceitaram.

A partir daí o prefeito passou a divulgar o expediente da prefeitura no jornal *Araguary*, até então era publicado n' *O Triângulo*, serviço que dava uma boa receita para o jornal que o obtivesse, e em contrapartida realizava a publicidade política para o respectivo prefeito. Nas suas divulgações Pereira, via *Araguary*, questionava os problemas municipais das gestões anteriores, sobretudo a do cel. Marciano Santos. Assim, ganhou um inimigo, que iria fazer de tudo para tirá-lo do poder. Ao longo da pesquisa ficou notório que, enquanto o prefeito acusava o governo anterior de ingerência administrativa, n' *O Triângulo* a oposição questionava a administração de Pereira, como já analisamos algumas dessas matérias no início do capítulo, gerando, dessa maneira, uma disputa política midiática. Uma das primeiras acusações feitas por Mario da Silva Pereira relacionava-se ao próprio prédio da prefeitura. Disse Pereira em tom questionador:

Com que autoridade poderia, com effeito, falar a Prefeitura em hygiene publica e privada, si o próprio prédio em que estava funcionando constituia um eloquente desmentido a todos os preceitos de hygiene sanitária?¹³² [sic]

Diante da matéria, percebemos que aquela tentativa inicial de conciliação já havia sido deixada de lado. Pereira passara de conciliador das correntes partidárias do município para inimigo de uma das correntes (no caso a “prestistas”), ou seja, teve que buscar abrigo do outro lado da “trincheira política”, pois ele já havia declarado na sua posse apoio à *Revolução*, até por isso havia sido escolhido para chefe do governo local. Concluímos, então que ele já tinha o posicionamento inicial junto à *Aliança Liberal* durante a *Revolução*, porém, quando nomeado buscou alianças com os seus adversários e acabou recebendo um “não”. Para a oposição não haveria partilha do poder entre os dois grupos, ou era o prefeito e a *Legião*, ou o cel. Marciano Santos e seus aliados, um governo de coalizão. Pereira também chegou a essa conclusão e partiu para governar com suas convicções e orientações partidárias, oriundas da capital mineira.

Em matérias de destaque no *Araguary*, que era o então veículo oficial da administração de Pereira, o prefeito passou a se defender daquelas matérias citadas no início do capítulo sobre as melhorias que ele estava fazendo, e apontando aquilo que o

¹³² *Araguary*. Araguari, 26 nov. 1931, ano XXXVIII, nº1696.

governo do cel. Marciano Santos havia deixado de fazer ou ter sido mal feito. Foi de fato uma disputa midiática pesada, com ofensas, palavras fortes, e ao fim e ao cabo, tornou-se uma disputa pela representação política.

Juntamente àquela matéria sobre a questão da suposta falta de higiene na prefeitura, Pereira apresentou uma série de notícias sobre o descaso da cidade que ele encontrou, como a pavimentação e limpeza das ruas, que segundo ele eram as despesas mais onerosas ao município, porém essenciais. Já em matérias da oposição anteriormente analisadas nós mostramos que para eles seria o contrário, o prefeito estava agindo com descaso em relação às obras públicas, e se beneficiando do posto que ocupava,

Em 4 de outubro de 1931, Pereira se defende de uma acusação anônima feita em um semanário intitulado *A Marreta*, publicado em São Paulo com várias acusações sobre sua administração. No *Araguary* ele aponta a defesa em cada uma das acusações. A primeira de que ele abastecia seus carros particulares com dinheiro público, ele se defendeu dizendo que a prefeitura possuía apenas dois veículos e que esses eram abastecidos devidamente¹³³; na segunda acusação sobre seu salário ele se defendeu argumentando que seu vencimento havia sido estipulado pelo presidente do estado e de que o valor divulgado era maior do que de fato ele recebia¹³⁴; a terceira acusação seria a de utilização indevida da lenha retirada do Parque Municipal, segundo ele era exclusivamente de uso da prefeitura e não uso pessoal, até porque seu fogão era elétrico e não a lenha; a quarta acusação era novamente de uso de maquinário da prefeitura, nesse caso era a máquina de matar formigas, pois Pereira morava em uma chácara, mas que não havia formigueiros no seu terreno; a quinta acusação era a de havia uma estrada particular ligando a prefeitura à chácara, negou o prefeito; a sexta acusação era sobre a construção de obras de saneamento apenas nas proximidades de sua residência, ele defendeu-se dizendo que foram feitas obras em toda a cidade; a sétima e última dizia respeito ao aproveitamento de funcionários para trabalharem em sua chácara, negou concluindo que suas atividades da advocacia eram suficientes para manter seu padrão de vida e que havia aceitado o cargo de prefeito não pelo seu vencimento e sim por um apelo da população.¹³⁵

¹³³ Esse tipo de denúncia demonstra que essa possível prática não é “privilegio” da política atual, como aparece nos noticiários constantemente.

¹³⁴ Segundo o prefeito o seu subsídio era de 1:200\$000 e não 1:500\$000 como estava na matéria.

¹³⁵ *Araguary*. Araguari, 4 out. 1931, nº1683, ano XXXVIII.

Dessa forma fica claro que o debate jornalístico fazia parte do jogo político, não como um simples cenário secundário, a imprensa era um campo extremamente fértil para as construções e desconstruções dos adversários políticos.

Mesmo depois de se defender publicamente no *Araguary*, o prefeito Mario continuou sofrendo ataques e continuou se defendendo. Em abril de 1932, o prefeito publicou no jornal oficial um requerimento que havia sido enviado para o Ministério Público local. Nesse requerimento o senhor Mario pede a abertura da devida ação penal contra calúnia e injúria do então diretor do jornal *O Triângulo*, Philadelpho de Lima, pois segundo ele estavam sendo constantemente divulgadas matérias que denegriam a imagem do prefeito sem condizer com os fatos. O pedido de ação penal contra o diretor do jornal é justificado pelo prefeito pelo fato das matérias serem sem assinaturas, e o prefeito como conhecedor da lei que era, pois era advogado, pedia a responsabilização do então diretor, que ironicamente ainda era membro do Conselho Consultivo da prefeitura. E de fato os termos utilizados n' *O Triângulo* não eram nada cordiais. O prefeito destacou das matérias termos como “desonesto”, “mentiroso”, “bigorrilhas”, “intrusão”, “patife” e “quixotesco administrador”.

Outro ponto de debate caloroso era quanto às questões tributárias, em que já apontamos o jornal da oposição acusando o prefeito Mario de cobranças ilegais. O acusado buscou a sua defesa em dois âmbitos, o da lei, a partir do acionamento do promotor local, e o da opinião pública, em que ele procura esclarecer à população a cobrança de determinados impostos municipais, via jornal da situação, o *Araguary*. A acusação principal era a de que os impostos eram cobrados, pagos, mas não se recebia nenhuma documentação dos funcionários da prefeitura que comprovassem tal pagamento, assentando nessa prática alguma irregularidade.

Continua revoltado o espírito publico deste município contra as exigências fiscaes da Prefeitura. Perdura o surdo rancor e o desassocego de toda essa grande massa de contribuintes, particularmente dentro da zona rural, pela ilegalidade de taxações que lhe foram feitas. Na impossibilidade de conquistar a sympathia da população, de obter a solidariedade do povo, o Sr. Prefeito pratica contra elle a sua represália. É a vingança do prefeito contra o repudio do município¹³⁶. [sic]

¹³⁶ *O Triângulo*. Araguari, 6 mai. 1932, ano III, nº 126.

Em resposta às acusações de cobrança excessiva de tributos, o prefeito se posiciona, num momento importante e decisivo para a política local, e de mudanças também no cenário político estadual.

Si os funcionarios da Prefeitura têm, porventura, remetido ou fornecido impressos a interessados, com a especificação de impostos por elles devidos, sem serem assignados, posso assegurar a esta promotoria que tal omissão, si tem havido, não tem sido dolosa, pois nenhuma inconveniência ou responsabilidade poderiam advir a esses funcionários ou à repartição em que trabalham do facto de não lançarem em taes impressos as suas assignaturas.¹³⁷[sic]

Nesse contexto municipal conturbado, no artigo intitulado “Acordo político mineiro”, no jornal *Araguary*, o editorial apresenta o panorama da situação política estadual onde se ratificou o acordo político entre o PRM e a *Legião Liberal*, em que ficou estabelecido uma frente única para governar o estado, e que posteriormente haveria uma abertura partidária mais ampla. Entretanto, o que nos chamou mais a atenção foi a parte final da matéria em que se desenha o quadro da situação local:

Depois de entrar o paiz, no regime constitucional, é óbvio que devemos estimular a formação de partidos para a propaganda de princípios e de idéias política e sociaes. Mas antes disso, o dissídio entre os mineiros só poderia causar-nos prejuízos de ordem interna e crear obstáculos para o breve retorno da nação ao regime legal, porquanto a attitude assumida pela nossa frente única será de effeito definitivo na solução desse problema. Com relação ao nosso município, podemos adeantar que o núcleo prestista, chefiado aqui pelo Sr. Coronel Marciano Santos, pleiteou a substituição do prefeito dr. Mario Pereira, não obtendo, porém, êxito nessa tentativa.¹³⁸ [sic]

Dessa forma, nota-se mais uma vez a busca incessante do ex-agente executivo, o coronel Marciano Santos, tentando “derrubar” o prefeito por meio de costuras políticas, feito que ele irá lograr êxito só mais adiante. Ele que havia optado por não fazer parte do governo do senhor Mario Pereira, sendo coerente diante da sua posição anterior à *Revolução*, sabendo da possibilidade de “golpismo”¹³⁹ que ele iria empreender. Entretanto, o posicionamento PRM do no âmbito federal – apoio à *Revolução* empreendida pela Aliança Liberal – e a tomada de posição do coronel Marciano Santos

¹³⁷ *Araguary*. Araguari, 2 mai. 1932, ano XXXIX, nº 1714.

¹³⁸ O acordo político mineiro. *Araguary*. Araguari, 23 abr. 1932, ano XXXIX, nº 1712.

¹³⁹ Tal termo foi utilizado diante da conjuntura do período, pois o conceito atual de golpe é empregado a contragosto da legalidade, o que não foi o caso. Foi mais uma articulação melindrosa por parte do grupo da família Santos, liderada pelo coronel Marciano Santos, beneficiando sua linhagem.

– apoio à Julio Prestes – indica que havia um desalinhamento entre o diretório do PRM estadual e o diretório local, já que o coronel era membro do PRM e deveria apoiar a Aliança Liberal e não a candidatura de Prestes, segundo o posicionamento estadual. Possivelmente, o coronel estava seguindo uma orientação que lhe fosse mais benéfica, pois houve o rompimento de Melo Viana, presidente de MG durante o período em que o coronel fora agente executivo local, com o PRM nas eleições de 1930, nesse momento deve ter havido uma aproximação entre ambos. Dessa forma, o coronel seguiu os passos de Viana e apoiou nas eleições de 1930 a candidatura de Julio Prestes, contando, também, com a vitória do seu aliado no Estado e, conseqüentemente, com a sua nomeação como chefe local. Sobre esse imbróglio estadual Bomeny esclarece:

Na sucessão de 29, o PRM é faccionado de forma a não recuperar mais a unidade. Assiste-se, em Minas, ao rompimento de uma ligação unitária entre o chefe do partido e o chefe do executivo estadual. Pela cisão criada, o chefe do governo passa a não mais guardar uma correspondência com o chefe do PRM¹⁴⁰.

No entanto, na disputa estadual entre Melo Viana (apoiado pela Concentração Conservadora) e Olegário Maciel (apoiado pelo PRM e pela Aliança Liberal), saiu vitorioso o candidato apoiado pela Aliança Liberal. Logo, os grupos locais que apoiaram a Aliança Liberal passaram a ser nomeados nos seus municípios, o que não foi o caso da família Santos. Diante disso, passaram a agir de diversas formas para que o cenário local fosse outro. E por outro lado, o grupo que apoiou a *Revolução* e a candidatura de Olegário Maciel, tiveram que se articular perante os “ataques” políticos mediados pela imprensa. De um lado *O Triângulo*, de outro o *Araguary*.

No *Araguary*, passou a circular em meados de 1932 uma série de matérias sobre as contas das administrações anteriores à do senhor Mario, intituladas “Instantâneos administrativos. Mais um favoritismo pessoal”. Nelas são divulgados extratos de pagamentos de contas a pessoas ligadas ao coronel Marciano Santos, que aludia a favorecimento pessoal, como é o caso do seu filho Celso Santos prestando serviços à prefeitura. O cenário era opaco, o senhor Celso Santos era tesoureiro da Câmara Municipal, portanto agente público, no entanto, estava recebendo por serviços que o seu jornal (*O Triângulo* era de sua propriedade nos anos de 1928 e 1929) estava prestando à

¹⁴⁰ BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) et al. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.135.

prefeitura, como divulgação leis, balancetes, editais etc. A insinuação por parte do jornal *Araguary*, representando o prefeito Pereira nesse caso, é a de que não era ética a relação estabelecida entre dois agentes públicos, um prefeito (o pai) e o outro tesoureiro (o filho), terem se utilizado desses cargos para beneficiarem um negócio que favorecia mais a eles do que ao município. Em um desses balancetes semestrais publicado n' *O Triângulo* havia um desconto considerável que o senhor Celso estava dando à prefeitura. Segundo o *Araguary*, por que o desconto? Ironicamente o jornal irá fazer essa pergunta de uma forma mais espalhafatosa do que a simples interrogação aqui feita.

Si o nosso caboclo, ingênuo mas malicioso, examinasse esta conta, certamente não deixaria de extranha-la, e levando, pensativamente, a mão à barbicha rarefeita, diria, brejeiramente, com seus botões: - Pur Deus ou Jehovah, num to cumpriendeno isso... Numa conta de 3:744\$000, de imprimissão no jorná, apurada linha pur linha pode a gente fazê esse **descontão tão grande?**¹⁴¹ [sic] (grifo nosso)

A matéria é concluída com o mesmo tom jocoso do trecho citado. No sentido de que a ideia das pessoas envolvidas era a de que ficariam impunes, de que a Câmara iria aprovar as contas como sempre fizera e tudo bem. *Só não esperavam o 4 de Outubro de 1930*, nas palavras do autor Kamenev, provavelmente um pseudônimo, em outro trecho da matéria. A troca de acusações entre os grupos foi uma constante durante o governo do prefeito Mario da S. Pereira, e mesmo após sua saída os ânimos e as disputas não cessaram.

N' *O Triângulo* passou a circular, após a renúncia do prefeito Pereira em 1933, matérias apresentando questionamentos sobre a atuação do ex-prefeito durante o seu mandato e, também, sobre suas atitudes após sua saída. Fato que foi igualmente verificado com a administração de Marciano Santos quando assumiu Pereira, passar a limpo a administração anterior, tática ainda comum nos nossos dias. Um detalhe é que após sua saída, Mario da S. Pereira, passa a ser denominado no jornal pelo nome, o que não acontecia durante seu governo, em que ele sempre era apontado como “prefeito”, antecedido, muitas vezes, por algum adjetivo irônico, como “ilustre”, “excelentíssimo”, seguido de uma matéria com teor oposto ao adjetivo apontado.

Contudo, no período da transição até houve uma certa cordialidade no tratamento entre ambos os grupos, sobretudo nos jornais, porém, rapidamente as

¹⁴¹ *Araguary*. Araguari, 05 abr. 1932, ano XXXIX, nº 1698.

disputas voltaram ao seu tom natural de ataques e defesas. Essa situação voltou no momento em que o ex-prefeito Pereira acionou juridicamente a Prefeitura (no governo do Sr. Delermundo Cardoso, que era seu vice-prefeito), pedindo uma indenização. José J. Santos, que passa a ser um dos personagens principais na política local após a saída de Pereira, publica n' *O Triângulo* o seguinte esclarecimento,

(...) Praticando actos de arbitrariedades de dictadura municipal alheia ao império das leis – como si Araguay vivesse à parte da legislação administrativa dos actuaes governos provisórios – o anterior gestor dos negócios do município ora prescindia da audiência do Conselho Consultivo, ora praticava suas deliberações sem forma de acto administrativo, sem decreto quando esse se fazia necessário por lei, ora dispensava a autorização do Sr. Presidente do Estado em actos a elle subordinados.(...) A destruição parcial do prédio situado à rua Rui Barbosa, nº 34, foi praticada pela madrugada, noite ainda, de maneira a escapar aos justos clamores dos seus proprietários e habitantes¹⁴².
[sic]

Essa matéria foi escrita pelo Conselheiro Municipal José Jeovah Santos, que, futuramente, tornar-se-ia prefeito da cidade. É uma resposta ao pedido de indenização por parte do Dr. Mario da Silva Pereira, em relação à demolição do prédio comentado acima. Segundo a matéria o prédio foi demolido no governo do próprio requerente para a abertura da rua Ypiranga, e que posteriormente Mario fez a compra do local, e durante o governo seguinte, de Delermundo Cardoso, fez o pedido da indenização por ter afetado e destruído parte do prédio. Demonstra-se novamente a disputa entre o Dr. Mario e o Dr. Jeovah. O valor pedido das indenizações era de novecentos e noventa e cinco mil réis, pelo que foi destruído, e dois contos e trezentos mil réis, pela adaptação à nova situação criada.

Sobre a acusação de que Pereira governava alheio à vontade do Conselho Municipal, o jornal *Araguary* apresenta que nas reuniões desse grupo, o qual era presidido pelo prefeito, havia uma ausência constante das pessoas que eram ligadas ao senhor Jeovah. Consequentemente, as decisões eram tomadas pelos presentes a tais reuniões.

Após assumir o cargo de chefe municipal, Delermundo Cardoso entrou numa disputa que já havia sido travada pelo prefeito anterior, a escolha do periódico que faria a publicidade dos atos da administração local. Durante o governo de Marciano Santos e

¹⁴² *O Triângulo*, Araguari, 23 jul. 1933, nº190.

Philadelpho de Lima, esse papel foi dado ao *Triângulo*, após a Revolução foi passado ao *Araguary*. No início do governo de Cardoso voltou-se ao *Triângulo* e posteriormente foi realizada uma “licitação” que naquele período, dezembro de 1933, era denominado “hasta pública”, e se apresentaram para participar os dois jornais locais, *O Triângulo* e o *Araguary*. Segundo *O Triângulo*, que estava prestando o serviço à prefeitura, a proposta do *Araguary* era de seis contos de réis, e a do *Triângulo* quatro contos e duzentos mil réis, e que “S. excia” (prefeito Delermundo Cardoso), ficou de analisar as propostas e ver o que seria melhor para o município. Contrariando *O Triângulo*, o prefeito optou pelo *Araguary*, fato que gerou a seguinte publicação no jornal que havia, então, perdido a concorrência, ou a “hasta pública”:

Tendo o Sr. Prefeito municipal, despresando as péssimas condições financeiras do município, as quaes é elle o primeiro a lamentar, acceitado a proposta do nosso collega o “Araguary”, para a publicação do expediente da prefeitura, não nos conformamos com o seu acto, motivo por que fizemos um recurso ao dr. interventor federal, demonstrando, com dados concretos, as vantagens que offerecemos para a prefeitura. Não sabemos qual a opinião do governo de Minas. Qualquer que seja porém, não nos desanimaremos de continuar a nos por sempre ao lado dos interesses collectivos. Se aceita a nossa proposta, recebemos isto como sendo uma justiça¹⁴³. [sic]

Há uma diferença discursiva clara no tratamento com o prefeito Delermundo a partir do momento em que ele assume a prefeitura e após sua decisão de escolher o *Araguary* como veículo oficial da prefeitura em detrimento d’*O Triângulo*. Anteriormente a essa decisão, as palavras utilizadas para se referir ao prefeito eram em tom de amistosidade, feita a escolha pelo *Araguary*, Delermundo Cardoso passou a sofrer duras críticas, sobretudo pelo fato de que ele teria escolhido o jornal que havia apresentado um preço maior do que o seu, dessa forma estaria prejudicando ainda mais as contas do município que estavam passando por sérios problemas, herança, segundo *O Triângulo*, do governo anterior, ou seja, ainda eram latentes as animosidades com o ex-prefeito Mario da S. Pereira.

¹⁴³ *O Triângulo*. Araguari, 14 jan. 1934, ano VI, nº201.

2.3 – As bases de construção e manutenção do poder local

Entre os vários episódios que demonstram como foi a atuação dos coronéis na cidade de Araguari, existe um caso que é bastante interessante e trágico, que envolveu figuras importantes da cidade. Em documentos que se encontram no Arquivo Público Municipal “Dr. Calil Porto” de Araguari¹⁴⁴, há um caso envolvendo o advogado Mário da Silva Pereira que havia sido prefeito entre 9 de dezembro 1930¹⁴⁵ e 17 de maio de 1933 e o médico José Jeovah Santos, prefeito no período de 30 de setembro de 1934 a 31 de dezembro de 1944¹⁴⁶. A disputa política entre essas duas figuras de expressão na cidade de Araguari, como representantes de dois grupos com interesses divergentes é paradigmática para o entendimento de boa parte do que transcorreu na política local nos 15 anos que se passaram durante o período de 1930 a 1945, justificando assim a escolha do recorte temporal para este trabalho.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder no governo federal, após a *Revolução de 30*, ocorrem mudanças em escala em todas as instâncias governamentais, regional e local. Em Araguari essas mudanças geraram descontentamentos por parte dos políticos que estavam no poder antes da revolução, algo natural.

Assim, o então prefeito Cel. Marciano Santos é destituído da governança municipal e em seu lugar é nomeado o advogado Mário da Silva Pereira. O cel. Marciano Santos era o pai do citado anteriormente José Jeovah Santos. Esse, em decorrência da “intentona em São Paulo”, no ano de 1932, adere à insurreição, com a intenção da deposição de Pereira. No entanto, o advogado e interventor municipal, com a ajuda do cel. Fonseca, solicita uma Companhia de Metralhadora de Uberaba, e a partir dessa benesse consegue manter-se no seu cargo¹⁴⁷.

¹⁴⁴ Para o entendimento desse caso foram utilizados dois documentos como base que, até certo ponto, determinaram de um lado acusações sobre a figura de José Jeovah Santos e um outro que seria a defesa de Santos sobre as acusações. O primeiro é uma espécie de manifesto que foi endereçado a Benedito Valadares no exercício do seu governo de Minas Gerais (em 1941), da autoria de Antônio Araújo Villela, que apresenta acusações de várias pessoas da cidade ou que residiram na cidade contra José Jeovah Santos, denominado *Memorial*. O segundo é um processo crime datado de 1945 que foi movido por Santos acusando, parte das pessoas que o acusavam naquele manifesto e mais uma gama de pessoas, de injúria. Cf. Processo de Injúria, nº 1470, de 21 de março de 1945. Acervo Judiciário. Arquivo Público Municipal Dr. Calil Porto de Araguari.

¹⁴⁵ Dado retirado do jornal “Araguary”, matéria do dia 9 de agosto de 1931, nº 1675.

¹⁴⁶ José Jeovah Santos exerceu um segundo mandato, entre 31 de setembro de 1939 e 30 de janeiro de 1963, desta vez eleito democraticamente.

¹⁴⁷ VILLELA, Antônio Araújo. *Memorial*. Belo Horizonte: 12 de junho de 1941.

Entretanto, a família Santos não titubeou. Em abril de 1933, Mário da Silva Pereira deixou o cargo de prefeito e mudou-se para Belo Horizonte com sua família. Segundo o relato do próprio Pereira, tal mudança se deu sob ameaças e acusações de José Jeovah Santos e seu grupo, que o advogado denominou de “cangaceirismo”, e com o qual não estava mais disposto a se desgastar.

Assumindo o governo municipal, com a saída “forçada” de Mário da S. Pereira, Delermundo Cardoso permaneceu no cargo até 29 de setembro de 1934, quando assumiu o médico José Jeovah Santos, após acordo político mediado pelo Dr. Melo Viana. Cardoso era um dos acusados de injúria por parte de Santos no processo que teve início em 1944. O médico-coronel permaneceu à frente da prefeitura até 31 de dezembro de 1944, na sua primeira gestão, portanto, por quase 10 anos¹⁴⁸.

Essa herança de Jeovah Santos em relação ao poder municipal pode ser relacionada ao que alguns denominam na estrutura do coronelismo de “filhotismo”¹⁴⁹, que é a passagem da influência construída pelo tradicional coronel, no caso o pai dele, o cel. Marciano Santos, para um filho que já congregava características urbanas àquelas tradicionais existentes nos “coronéis”, pois, Jeovah Santos era um médico, portanto, possivelmente a população miserável era dependente, também, de suas habilidades como profissional da saúde, construída através de consultas mais baratas e até mesmo gratuitas¹⁵⁰. Sobretudo, pelo fato do Sr. Santos ser proprietário, naquele período, da Casa de Saúde São Sebastião, a qual havia sido construída pelo pai.

No documento intitulado *Memorial*, encontram-se não somente a representação registrada em cartório por Pereira, mas também de diversas outras pessoas que tiveram algum desentendimento político com a família Santos, que, em muitos casos, eram profissionais da área médica ou da advocacia. No caso de Pereira, de acordo com seu depoimento, ele não ofereceu a oportunidade que José J. Santos esperava para enfrentá-lo diretamente. Contudo, outras pessoas não tiveram a mesma sorte, por exemplo, dois casos que relata Mário da S. Pereira na sua representação:

Além das pessoas mencionadas na representação, posso lembrar ainda o velho funcionário federal, junto à E. F. Goiás, o

¹⁴⁸ As datas sobre os mandatos dos governantes em Araguari encontram-se no Arquivo Público Municipal “Dr. Calil Porto”, em folder intitulado *Galeria dos Prefeitos – 1884/2004*.

¹⁴⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual*. In: Pontos e Bordados: escritos de história e política, Belo Horizonte: UFMG, 1999.

¹⁵⁰ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

sexagenário Bento Borges, que foi torpemente **espancado a corda de bacalhau e arame farpado**, em pleno dia em frente a cadeia pública, porque tinha ousado contrariar um dos filhos do coronel Marciano Santos, com quem tivera o atrevimento de discutir, verberando a falsificação da eleição federal de 1927 – fato que repercutiu, depois, no atentado contra o dr. Duque Estrada, engenheiro da mesma Estrada de Ferro; o infeliz Antônio Nunes de Carvalho Sobrinho, que, perseguido e forçado a abandonar sua cidade natal dentro de 48 horas, com sua numerosa família, e sem meios de subsistência, apaixonou-se e suicidou-se na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, deixando explicado, em uma caderneta de notas, o motivo que o havia levado ao desespero e que fora a perseguição, que não teve forças para suportar, partida do prefeito Jeovah Santos, conforme ficou constando de um auto de arrecadação dos bens do suicida, lavrado perante o dr. Juiz de Direito daquela comarca.¹⁵¹ (grifo nosso)

Também tiveram desavenças com a família Santos: Dr. João Alcântara, médico, mudou-se para o Rio de Janeiro sob acusações de José Jeovah Santos. José Maria do Nascimento, contador comercial, caindo no desagrado do prefeito, foi intimado a desaparecer do município sob pena de morte, passando a viver em Anápolis. José de Araújo Villela, engenheiro, fazendeiro, industrial e grande negociante, escapou de processo arquitetado pelo prefeito graças a intervenção de autoridades estaduais. Dr. Horácio Izecksohn, médico, insultado diretamente pelo prefeito, que mandou chamá-lo à delegacia pelo Te. Geraldo Vieira. Na delegacia foi humilhado e só não apanhou “de borracha” por interferência do Juiz de Direito da Comarca. Dr. Eudoro Lemos, ex-diretor da Estrada de Ferro Goiaz, alto funcionário federal, transferiu-se para o Rio de Janeiro depois de renunciar ao cargo de diretor após ameaças e perseguições efetuadas por José Jeovah Santos. Dr. Antônio Araújo Villela (autor do *Memorial*), testemunha do caso do roubo da E. F. Goiaz, deixou a cidade e foi para Belo Horizonte, devido a uma ameaça inconseqüente: ele fora abordado na rua por José J. Santos “armado e bêbado”. Villela recorreu ao Juiz de Direito que o aconselhou a deixar a cidade¹⁵².

Mesmo com a existência de uma documentação bastante interessante a respeito da atuação dos coronéis na cidade de Araguari e, também, para outras temáticas de pesquisa local, ainda existe pouca produção historiográfica na cidade para uma história tão rica.

¹⁵¹ Esse relato se encontra na representação de Mário da Silva Pereira elaborada para constituir o *Memorial*. Data do dia 16 de junho de 1941, p. 10.

¹⁵² VILLELA, Antônio Araújo. *Memorial*. Belo Horizonte: 12 de junho de 1941.

O desdobramento do *Memorial* e de vários outros documentos produzidos pela comunidade levam Jeovah Santos, após seu mandato de quase 10 anos, em 1944 a mover um inquérito policial contra 39 pessoas da cidade de Araguari¹⁵³. Processo que, segundo a vítima, José Jeovah Santos, resolveu dar procedência devido à reportagem publicada no jornal *Estado de Goiaz*,¹⁵⁴, no qual consta uma matéria especial sobre o acontecimento que muita gente desconhece e que faz parte da história recente do município, do denominado “Telegrama Monstro”, denominação dada pela imprensa.

Esse telegrama era uma soma de 5.209 depoimentos e assinaturas com firma registrada em cartório de cada telegrama, enviados para o governador Benedito Valadares, pedindo a substituição do prefeito José Jeovah Santos, acusado de desmando e de usufruir do cargo de prefeito para realização de projetos pessoais.¹⁵⁵ Em outras palavras, ele era acusado por um grande número de pessoas da tradicional forma de prevaricação do bem público. Diante desses fatos o nosso papel como historiadores é buscar caminhar nesse meandro político e entender quais relações políticas, pessoais, econômicas etc., esses grupos tinham com o grupo do prefeito.

O inquérito aberto pela Delegacia de Polícia do Município foi arquivado em 1949 sem a condenação de nenhum dos 39 acusados. De acordo com o relatório final do inquérito, o decorrente era:

(...) Fruto de uma **época de intranqüilidade para Araguari**, quando o administrador da cidade se viu combatido, em pleno **período ditatorial**, por uma plêiade de cidadãos de responsabilidades, firmes no propósito de derrubar seu governo. (...) E nada como o tempo, o grande mestre da sabedoria, o implacável, que tudo amaina e tudo transforma. Graças a sua ação modificadora, que faz dos amigos inimigos e dos inimigos amigos, como escárneo a pequenez dos homens, ironia ao nosso orgulho e traça a sabedoria de todos, hoje,

¹⁵³ A data da abertura do processo é de 1944, nesse ano José Jeovah Santos era o prefeito da cidade de Araguari, deixando o cargo no ano seguinte.

¹⁵⁴ *Estado de Goiaz*. Uberlândia-MG, 04 de janeiro de 1945, ano 13, nº 1029. O jornal está em anexo no processo movido por Santos. Arquivo Público Municipal “Dr. Calil Porto”. Acervo do Judiciário.

¹⁵⁵ Sua saída do governo municipal deu-se, possivelmente, pela eleição de um novo governador do Estado em 1944 que, conseqüentemente, opera a mudança dos chefes políticos locais. Essa relação entre o chefe do Estado e o chefe político local é, também, uma característica da estrutura do “coronelismo”, pois, para o chefe político local “o maior mal que pode acontecer é ter o governo do Estado como adversário” (LEAL, 1997, p.69). O que poderia colocar em xeque toda a arbitrariedade cometida pelo “coronel”, levando-se em conta a “vista grossa” feita a essas práticas, além do apoio a projetos que o município, por conta própria, seria incapaz, financeiramente, de realizar.

certamente, **não interessará mais ao signatário da representação o movimento do processo.**¹⁵⁶ (grifos nossos)

Dessa forma, Jeovah Santos não se caracterizava somente como “coronel” de sua fazenda, posicionando-se diante de toda a sociedade araguarina, como representante de um grupo dominante. Porém, percebemos que esse mesmo grupo também não se apresentava homogêneo, tendo em vista as disputas encontradas nos documentos. Estamos, portanto, diante de algo que Marx já havia apontado: essas disputas entre os integrantes no interior de um mesmo grupo. Para ele “os indivíduos isolados apenas formam uma classe na medida em que tem que manter uma luta comum contra outra classe, no restante, eles mesmos defrontam-se uns com os outros na concorrência”¹⁵⁷. Desse modo, por mais que diversas pessoas comuns tenham tido alguma desavença com Santos, seus principais inimigos no jogo pelo poder eram aqueles que poderiam ameaçá-lo politicamente ou economicamente, ou seja, seus pares.

Mesmo diante de tal campanha envolvendo mais de 5.200 pessoas na cidade com o “Telegrama Monstro”, José Jeovah Santos se candidatou novamente ao pleito municipal em 1947, candidato pelo PDC (Partido Democrata Cristão) com campanha de destaque no *Gazeta* e, na esteira disso o jornal conclama a população a *votar bem, votando em José Jeovah Santos*. Porém, não se elegeu prefeito, sendo eleito o candidato da UDN (União Democrática Nacional), Oswaldo Pierucetti, a quem, nem a igreja nem o jornal, o tinham como inimigo político. Na verdade, cede espaços para propaganda política do candidato, já que a UDN era a grande força política local e nacional naquele momento, pois, além do prefeito, a sigla elegeu o vice-prefeito, os quatro vereadores mais bem votados e também o presidente da câmara dos vereadores¹⁵⁸, era uma “nova” força partidária que estava suplantando o “velho” PRM.

Edgard Carone faz uma consideração muito clara sobre a política no Estado Novo e suas disputas, que ajuda a compreender esse pêndulo político que se apresentou em grande parte da política brasileira, de forma geral, e em Araguari, de maneira específica.

¹⁵⁶ Processo de Injúria, nº 1470, de 21 de março de 1945. O trecho em destaque no corpo do texto, no entanto, é de 1949, p. 57. O processo encontra-se no Arquivo Público Municipal Dr. Calil Porto. Acervo do Judiciário.

¹⁵⁷ ENGELS, F., MARX, K. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. Trad: José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1999, 11ª ed, p. 84.

¹⁵⁸ *Gazeta do Triângulo*. Araguari, 07 dez. 1947, ano XI, nº 639.

Assim, durante o Estado Novo, desenvolve-se um processo político social ambíguo, em que o poder político pertence às classes tradicionais agrícolas que, economicamente, estão em permanente crise, e as classes urbanas ainda não conquistaram o poder político, mas estão em pleno desenvolvimento econômico.¹⁵⁹

Em face do que disse Carone, o presente estudo não propõe a defesa de nenhum dos grupos políticos, nem a família Santos e seus aliados, nem ao “grupo do Memorial” (denominação nossa). No entanto, é fato que a família Santos, já na década de 1920, sob o comando do cel. Marciano Santos e, nas décadas de 1930 e 1940, com José J. Santos e seus irmãos, Celso Santos e Olavo Santos, fizeram parte de uma oligarquia que procurou manter-se no poder por bastante tempo. E o “grupo do Memorial” constituía-se, em sua maioria, por profissionais urbanos que estavam em disputa política ou econômica com essa “família”. Tanto é que, o médico e autor do *Memorial*, Dr. Antônio Araújo Villela, não se apresentou como oponente diretamente político, mas sim econômico. Villela era proprietário da Casa de Saúde Santa Marta e, o médico José J. Santos prefeito e proprietário da Casa de Saúde São Sebastião, portanto adversários econômicos.

Assim, em Araguari, as “classes urbanas”, representadas pelos sujeitos que compunham o “grupo do Memorial”, estavam em paulatina ascensão econômica e travavam uma disputa política com as tradicionais famílias oligárquicas, que se agrupavam entorno do clã Santos, gerando no município uma conturbada década de 1930, permeada por embates sociais significativos.

¹⁵⁹ CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976. Coleção Corpo e Alma do Brasil. Dir. Fernando Henrique Cardoso.



Foto 1: Família de José Jeovah Santos.

CAPÍTULO III

TEIA DE PODERES – “OU BEM SE MANDA OU BEM SE PEDE”

O coronel é o homem que comanda a política nacional, porque é ele quem elege os homens que a fazem.

José Bonifácio de Andrade

Neste capítulo temos um campo apropriado para discutir as fragilidades do Estado brasileiro em seu formato inicial de República, sendo um dos seus aspectos a necessidade de alimentar o poder dos coronéis para se fazer presente em regiões afastadas dos centros de poder. A opção republicana, a partir de 1889, pois fim ao insustentável Brasil monárquico gerando uma estrutura de poder hierárquica baseada na reciprocidade, ou dependência, entre os três Poderes (federal, estadual e local), estrutura denominada federalismo. O modelo de República predominante foi o modelo estadunidense. Diante da disputa ideológica entre o jacobinismo e o positivismo francês e o modelo norte-americano, este último tornou-se vitorioso graças à atuação dos grandes proprietários rurais das três principais províncias do Império: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul¹⁶⁰.

Obviamente que a sua implantação não foi uma mera transposição tal qual o original estadunidense, ocorreram adaptações de acordo com os diversos interesses envolvidos no seu projeto (agregando elementos positivistas, como a divisão dos três poderes, por exemplo), ou para os mais brandos na análise, houve uma adaptação de acordo com a realidade brasileira, que era totalmente distinta da realidade estadunidense, sobretudo pela nossa “desigualdade profunda e pela concentração de poder”, heranças de um passado colonial¹⁶¹. Consequentemente, duras críticas foram direcionadas ao nosso modelo republicano, qualificado por alguns como liberal-democrático. Oliveira Vianna, na sua obra *Idealismo da Constituição* argumenta:

O que havia de mais prestigioso e fino na velha aristocracia local, quando se deu o golpe de 15 de Novembro, ou retraiu-se, fechando-se dentro do culto platônico da monarquia, ou tomou uma atitude discreta aguardando o rumo ulterior dos acontecimentos. De modo que, em sua maioria, os clãs partidários, que se organizaram por todo o país, em substituição das velhas organizações monárquicas, não tinham propriamente em sua frente as figuras de mais autoridade no seio das elites politicantes. Havia ali - com notáveis e brilhantes exceções - muita entidade entrelopa, muito arrivista, muito *noaoeau-riclie* político, sem grande solidez de estrutura no caráter e sem grande lastro de escrúpulos na consciência, que se haviam arremessado sobre as situações políticas, abandonadas pela velha guarda, com a mesma despreocupação de linha e de atitudes de uma patrulha de assalto pondo em saque uma cidade deserta¹⁶².

¹⁶⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.24.

¹⁶¹ *Ibid.*, p.25

¹⁶² VIANNA, Oliveira. *O Idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Edição Terra de Sol, 1927, p.22.

Na Constituição de 1891 foi consagrado um modelo de federalismo que privilegiou um “falso” liberalismo, e que na verdade propiciou o estabelecimento da “sanção da lei do mais forte”, pois, foi estabelecido, na visão de Carvalho, um regime profundamente autoritário, totalmente distinto do modelo americano. Foi como escreveu ironicamente Vianna: *Esta ideologia era uma mistura um tanto internacional e, por isso mesmo, heterogênea da democracia francesa, do liberalismo inglês e do federalismo americano*. Desse modo, dificilmente a Constituição dita republicana alcançaria seus objetivos, pois, um dos seus defeitos foi querer implantar um modelo político que não coadunava com a nossa realidade. Para a maioria dos estudiosos da República, ela de fato não se consumou. Recorrendo novamente a Vianna: *Em verdade, esta Constituição nunca foi posta em prática, como veremos: pode-se dizer que ela, como as crianças mal nascidas, morreu do mal de sete dias*¹⁶³.

Toda a estrutura ideológica, jurídica, política e administrativa, montada pelo projeto da Primeira República, proporcionou um cenário para que o coronelismo se estabelecesse de forma dominante na maioria das regiões brasileiras, e de forma mais acentuada em cidades do interior, como é o caso de Araguari, município escolhido para esta pesquisa. Portanto, o projeto republicano brasileiro foi de encontro ao que propugnava os seus ideólogos franceses e norte-americanos, sobretudo contra um dos grandes intelectuais do ideário republicano francês, Montesquieu. Em seu artigo *O significado de república*, o autor Celso Lafer analisa uma das propostas republicanas a partir do pensador francês, no qual aponta que:

A virtude republicana é, pois, para Montesquieu, que se inspira na tradição romana, uma virtude política, um sentimento que passa pelo respeito às leis e pela devoção do indivíduo à coletividade. Neste sentido, ao contrário da monarquia que se baseia na diferenciação e na desigualdade (o privilégio da religião, raça, sabedoria e posição, como dirá o Manifesto Republicano de 1870), e do despotismo, que se funda na Igualdade diante do medo e na impotência derivada da não participação no poder soberano, a igualdade republicana, na lição *aggiornata* de Montesquieu, é uma igualdade na virtude¹⁶⁴.

Contudo, mesmo que ela não tenha sido a “República dos nossos sonhos”, as mudanças foram significativas ao final do século XIX, porém foram lentas e graduais, como por exemplo, a Abolição, que inegavelmente foi um passo importante, mas que a

¹⁶³ Ibid., p.27.

¹⁶⁴ LAFER, Celso. O significado de república. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1989, vol. 2, nº4, p.217.

partir dela outros passos ainda precisavam ser dados para que de fato aquela herança patriarcal e patrimonialista do passado colonial desaparecesse, o que efetivamente ainda não se efetivou. Com efeito, a estruturação republicana no Brasil foi realizada em descompasso com a nossa realidade histórica daquele momento, e, em virtude desse descompasso, diversas críticas foram tecidas sobre a implantação da República. A respeito desse processo Oliveira Vianna, ironiza:

Veio a **República**. Veio a **Democracia**. Veio a **Federação**. E para logo se levantou um sussurro de desapontamento do seio da turba fanatizada – e esse desapontamento se acentuou, com o tempo, numa permanente desilusão. Os mais fortemente desiludidos foram precisamente os mais ardentes evangelizadores do novo credo. Os Cristo da Nova Revelação foram justamente os que mais alto fizeram ressoar o refrão do seu desânimo. – *Não era esta a República dos meus sonhos!* Diziam, sucumbidos e cheios de melancolia¹⁶⁵. (grifos em itálico do autor, grifos em negrito nosso)

Malgrado o posicionamento político-ideológico de autores como Vianna e Carvalho – em grande parte opostos –, no que tange à nossa formação republicana, democrática e federalista, ambos são muito próximos, avaliando que esses ideais não se concretizaram, e, dificilmente, se materializaria da forma como foi conduzida a sua implantação, sobretudo, negligenciando a realidade histórica do país naquele momento. Ou seja, na visão dos dois autores, esse foi um processo que estava fadado a não se realizar.

Avançando no pós-*Revolução*, uma das questões a serem analisadas neste momento é que observando os decretos-leis¹⁶⁶ e as constituições do período Vargas, notamos uma forte centralização política e uma grande fragilidade do poder local no que tange às disposições administrativas do município, conclusão também presente em outros autores, sobretudo em Leal. No entanto, não queremos simplesmente ratificar essa conclusão exemplificando com o caso araguarino, mas sim, buscarmos demonstrar como se dava a relação entre a centralização do poder com a fragilidade local. Para isso, procuramos compreender os desdobramentos ocorridos na administração municipal, mesclando esses fatos com a análise dos dispositivos legais¹⁶⁷. Para isso, uma das

¹⁶⁵ VIANNA, Oliveira. *O Idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Edição Terra de Sol, 1927, p.28.

¹⁶⁶ Serão analisados os seguintes decretos: Decreto-Lei 19.398 de novembro de 1930; Decreto-Lei 1.202 de abril de 1939 e o Decreto-Lei 5.511 de maio de 1943. Serão analisadas, também, as Constituições de 1934 e a de 1937.

¹⁶⁷ Nesse momento cabem aqui algumas ressalvas sobre essas análises. O ideal seria fazer uma análise geral da atuação municipal passando pelo período colonial, imperial até chegar ao período republicano.

grandes inquietações ao analisar as fontes, principalmente os jornais, foi a de identificar a busca recorrente que as correntes locais faziam do suporte estadual para a resolução das questões municipais. E isso servia tanto para quem estava no poder quanto para quem estava de “fora” fazendo o papel de oposição. Como foi o caso emblemático da troca do chefe do executivo local em 1934, esse arranjo foi claramente percebido e exposto nos jornais de ambas as correntes, como já analisado no segundo capítulo.

É notório para a maioria dos pesquisadores do tema, que após a *Revolução* foi montada uma estrutura jurídico-administrativa, que não permitia mais a manutenção da mesma lógica do sistema coronelista presente na Primeira República¹⁶⁸. No entanto, não acreditamos, como querem alguns, na falência abrupta desse mesmo sistema fundamentada apenas nessas mudanças. Observando pesquisas atuais, bem fundamentadas, não é possível afirmar que hoje não existam mais práticas do “velho” sistema coronelista em diversas regiões do Brasil. Existem, de fato, porém com características próprias da sua conjuntura, que é o caso do já estabelecido sistema capitalista e da nossa frágil “democracia liberal”, como muito bem analisou Janotti:

O coronelismo demonstra, portanto, ter uma estrutura bastante plástica, adaptando-se a sucessivos momentos históricos. Dessa forma o poder local não se enfraquece com a mesma intensidade em todo o país. Ele se mantém, sob nova roupagem, ou se extingue nas áreas de maior concentração urbana, **persistindo, nos mesmos moldes, em regiões de economia tradicional**. Nesse sentido, a Revolução de 30 apenas representa um momento em que se dá um novo pacto social, no qual as oligarquias não estão ausentes¹⁶⁹. (grifo nosso)

Segundo a historiadora, há uma adaptação do coronelismo ao longo do século XX, apresentando-se com características próprias a cada momento histórico específico, fruto social da sua historicidade.

Trabalhos recentes sobre o coronelismo em várias regiões do Brasil demonstram como a temática em questão ainda suscita um debate acalorado. Dentre eles cabe

No entanto, isso daria uma outra dissertação. Portanto, a nossa proposta é uma análise rápida (que não significa ilustrativa), porém, de extrema importância para o caminho que queremos percorrer.

¹⁶⁸ Em sua obra *Idealismo da Constituição*, Oliveira Vianna, tece ácidas críticas à primeira Constituição republicana, sobretudo sobre a falsa pecha que alguns queriam colocar sobre ela de “democrática”. Faz isso comparando-a à outras realidades do momento (ele publica o livro em 1927) como Inglaterra e Estados Unidos. E, segundo o intelectual, não era o momento de vivermos tal experiência democrática, não havíamos vivido uma evolução política popular o suficiente para tal. Justificando a tutela do estado sobre vários aspectos.

¹⁶⁹ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O coronelismo ainda é uma questão historiográfica? In: *Anais do XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Belo Horizonte, jun. 2007, p.514.

destacar: “História política de Goiás – Pedro Ludovico Teixeira, o democrata modernizador ou o coronel da modernidade?”¹⁷⁰ de Fernando da R. Rodrigues, “O coronelismo como referência identitária: um estudo sobre as narrativas de Wilson Lins”¹⁷¹ de André L. M. Galvão, “Cartas ao coronel: a construção da dependência e sua legitimação pelos subalternos”¹⁷² de Cláudio Pereira Elmir, “Família, Latifúndio e Poder: as bases do coronelismo no Norte de Minas Gerais durante a Primeira República (1889-1930)”¹⁷³, de Vítor F. Figueiredo e Camila G. Silva, “A dominação na República Velha: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da Revolução de 30”¹⁷⁴ de Sidnei F. de Vares e “Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa”¹⁷⁵ de Francisco Pereira de Farias.

Existe, portanto, uma gama de trabalhos que envolvem de alguma forma a temática e que se aproximam ou se distanciam dependendo das metodologias e dos fundamentos teóricos escolhidos por seus autores para analisarem as diversas regiões do Brasil. Nos trabalhos acima citados apresentam-se as regiões nordeste, sudeste, centro-oeste e sul, representadas como cenários a serem investigados, dessa forma, é que concluímos que a estrutura coronelista fez e continua a fazer parte de um universo amplo do nosso país.

3.1 Da “fragilidade” municipal

A dependência municipal em relação ao Estado advinda com o Governo Provisório (1930-34) – não que anteriormente houvesse uma grande autonomia –, começa a ser percebido já no primeiro decreto de Vargas, o Decreto-Lei 19.398 de 1930, que no seu artigo 11, parágrafo 4º, apresenta a seguinte determinação:

¹⁷⁰ RODRIGUES, Fernando da R. *História política de Goiás – Pedro Ludovico Teixeira, o democrata modernizador ou o coronel da modernidade?*. Disponível em <http://www.slmb.ueg.br/paidos/artigos/1_historia_politica_de_goias.pdf> Acessado em: 10/05/2015

¹⁷¹ GALVÃO, André L. M. O coronelismo como referência identitária: um estudo sobre as narrativas de Wilson Lins. In: *III Encontro de estudos em cultura*. Universidade Federal do Recôncavo Baiano: 2012.

¹⁷² ELMIR, Cláudio Pereira. Cartas ao coronel: a construção da dependência e sua legitimação pelos subalternos. *Revista Territórios e Fronteiras*. v.2 nº2 – Jul/Dez. 2009.

¹⁷³ FIGUEIREDO, Vítor F.; SILVA, Camila G. Família, Latifúndio e Poder: as bases do coronelismo no Norte de Minas Gerais durante a Primeira República (1889-1930). *Diálogos* (Maringá, online), V.6, Nº3, p.1051-1084, set/dez. 2012.

¹⁷⁴ VARES, Sidnei F de. A dominação na República Velha: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da Revolução de 30. *História: Debates e Tendências*. v.11, nº1, jan/jun. 2011, p.121-139.

¹⁷⁵ FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: nov. 2000, nº15, p. 49-65.

O interventor nomeará um prefeito para cada município, que exercerá aí todas as funções executivas e legislativas, podendo o interventor exonerá-lo quando entenda conveniente, revogar ou modificar qualquer dos seus atos ou resoluções e dar-lhe instruções para o bom desempenho dos cargos respectivos e regularização e eficiência dos serviços municipais¹⁷⁶.

Havia, portanto, uma vinculação hierárquica do município em relação ao governo estadual, gerando a falta de autonomia administrativa daquele, ou melhor, uma dependência do prefeito nomeado e referendado pelo interventor federal, cargo equivalente ao de governador estadual hoje. Neste aspecto, além do chefe do governo estadual ter a discricionariedade de nomear quem lhe aprouvesse, o prefeito nomeado possuía “independência” política e administrativa quase nula, já que o chefe do estado tinha posse do seu cargo, e até mesmo dos seus atos, podendo retificá-los ou anulá-los se achasse necessário.

Assim, há nesse momento uma mudança na lógica da República Federativa, do período anterior, para o Governo Provisório de Vargas. Pelo fato das eleições do executivo terem sido suspensas, com a instalação do Governo Provisório em 1930, passou a não haver a necessidade das alianças de reciprocidade que analisamos no primeiro capítulo¹⁷⁷. Nesse sentido, a política de nomeações dos chefes executivos a partir dos interesses do governo federal estancou, aparentemente, a prática do “curral eleitoral” e do “voto de cabresto”. Leal analisou da seguinte forma o compromisso de reciprocidade, que será abalado com a chegada dos anos de 1930:

A essência, portanto, do compromisso “coronista – salvo situações especiais que não constituem regra – consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, **incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais**; da parte da situação estadual, **carta-branca ao chefe local governista** (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar”¹⁷⁸.

¹⁷⁶ Cf. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19398.htm> Acesso em: 05/04/2015.

¹⁷⁷ A “reciprocidade” talvez tenha mudado de sentido, no período anterior à Vargas havia a “reciprocidade” por questões eletivas, com o “voto de cabresto” e o “curral eleitoral”. Com a mudança do processo eleitoral, o sentido de “reciprocidade” também muda, pois a fragilidade dos municípios, sobretudo suas receitas, fazia com que eles buscassem o apoio estadual para a realização de suas obras, o que gerava a dependência em relação ao poder estadual, e conseqüentemente haveria uma contrapartida municipal por esse “aporte financeiro”, que se transformava em acordo político.

¹⁷⁸ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.170.

Entretanto, o que podemos ressaltar é que apesar de haver de fato a mudança dessa lógica do sistema coronelista, sobretudo pelo funcionamento das nomeações, a pergunta que surge é, quais os critérios para a escolha tanto dos interventores federais quanto para os interventores ou prefeitos locais? Analisando o caso araguarino, concluímos que a escolha inicial foi de certa forma, óbvia: retira-se o coronel tradicional (Marciano Santos), que havia apoiado a corrente prestista nas eleições de 1930, e nomeia-se um novo personagem político (Mario da Silva Pereira) que apoiara, declaradamente, a *Aliança Liberal*. Contudo, ocorre que, pelo desenrolar do tempo e dos fatos, essa mudança não conseguiu se sustentar, talvez porque a teia de poderes na qual essa “modernização política” se apoiava não tivesse a mesma força do que a corrente tradicional, ou seja, a formação da classe média, caracteristicamente urbana, que poderia exigir mudanças em relação ao tradicionalismo, não possuía força suficiente para rivalizar com os coronéis. Isso demonstrava que, neste município, o mundo rural, representado pelos coronéis, ainda se sobrepunha ao mundo urbano, que ainda estava em processo inicial de gestação.

A cidade, na primeira metade do século XX, permanecia nas mãos dos “donos” do campo, porém, em função das mudanças que estavam sendo construídas socialmente, os coronéis tradicionais estavam buscando se adaptar a elas transferindo, para os seus filhos e apadrinhados, parte das suas capacidades de liderança e chefia. Basta lembrar o que já mencionamos em relação à família Santos, em que o pai, o tradicional coronel Marciano Santos, havia encaminhado seus filhos, José J. Santos e Celso Santos, para estudarem respectivamente, medicina e direito na capital federal. Dessa forma, ao retornarem para o município, esses personagens seriam naturalmente os substitutos do pai no mando em Araguari, o que de fato se concretizou. Assim, depois de muita “costura” política realizada pelo clã Santos, José J. Santos assumiu deveras a municipalidade local em 1934, ficando em torno de 10 anos consecutivos a frente do poder local. Essa passagem do poder de pai para filho ficou caracterizado por alguns autores como “filhotismo”.

Como apontou Alburquerque e Vilaça, “[...] *Com o tempo, aquela forma de supremacia sociopolítica se substituiu por outra, mais sutil, menos ostensiva: na pessoa*

*de um líder mais moço, crescido e formado nas cidades [...]*¹⁷⁹. Ainda que essa análise dos dois autores esteja de fato correta, e que estas premissas se enquadrariam em diversas cidades brasileiras, ela foi posta em prática na cidade de Araguari de forma diferente, pois observando as inúmeras fontes produzidas pelos opositores de Jeovah Santos, o que ocorreu no município araguarino seguiu até certo ponto aquilo que Albuquerque e Vilaça apontaram, sobre a necessidade do surgimento de um líder mais jovem, crescido e formado na cidade após a década de 1930. Em outro trecho da mesma obra eles fazem uma análise importante sobre essa transição:

O coronel, ao pretender manter, a todo o custo, o poder político, trai a sua ordem; é instrumento dialético do próprio ocaso. Alguns, mais fechados, resistem como podem, em suas cidadelas, à investida do caminhão, das estradas, dos governos e dos bacharéis, dos médicos e das escolas; revelam uma certa teimosia ou rigidez social e – mais dia, menos dia – caem com suas cidades-fazendas e pátios familiares. Alguns outros, os mais permeáveis, prolongam-se vivos enquanto se contaminam com a destruição e divulgam a sua ruína. Muito raro os que, lucidamente, se apercebem, não sem amargor ou ódio, da sua superação como líderes, e, resguardando ou mesmo ampliando para o comércio e a indústria o poder econômico, **abdicam do poder político em benefício de filhos bacharéis ou letrados**, mais receptivos, brandos, conciliadores e sem a arrogância superior dos velhos chefes¹⁸⁰. (grifos nossos)

Transcorreu dessa forma na cidade araguarina, o poder político foi passado para o filho, estudado e jovem, no entanto, segundo seus adversários políticos, “dr. Jeovah Santos” não se distinguia muito no trato do dia a dia daquele perfil tradicional, pois foi acusado inúmeras vezes de agir da mesma forma que o “velho” coronel: com autoritarismo, coerção moral e física, abuso de autoridade¹⁸¹, etc. O que demonstra mais uma vez que as mudanças da cultura personalista e autoritária do interior não surgiram automaticamente pela simples alteração de uma estrutura oligárquica. Com raízes tão

¹⁷⁹ ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de; VILAÇA, Marcos Vinícios. *Coronel, coronéis. Apogeu e declínio no Nordeste*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.45.

¹⁸⁰ Ibid., p.44-45

¹⁸¹ Em panfletos sem autoria, lançados nas ruas da cidade em meados dos anos 1940, e que foram anexados a processos judiciais, encontra-se acusações do tipo: “Combater o prefeito é trabalhar contra o cambio negro e favorecer o progresso em Araguari”, “Araguari já tem o palácio da gasolina, abaixo a camarilha de ladrões”, “Jeovah, sabemos qual a arrecadação municipal, mostre-nos a aplicação do dinheiro do povo”, e “O povo de Araguari tem a primazia de ser o primeiro a manifestar-se contra a prepotência usurpadora de um prefeito. Antes e agora com a democracia.” Cf. Processo de Injúria, nº 1470, de 21 de março de 1945. Acervo Judiciário. Arquivo Público Municipal Dr. Calil Porto de Araguari.

profundas, isso só seria possível com a alteração da cultura política da sociedade, algo que não se muda por decreto.

De todo o modo, o principal aspecto de diferenciação entre o pai – o tradicional coronel Marciano Santos – e o filho – dr. José Jeovah Santos – foi de fato a questão educacional: o primeiro não tinha os estudos que o segundo teve, e se tornou chefe local por conta do seu poderio econômico e suas influências políticas. O segundo se tornou médico de grande importância para a cidade, proprietário de uma casa de saúde, construída pelo pai, tornando-se o chefe local pelo seu histórico familiar, e pelas costuras políticas realizadas pelo clã Santos, que não se limitava apenas aos membros da família. Todavia, quando analisamos o material produzido sobre Jeovah pelos seus adversários, eles o acusavam dos tradicionais adjetivos que foram historicamente utilizados para denominarem os “velhos” coronéis, como por exemplo, autoritário, ditador, violento, etc. Por outro lado, o jornal que o apoiava, *O Triângulo*, não utilizava mais o termo coronel de forma abreviada como era praxe com o seu pai, a ele o pronome de tratamento era o de doutor na sua forma abreviada, dr. José Jeovah Santos.

Cotidianamente, *O Triângulo* era utilizado como veículo de propaganda comercial da sua Casa de Saúde São Sebastião. E além de ser veículo de propaganda, algo natural, José Jeovah utilizava-o com matérias assinadas por ele e outros membros do seu clã, para realizarem denúncias contra os ex-prefeitos Mario da Silva Pereira e Delermundo Cardoso, ancorado no cargo de conselheiro consultivo da prefeitura de Araguari, posto que ocupou até as vésperas de assumir o cargo de prefeito. Dessa forma, essas relações já demonstravam alguma proximidade entre o jornal e o prefeito.

Entretanto, mesmo se utilizando claramente do espaço jornalístico, o dr. Jeovah Santos negou em uma pequena nota intitulada “Esclarecimento”, qualquer envolvimento direto ou indireto com o jornal. *Tenho tido sciencia de que se suppõe haver interesse ou ligação minha com respeito ao jornal “O Triângulo”, editado nesta cidade, venho esclarecer que não mantenho directa ou indirectamente moral ou materialmente essa supposta relação”*¹⁸²[sic]. No entanto, com o cruzamento de alguns dados pode-se concluir que havia sim uma relação muito próxima entre *O Triângulo* e o dr. José Jeovah Santos.

Essa relação de proximidade pode ser verificada por alguns fatores que ligavam o jornal a Jeovah. Para além da sua ligação direta havia outros cruzamentos de

¹⁸² SANTOS, José Jeovah. Esclarecimento. *O Triângulo*. Araguari, 23 fev. 1934, nº221, ano V, p.8.

informações que os tornavam próximos. Já na década de 1920, quando o coronel Marciano Santos era prefeito, *O Triângulo* era o jornal oficial para a publicação de expediente da prefeitura, recebendo mensalmente o devido pagamento pela prestação de serviço. Até então nada obscuro. O que torna factível a proximidade entre ambos, mas nada ilegal, é o fato de que pessoas ligadas a Jeovah também possuíam algum contato com o jornal. O que pode ter levado seus adversários a acusarem-no de utilizar *O Triângulo* como meio de suporte político, levando-o a publicar uma nota de esclarecimento no próprio jornal, como analisado no parágrafo anterior, porque só haveria necessidade de algum esclarecimento se houvesse alguma acusação.

Todavia, a premissa principal é a de que o clã Santos se utilizou de relações muito próximas com *O Triângulo* para disputar o jogo do campo político. Desse modo, como já citado anteriormente, durante o governo de Marciano Santos esse tablóide era o veículo oficial contratado pela prefeitura para a divulgação do seu expediente, nada ilícito, porém, eticamente, havia um problema, o seu diretor era o também vice-prefeito de Marciano Santos, o Sr. Philadelpho de Lima. Portanto, através desses dados é possível afirmar que o tablóide era um aparelho ideológico do clã Santos. Essa relação, hoje, de acordo com as leis vigentes, seria inconstitucional, apesar de existir Brasil afora.

Com a *Revolução de 1930*, há uma óbvia ruptura em relação a esse aparato. A mudança do governo municipal foi efetuada e naturalmente *O Triângulo* deixou de ser o veículo oficial da municipalidade. Gerando protestos explícitos do jornal por ter sido negligenciado e repudiado pelo prefeito Mario da Silva Pereira, em benefício do *Araguary*, ele que havia sido nomeado pelo então interventor federal de Minas Gerais, Olegário Maciel. Não por acaso, a partir desse momento *O Triângulo* passa a fazer oposição escancarada ao governo de Pereira, crítico ao governo de Vargas, e com uma certa cautela, crítico ao governo de Olegário Maciel no Estado, haja vista o seu poder de decisão na localidade.

Depois de três anos de ferrenha oposição ao poder municipal, *O Triângulo*, com a saída de Pereira da chefia local, e a entrada de Delermundo Cardoso, volta a ter alguma simpatia pelo governo municipal, entretanto, esse sentimento logo é quebrado em função de uma atitude de Cardoso. Após um tratamento inicial de gentileza e apoio, o jornal participa de uma “hasta pública”, que seria hoje o processo de licitação, oferece um preço abaixo do *Araguary*, mas por opção do prefeito, não é agraciado com o

contrato de publicação do expediente municipal. Dessa maneira, como consequência dessa atitude ele volta a ser oposição atuante, esquecendo-se daquele primeiro contato de apoio. Num primeiro momento ele havia publicado o seguinte: *Logo tomou novo rumo a nossa política, com a nomeação do dr. Delermundo Cardoso o prefeito municipal, fizemos ver, por estas colunas, o erro do seu antecessor*¹⁸³. Elogia primeiro o governo do novo prefeito e ao final não deixa de tecer a crítica ao Mario da S. Pereira. Posteriormente, com a negativa do contrato com a prefeitura, o jornal se posiciona diferentemente do início.

Tendo o Sr. Prefeito municipal, desprezando as péssimas condições financeiras do município, as quais é ele o primeiro a lamentar, aceitado a proposta do nosso colega o “Araguary”, para a publicação do expediente da prefeitura, não nos conformamos com o seu ato, motivo por que fizemos um recurso ao dr. Interventor federal, demonstrando, com dados concretos, as vantagens que oferecemos para a prefeitura¹⁸⁴.

Apesar da tentativa de impedir a vontade do dr. Delermundo Cardoso ao optar pelo *Araguary*, a predileção dele acabou por prevalecer sobre o recurso d’ *O Triângulo*, e aquele acabou se tornando o jornal vinculado à prefeitura. Transcorrido pouco mais de um ano do governo de Cardoso, a cidade passou pela mudança do chefe local. Entre 1933 e 1934, Araguari viveu uma situação política que talvez tenha sido comum a outros municípios. Nesse intervalo houve uma reviravolta política difícil de entender, pela incoerência aparente, mas que, observando o processo após décadas dos fatos ocorridos e procurando enxergar seu objetivo, é possível vislumbrar o cenário conturbado desses dois anos que movimentaram a cidade, com disputas acirradas e violentas pelo poder.

As mudanças locais foram possíveis por efeito das mudanças regionais, que foram desencadeadas pela mudança nacional. Haja vista que ao ascender ao poder Vargas precisava montar uma base de sustentação para permanecer à frente da *Revolução*, para tal ele não poderia ignorar a força política e econômica de Minas Gerais, e sobretudo o controle que a oligarquia mineira detinha sobre o Estado. Uma questão inevitável teria sido feita: como ter o apoio mineiro e resolver a questão do poder regional? Não dava para simplesmente querer suplantar o PRM, que era a força

¹⁸³ O prefeito age. *O Triângulo*. Araguari, 23 jul. 1933, ano IV, nº189, p.1.

¹⁸⁴ Publicação do expediente da prefeitura. *O Triângulo*. Araguari, 14 jan. 1934, ano IV, nº215, p.1.

oligárquica mineira, e, também não seria coerente ter um discurso de revolução mantendo a mesma oligarquia no controle do estado. Bomeny analisou bem essa relação complexa na política mineira da seguinte forma:

O grande impasse para a obtenção dessa adesão encontrava-se na relação já bastante sedimentada entre as prefeituras e o PRM. A tradição política mineira de identificar o poder executivo com o PRM fez com que inúmeros prefeitos comprometidos com essa prática reagissem à nova agremiação, negando-se a se desvincular do partido. A solução encontrada e endossada pelo executivo estadual foi a de promover uma adesão compulsória, mediante um processo de exoneração de prefeitos perremistas que não se dispunham a aderir à legião, seguida da **nomeação imediata de adeptos da nova agremiação**¹⁸⁵. (grifos nossos)

A partir da constatação da historiadora no final da citação, em Araguari é exatamente o que ocorre. Como o então prefeito era perremista ou prestista, houve a sua substituição por um legionário, mais do que varguista. No entanto, Getúlio Vargas ao se aliar a Minas Gerais não tinha a intenção de interferir nas forças estaduais daqui como o fez em São Paulo. Apesar de ter havido um esforço muito grande de alguns grupos estaduais, como o dos tenentes, no plano regional mineiro houve mudanças superficiais na política estadual. De acordo com Helena M. Bousquet Bomeny, no pós 1930:

Integrar Minas na revolução, significava, fundamentalmente, esvaziar e desmoralizar a força política da oligarquia que até então detivera o poder no estado e que, na conjuntura revolucionária, lutava para preservá-lo. Esvaziar essa força implicava **excluir o PRM como canal de representação política dos interesses oligárquicos do estado**. É nesse contexto que se cria a Legião de Outubro, em fevereiro de 1931¹⁸⁶. (grifos nossos)

Essa questão de acabar com as oligarquias estaduais e, conseqüentemente, com seu principal representante o PRM, não se concretizou em Minas Gerais com a primeira e principal proposta. As oligarquias continuaram exercendo seus domínios, já o PRM teve seu prestígio de fato abalado. Em Araguari, por exemplo, isso ocorreu com a ascensão do Partido Progressista nas eleições de 1934, assunto este que será analisado

¹⁸⁵ BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) et al. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.151.

¹⁸⁶ BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) et al. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.147.

mais adiante. Recorrendo mais uma vez à análise de Bomeny, o que houve no estado mineiro foi essencialmente uma contradição política e histórica, mas a partir dessa contradição é possível entender como que o coronelismo conseguiu se manter após a *Revolução*. Além dos outros fatores que o possibilitou continuar como parte de uma estrutura política, explicitar essa contradição contribui para o seu entendimento. Bomeny aponta que:

Dessa forma, já de início a Legião foi marcada por uma ambigüidade: resultante de um projeto tenentista, viu-se na contingência de ser implementada por forças oligárquicas do estado. Se ideologicamente caracterizava-se pela crítica ao regionalismo oligárquico, na prática era **impulsionada por setores da oligarquia**. A Legião de Outubro, em Minas, foi a expressão de um projeto político de destruição do bernardismo¹⁸⁷.

Em Araguari, aparentemente, a Legião de Outubro foi liderada por indivíduos que de fato se opuseram a setores da oligarquia, apesar de apresentar membros nas suas fileiras que recebiam a denominação de coronel¹⁸⁸. Contudo, como aconteceu em outras regiões brasileiras, ela não teve força suficiente para suplantar o projeto oligárquico local. Esse, mesmo com a derrota inicial, após a *Revolução*, voltou a comandar a política local em confluência com o regionalismo estadual mineiro.

A saída encontrada, ou melhor, a oportunidade obtida pelo clã Santos para voltar ao poder, depois da saída de Marciano Santos, e a cidade sendo governada por dois legionários, foi a mudança partidária. E nessa mudança mais uma vez *O Triângulo* estava envolvido diretamente, não como veículo noticiário, mas como um braço ideológico do clã. Isso é verificado pela análise nada sutil das reportagens elaboradas pelo editorial em clara campanha aos seus preferidos. Mas o assombroso é como esse apoio foi feito, beirando o oportunismo, tanto do jornal quanto dos políticos.

A Legião de Outubro fora criada, em Minas Gerais, por Olegário Maciel. Portanto, em Araguari, imediatamente após a *Revolução* governaram a cidade dois adeptos legionários, primeiro Mario da S. Pereira e posteriormente Delermundo Cardoso. E aqueles que se encontravam na Concentração Conservadora, ou os

¹⁸⁷ BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) et al. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.145.

¹⁸⁸ Nomes como o de Delermundo Cardoso, presidente da Legião de Outubro na cidade, Lycídio Paes, como secretário, Antônio Araújo Vilela (o principal autor do *Memorial*), Lindolfo França Dorico, Mario da Silva Pereira (prefeito de 1930-1933), Antônio Nunes de Carvalho Filho (diretor-proprietário do *Araguary*), coronel Cândido Rodrigues da Cunha, etc.

“prestistas”, sendo o caso do clã Santos que eram “perremistas”, tiveram que se encaixar na oposição àqueles. Dessa maneira, após 1930, houve uma divisão interna no PRM estadual, e localmente os “perremistas” tiveram que se posicionar em meio a essa divisão. N’*O Triângulo* percebe-se pelos elogios constantes à Arthur Bernardes, presidente do PRM, e do tratamento formal à Olegário Maciel, chefe do governo estadual, que o jornal se colocava ao lado do primeiro. Para ilustrar um dos seus posicionamentos, em matéria publicada com amplo destaque em 19 de agosto de 1934, em tom de recepção pela volta ao Brasil, *O Triângulo* traz a cópia de um telegrama que havia sido enviado a Bernardes em função de seu regresso após o exílio.

No momento em que V. Excia. regressa à pátria, vimos expressar as nossas boas vindas e a nossa solidariedade ao eminente compatriota para quem, nesta hora angustiosa, se voltam as esperanças de Minas e do Brasil, certos de que o alto patriotismo e a comprovada capacidade de V. Excia. saberão arrancar a nossa terra da situação atual e conduzi-la aos seus gloriosos destinos¹⁸⁹. [sic]

Ao final dessa mensagem havia sido anexado ao telegrama a assinatura de centenas de pessoas da cidade de Araguari, e o que chamou a atenção é que o primeiro nome era do José Jeovah Santos, que era naquele momento, agosto de 1934, recém eleito presidente do PRM local¹⁹⁰, e que também tinha enviado um telegrama, assinado por ele e pelo coronel Cândido Rodrigues da Cunha, convidando Arthur Bernardes para realizar uma visita ao município quando viesse ao Triângulo Mineiro, viagem que já estava confirmada¹⁹¹. E a partir dessa data, *O Triângulo*, seguidamente irá fazer a campanha local do PRM, com apoio incondicional a Arthur Bernardes, até o momento em que as surpresas começaram a tomar corpo.

Em setembro de 1934 tem-se uma nota no jornal comunicando que J. Jeovah havia viajado para Belo Horizonte para tratar de assuntos políticos, no entanto, ele não ocupava nenhum cargo político naquele momento. E dias após a chegada de Jeovah da capital estadual, o interventor federal que substituíra Olegário Maciel após sua morte, Benedito Valladares, nomeou-o como prefeito de Araguari. Coincidência?¹⁹² Vejamos

¹⁸⁹ Doutor Arthur Bernardes. *O Triângulo*. Araguari, 19 ago. 1934, ano V, nº246.

¹⁹⁰ Além de possuir como presidente José Jeovah Santos, o PRM local, tinha como presidente de honra o cel. Marciano Santos. Portanto, pai e filho eram as lideranças locais do PRM.

¹⁹¹ SANTOS, José Jeovah; CUNHA, Cândido Rodrigues da. Espera-se a visita do dr. Arthur Bernardes a esta cidade. *O Triângulo*. Araguari, 26 ago. 1934, ano V, nº247, p.1.

¹⁹² Leal apontaria como provável resposta a essa pergunta que “os cofres e os serviços municipais eram instrumentos eficazes de formação da maioria desejada pelos governos dos Estados nas eleições estaduais

os fatos. Em um dos trechos d'*O Triângulo* que trata dessa nomeação, tem-se a seguinte passagem:

Desta forma, o **Partido Progressista ganha**, no Triângulo, as **simpatias** de uma das mais poderosas correntes políticas. O Sr. Benedicto Valladares, com a clarividência de um espírito iluminado, não só **engrossou as fileiras do PP**, com a sua brilhante atuação em torno da política de Araguari, como veio, como uma benção, distribuir a paz e implantar a tranqüilidade no seio da família araguarina¹⁹³.

Desse modo, todo aquele discurso de apoio incondicional ao PRM e a Bernardes, que dias antes ele – *O Triângulo* – havia sustentado em diversas matérias foi colocado de lado em prol do apoio à nomeação de Jeovah Santos, conforme destacado no trecho grifado da citação, o semanário passava a apoiar o PP. O espanto é causado quando analisamos meses antes a essa reviravolta uma reportagem que traz a mudança da direção do jornal. Até meados de agosto de 1934, ele era dirigido por Philadelpho de Lima, sujeito com ampla participação na política araguarina em anos anteriores, sendo vice-prefeito no mandato do cel. Marciano Santos, e que decidiu se retirar, no ano de 1934, da direção do semanário por desconforto ideológico, aparentemente.

Segundo a nota de sua saída, publicada n'*O Triângulo*, esse manifestava explícito apoio à Bernardes, o que contrariava o posicionamento de Philadelpho, que era presidente do PP, cargo que passou a ocupar em virtude da mudança de Marciano Santos para a capital federal após alcançar seu objetivo conseguir costurar a nomeação do filho para a prefeitura, assim, Philadelpho decidiu, coerentemente, deixar o cargo de diretor. Quem passa a dirigir o jornal? Olavo Santos, personagem que ainda não havia sido aqui citado. Advogado, filho de Marciano Santos, mais um membro do clã Santos, que a partir de 1934 passou a fazer parte da política local.

Dentro dessas aparentes “contradições” políticas, o clã Santos soube fazer a leitura do jogo político naquele contexto, pensando estrategicamente na vitória que obtiveram após longos anos de debates e disputas locais. Hoje é sem dúvida mais cristalino enxergar todo o cenário dos anos de 1930 do que naquele momento, situado no mar revolto dessas disputas. Lendo, atualmente, Bomeny, as coisas se encaixam

e federais. Além disso, não lhes caberia qualquer direta responsabilidade pelas malversações, que corriam por conta e risco dos próprios chefes locais. O preço caro, pago pelo Estado em troca do apoio eleitoral dos chefes locais, era, portanto, uma condição *objetiva* para que esse apoio correspondesse aos fins visados pelo governo estadual”. Cf. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.74.

¹⁹³ Política de Araguari. *O Triângulo*. Araguari, 30 set. 1934, ano V, nº252, p.1.

melhor, não que haja um encaixe simétrico, é uma coisa meio sinuosa. Segundo a autora:

Foi com o Partido Progressista (PP), fundado em janeiro de 1933, que Olegário Maciel conseguiu finalmente, transcorrido três anos de governo, consolidar uma base social de apoio político. E ainda, foi com o PP que se viu recomposta em Minas Gerais a **unidade entre o chefe do partido situacionista e o chefe do governo estadual**¹⁹⁴. (grifos nossos)

Assim sendo, o alinhamento dos coronéis na cidade de Araguari passa a ser construído novamente a partir de outubro de 1934, porém sem que isso possa ser entendido como um cenário de grandes mudanças como apontou Bomeny. *Na verdade, eram os velhos políticos mineiros que em grande parte compunham o Partido Progressista*¹⁹⁵. E isso foi o que de fato se constatou em Araguari. Sendo assim, a partir da nomeação de Jeovah Santos, *O Triângulo* passou a realizar a campanha para o PP nas eleições de outubro de 1934, e que a vitória esteve nas mãos do partido ao qual o jornal depositou suas forças, depois de realizar a mudança ideológica.

Entretanto, essa associação não é clara quando observamos o cenário no primeiro semestre de 1933, pois quando Olegário Maciel nomeia Delermundo Cardoso, num acordo político municipal, e na mesma reunião é decidida a criação do PP local, fica estabelecido como presidente da agremiação o cel. Marciano Santos, que havia sido líder do PRM local, e mais, seu filho, J. Jeovah Santos seguiu sua participação no PRM enquanto o pai estava no PP. Ou seja, em um aparente paradoxo, o tradicional coronel vai liderar o partido que se propõe renovador, e o novo coronel vai liderar o partido tradicional da Primeira República, ao menos até o momento em que ele percebe que o PRM já não possuía a mesma força de antes. E com a vitória esmagadora do PP tanto no estado quanto no município, essa bipolarização foi se definindo¹⁹⁶.

¹⁹⁴ BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) et al. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.166

¹⁹⁵ BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) et al. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.172

¹⁹⁶ Segundo dados d'*O Triângulo*, votaram em Araguari 2.184 eleitores, com 80% dos votos para o PP. Cf. O pleito do dia 14. *O Triângulo*. Araguari, 21 out. 1934, ano V, nº 255, p.1.

Neste encadeamento, aparentemente, obscuro, a situação ainda se complica mais quando em uma outra reportagem, em agosto de 1934, o cel. Marciano Santos¹⁹⁷ se apresenta numa nota assinada pessoalmente e por outros participantes, como presidente de honra do PRM, sendo que em finais de 1933, seguindo o “Acordo Mineiro”¹⁹⁸, no qual a cúpula política araguarina aderiu, houve a retirada do Mario da S. Pereira da prefeitura, a criação do PP, e o coronel foi eleito como presidente da legenda local desse partido.

Nesse liame todo, a conexão que pode fazer sentido é: meses antes do “Acordo Mineiro”, que tinha sido travado em âmbito estadual, Marciano Santos havia viajado até a capital do estado, segundo *O Triângulo* para “tratar de assuntos políticos”. Sendo assim, o objetivo era, possivelmente, “costurar” esse alinhamento. Ocorre que, após esse processo ser efetivado no município algo mudou e o coronel voltou a fazer parte do PRM, como presidente de honra e seu filho Jeovah como presidente efetivo. Portanto, a conveniência política fez parte da tônica no jogo entre PRM e PP na municipalidade, assim como deve ter ocorrido em outros municípios. Em matéria jornalística, dita “imparcial”, mas sem assinatura, observa-se o panorama desse jogo em Araguari.

Em Araguari, onde tudo decorria em um verdadeiro seio de Abrahão, de repente a situação referve e funda-se um partido composto de figuras do maior valimento junto ao eleitorado, partido que tem como chefe o Sr. Arthur Bernardes e ao qual mandou, no dia do seu regresso, um telegrama com a assinatura de 2.401 eleitores¹⁹⁹.

Por conseguinte, a viagem que o cel. Marciano Santos realizou indo a capital estadual, em setembro de 1934, pouco mais de um mês antes da eleição para governador do estado, fez com que, a partir do que foi tratado em Belo Horizonte, aqueles que apoiavam fervorosamente o PRM passassem a declarar apoio incondicional ao PP, sem nenhuma sombra de constrangimento por parte desses. E assim, há uma reviravolta discursiva e partidária que não deixa dúvida da teia de poderes que era fabricada em

¹⁹⁷ SANTOS, Marciano. Reorganiza-se o PRM em Araguari. *O Triângulo*. Araguari, 09 set. 1934, ano V, nº249, p.1.

¹⁹⁸ “Acreditava-se ser possível aglutinar em um só partido as duas forças mineiras em conflito. Essa fórmula foi batizada, em fevereiro de 1932, de o “Acordo Mineiro”, sendo sua materialização o Partido Social Nacionalista (PSN). O debate e as negociações em torno desse acordo ocuparam um espaço significativo na imprensa e marcaram a política mineira de final de 1931 e início de 1932”. Cf. BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) et al. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.160.

¹⁹⁹ Política do Triângulo Mineiro. *O Triângulo*. Araguari, 26 ago. 1934, ano V, nº247, p.1.

torno do clã Santos, com grande destaque para o jornal *O Triângulo*, que encabeçava, ou era utilizado como um veículo de condução da opinião pública, daqueles que possuíam alguma forma de ligação com o grupo familiar. Há de se destacar que nessa data o jornal já era dirigido por Olavo Santos, um dos filhos do coronel.

Para entender esse jogo político local é necessária a análise da conjuntura estadual e nacional. Desse modo, a lógica que passou a imperar durante o governo Vargas não foi muito diferente do que foi denominado como “política dos governadores” na Primeira República. Observa-se, portanto, que o governo estadual continuou a precisar dos políticos locais, e vice-versa, e o governo federal continuou, de certa forma, a estar essencialmente ligado às elites estaduais. Portanto, seguindo essa lógica, diferentemente de uma possível ruptura com o antigo sistema representativo o que se nota é que o esquema de reciprocidade passou a funcionar numa outra lógica, que seria uma lógica de alinhamento de interesses baseada na capacidade de domínio e no apoio irrestrito. Sobre essa relação nada cristalina, e muito impactante, Bomeny afirma:

Como “partido do interventor”, o PP teve sua estruturação assentada numa **combinação conflituosa**: baseara-se nos fundamentos de uma proposta centralista (controle da organização política regional pelo poder central), sendo composto por **elementos oriundos da ordem oligárquica**. Os vínculos com o poder central não desfizeram, no Partido Progressista, a fidelidade à tradição oligárquica, porquanto mantinha-se firme na defesa da ampla autonomia estadual²⁰⁰. (grifos nossos)

Nos grifos do trecho destacado verifica-se que não havia uma coerência ideológica ou partidária dentro da formação do PP, tanto no cenário estadual quanto no municipal, como foi constatado. E isso é fundamental para enxergar o ambiente político em meados dos anos de 1930, sobretudo dos anos de 1933 e 1934.

Em âmbito local esse raciocínio é verificado quando, tanto Marciano Santos, quanto Jeovah Santos, viajam até a capital estadual, e tempos depois dessas viagens alguma coisa na política araguarina transforma-se, mesmo que seja uma mudança contraditória, a fim de alcançar o objetivo maior no plano local, sobretudo, no que diz respeito ao jogo de poder relacionado ao executivo municipal. Portanto, muda-se a

²⁰⁰ BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) et al. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.172.

postura partidária, não necessariamente ideológica²⁰¹, a troco desse objetivo maior. Pragmatismo quase maquiavélico.

Diferentemente dos políticos que rapidamente perceberam o cenário de mudanças, *O Triângulo* só tem essa leitura dias antes das eleições, porque já próximo ao pleito esse jornal ainda detinha esperanças e realizava a propaganda para o PRM.

Senhor da maioria, o PRM local dará uma apreciável votação. A ampla liberdade do voto será garantida pelo Supremo Tribunal Eleitoral que acaba de tomar todas as providências para garantia do direito do voto. A caminho das urnas com eminentes chefes, voto secreto e livre, o perremismo de Araguari será vitória certa²⁰².

Dessa forma, a análise dessa movimentação permite extrair algumas considerações: primeira, o cenário local estava em real consonância com o ambiente estadual, muita disputa política, mas pouca mudança de fato, segunda: o jornal ligado ao clã Santos, manteve a posição de perremistas até a última hora, mas ao final cedeu seu posicionamento, o que demonstra uma grande fragilidade ideológica, ou um enorme oportunismo. Enfim, apesar da mudança partidária no município, a política local continuou a ser governada por antigos conhecidos da população araguarina.

Sobre as diversas acomodações e adaptações pelas quais passaram o coronelismo, Leal apontou que,

A nomeação de prefeitos, usada em grau variável nos diversos Estados no regime de 91 e como regra absoluta nos períodos de ditadura, tem representado, pois, um elemento decisivo no amesquinamento dos municípios. Apesar disso, o poder privado dos “coronéis” – que a instituição dos prefeitos de nomeação, doutrinariamente, visava destruir – não desapareceu: **acomodou-se para sobreviver**. A morte aparente dos “coronéis” no Estado Novo não se deve, pois, aos prefeitos nomeados, mas à abolição do regime representativo em nossa terra. Convocai o povo para as urnas, como sucedeu em 1945, e o “coronelismo” ressurgirá das próprias cinzas, porque **a seiva que o alimenta é a estrutura agrária do país**²⁰³. (grifo nosso)

Com uma proposta mais estrutural, e acusado de ignorar os agentes sociais no sistema coronelista, Leal, no trecho acima, aponta para a continuidade do *poder privado*

²⁰¹ O perfil ideológico dos políticos tradicionais em Araguari estava assentado ainda na Primeira República, então mesmo que eles fizessem algum tipo de movimento no sentido contrário, nos seus discursos e posicionamentos os ligavam ainda ao velho PRM.

²⁰² A caminho das urnas. *O Triângulo*. Araguari, 09 set. 1934, ano V, nº249, p.1.

²⁰³ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.160.

dos coronéis, em que, mesmo com o processo de nomeações dos prefeitos ele não desaparece, adéqua-se à nova situação jurídica e política para a perpetuação do poder. Assim, aqueles que sustentam que o coronelismo se fundamentou somente em períodos em que os políticos necessitavam do voto controlado, e que se convencionou chamar de “voto de cabresto”, ou do que foi denominado sistema representativo, talvez estejam equivocados. Insistimos, com base no estudo local e outras pesquisas, na premissa de que ocorreram ajustamentos à nova situação política do país, mas não houve o falecimento como um todo do velho sistema.

Nas palavras de Leal, o que mantinha o sistema coronelista não eram as regras do jogo, e sim a forte “estrutura agrária do país”, e, sobretudo a *cultura política de sujeição*²⁰⁴ que foi desenvolvida e incorporada por boa parte da sociedade brasileira. E que, mesmo com a vontade do grupo de Vargas de tentar levar a cabo o processo de industrialização e modernização, suas medidas demoraram a apresentar resultados no país, e em especial nos municípios do interior. Pois não seria por meio de leis que modernização de um país iria ocorrer.

Não muito distante do que apregooou o jurista, os autores Albuquerque e Vilaça apontaram que:

O coronel tornou-se em meados do século passado, sobretudo depois de 1945, figura de coalizão entre tempos e estruturas sociais. Herdara o nome e a força da velha ordem semi-patriarcal e semifeudal; mas ao tentar sobreviver ao processo de mudanças que a revertia, as assimila e promove, prolongando a sua existência nos novos tempos.²⁰⁵

Não por acaso, constata-se, mais uma vez, o acerto de muitos autores sobre a tese da continuidade do coronelismo como algo efetivo e amplo, muito mais do que meras suposições ou ações isoladas, restritas a alguns recantos Brasil.

²⁰⁴ Esse conceito é analisado por Carneiro e Kushnir a partir da definição primeira de Almond e Verba: “A cultura política de sujeição ocorreria naquelas sociedades onde os indivíduos dirigem suas percepções, sentimentos e avaliações prioritariamente para as estruturas executivas e administrativas encarregadas de dar resposta às demandas individuais e coletivas”. Cf. CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSCHNIR, Karina. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: vol.13, 1999, p.231.

²⁰⁵ ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de; VILAÇA, Marcos Vinícios. *Coronel, coronéis. Apogeu e declínio no Nordeste*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.44.

3.2 O clã Santos: “os donos do poder” – de coronel a doutor

Com a tomada do poder, após uma campanha exaustiva do grupo liderado por Marciano Santos para a destituição de Mario da S. Pereira, José Jeovah Santos passou a governar a cidade de Araguari a partir de 30 de setembro de 1934²⁰⁶, retirando-se do seu primeiro governo em 18 de junho 1945²⁰⁷. Configurando, assim, um período em que o prefeito teve uma relativa dominação do cenário político. Durante esse longo domínio a oposição feita ao seu governo somente transpareceu nos anos finais do seu mandato, talvez mais por falta de documentação existente sobre o período do que de fato ela possa ter sido empenhada. Há, contudo, uma lacuna de fontes primárias no período de 1935-1945, porém, existia, segundo as poucas pistas encontradas sobre esse intervalo, uma calma política angustiante na cidade, fruto talvez do momento em que o próprio país atravessava, a fase ditatorial de Vargas – Estado Novo (1937).

O interessante é que mesmo antes de se estabelecer de fato a ditadura varguista, n’*O Triângulo* o governo do líder gaúcho, desde o seu princípio, era caracterizado como um governo de exceção, acima de tudo por conta da inflexibilidade constitucional, na perspectiva política do jornal, adotada pelo governo varguista. Entretanto, essa era a visão ideológica do editorial d’*O Triângulo*. Do outro lado da trincheira, no *Araguary*, o governo de Varas sempre contou com o seu apoio político e ideológico, haja vista que o governo de Mario da S. Pereira era adepto da Legião Liberal – afinal de contas, Pereira chegou ao poder por ter se alinhado com a *Revolução* – portanto manteve-se a coerência política. No entanto, esse apoio poderia não ter acontecido na história do *Araguary*, isso porque esse semanário havia sido fundado por uma importante personalidade política da cidade, chamado Tertuliano Goulart, realizador de um importante feito para a história da imprensa na cidade, pois o *Araguary* foi o primeiro jornal colocado em circulação no município²⁰⁸.

Contudo, Goulart, no recorte histórico proposto pela pesquisa (1930-1945), já não era mais o proprietário do semanário *Araguary*, e, ironicamente, na “história lida pelo avesso”, n’*O Triângulo*, no recorte proposto, apresentava-se como um dos seus principais redatores, com matérias constantes e críticas ácidas ao governo de Getúlio.

²⁰⁶ A brilhante posse do novo prefeito deste município Dr. J. Jeovah Santos. *O Triângulo*. Araguari, 07 out. 1934. Ano V, nº 253, p.1.

²⁰⁷ Cf. PEIXOTO, Juscélia Abadia; VIEIRA, Aparecida da Glória Campos. *Araguari e sua história*. Goiânia: Kelps, 2013.

²⁰⁸ CÉSAR, Edmar. *AfifRade. Um marco na imprensa de Araguari*. Goiânia: Kelps, 2005, p.324.

Desse modo, o fundador da imprensa local, Tertuliano Goulart, assinou diversas reportagens ao longo do governo Vargas, sendo um dos seus opositores locais. Com matérias como: “O exagero das taxas”²⁰⁹, “Política de Araguay”²¹⁰, “Os eleitos do pleito de 14 de outubro”²¹¹, etc.

Das escassas fontes que temos sobre o governo de J. Jeovah Santos, afora *O Triângulo*, que era um jornal de situação, o panfleto intitulado *Memorial*, apresenta como era, para o grupo que rivalizava com o prefeito, o desmando desse no período de sua administração. Em um dos trechos do longo documento o grupo aponta que,

“onde o detentor do poder público desvirtua tanto e tanto os seus fins e objetivos para servir a interesses secundários e por que não dizer a interesses inconfessáveis, subalternos e pessoais; para colocar sua autoridade a serviço de apaniguados, de nécios e incompetentes, com sensíveis prejuízos do erário municipal; para praticar atos abusivos de sua investidura, fazendo desertar da cidade “manu militari”, muitos chefes de laboriosas e honradas proles, pelo crime de repudiarem uma política trôpega, facciosa, violenta e má, para, enfim, se locupletar impunemente com negociatas e escusas transações que se não o beneficiam diretamente, redundam em bem de **afilhados e protegidos da “família imperial” dominante**, por exceção, numa porção desta terra onde V. Excia. exerce um governo de liberdade, de ordem e de trabalho fecundo”.²¹² [sic] (grifo nosso)

Observa-se, na frase grifada, a ironia da expressão destacada entre aspas pelos autores, “família imperial”, pois desde o período inicial da *Revolução de 30*, quando há a mudança do governo, o grupo que buscava se colocar como alternativa ao coronelismo, mas que apresentava no seu interior agentes sociais com a honraria de coronel, sempre destacou os membros do clã Santos, utilizando um termo de Oliveira Vianna, como um grupo dominante, o que deixava implícita a possibilidade dos “memorialistas” serem uma possível alternativa a esse cenário político dominado pelos tradicionais coronéis.

Ainda assim, como já analisamos em momento anterior, será que mesmo com a composição do grupo do *Memorial*, sendo de pessoas com um poder econômico considerável como advogados, médicos, comerciantes, etc., poderíamos dizer que

²⁰⁹ Cf. GOULART, Tertuliano. O exagero das taxas. *O Triângulo*. Araguari, 18 fev. 1934, ano V, nº220, p.1.

²¹⁰ Cf. GOULART, Tertuliano. Política de Araguay. *O Triângulo*. Araguari, 30 set. 1934, ano V, nº252, p.1.

²¹¹ Cf. GOULART, Tertuliano. Os eleitos do pleito de 14 de outubro. *O Triângulo*. Araguari, 30 dez. 1934, ano V, nº265, p.1.

²¹² VILELA, Antônio Araújo; et al. *Memorial*. Araguari, 12 jun. 1941, p.4.

haveria uma simples dualidade entre dominantes (clã Santos) e dominados (memorialistas)? E que esses buscavam nas suas práticas e nos seus discursos resistir à suposta dominação do clã Santos? Ou na realidade seria possível desdobrar estas questões, aparentemente dicotômicas, para o fato de que havia uma disputa interna, dentro do campo político, pelo poder, e essa dualidade seria apenas um recurso discursivo por parte dos memorialistas, antes que de fato uma dominação propriamente dita do clã Santos? As respostas não podem ser resumidas a um simples sim ou não.

Pelo que foi possível constatar, tratava-se de uma disputa entre grupos dominantes, e não uma disputa entre dominantes/dominados. A maioria da população de Araguari, que naquele momento possuía cerca de 35.000 habitantes²¹³, majoritariamente ainda rural, é que se apresentava do outro lado do polo, ou melhor, representava o polo mais fraco, quase como uma espectadora no Coliseu durante uma luta de gladiadores no auge do Império Romano, a diferença é que aqui, esses “gladiadores” políticos não eram escravos que buscavam se tornar livres e heróis. Na história política araguarina, a “luta” era para chegar ao poder ou para manter o poder. Não havendo, portanto, nem herói nem vilão, somente agentes sociais no jogo do poder.

Tratando da continuidade do poder no núcleo familiar, com a necessidade histórica da mudança do perfil de coronel, o qual denomina-se também por “filhotismo”, o político José Bonifácio de Andrade explicita que, (...) *todo mundo pensa que o sujeito vai para o “curral eleitoral” à força. Não, ele vai porque quer, (...) O coronel apenas mudou de título. Hoje ele é médico, advogado, industrial, comerciante, ou até mesmo fazendeiro, mas continua sendo coronel*²¹⁴. Esse depoimento do político em questão foi dado em meados de 1980, e ainda se falava dos coronéis, ou melhor, desde que se estabeleceram na Primeira República nunca foram deixados de lado, talvez pela sua plasticidade e condição de se adaptar ao meio e garantir sua sobrevivência.

Segundo palavras de Andrade, a atualidade estava em algumas características que ainda se mantinham, e ainda se mantém, sobre o poder local, como o controle do voto, a coerção moral, o domínio econômico, a apropriação da coisa pública, etc. Desse modo, a relação entre esses aspectos que ainda perduram na nossa república e na nossa sociedade de uma forma geral, faz com que possamos apontar, mesmo estando no

²¹³ Para a década de 1930 esse é um número expressivo de habitantes para uma cidade interiorana. Cf. PEIXOTO, Juscélia Abadia; VIEIRA, Aparecida da Glória Campos. *Araguari e sua história*. Goiânia: Kelps, 2013.

²¹⁴ José Bonifácio de Andrade, em entrevista intitulada *Bonifácio e a defesa do “coronel”* ao jornal Estado de São Paulo, 16/03/1980.

século XXI, personagens atuais como sendo coronéis do nosso tempo, gerando expressões como *coronelismo televisivo*, ou *coronelismo eletrônico*²¹⁵. Demonstrando os resquícios do coronelismo que ainda transparecem na contemporaneidade.

Sobre a passagem da *nobreza rural para a burguesia intelectual*, como bem disse Leal, ou como ironizou Oliveira Viana, das *oligarquias brancas* para uma *oligarquia esclarecida*, em Araguari houve nitidamente a conjunção de vários fatores para que a mesma fosse efetivada com sucesso. J. Jeovah Santos obteve, naquele momento, todos os elementos necessários para dar continuidade ao projeto político do pai, dentro daquele período de transição pelo qual passava o país. Por essa perspectiva, Jeovah Santos herdou o que Bourdieu denominou de *capital político e financeiro*²¹⁶, embora, transcorridos alguns anos, ele tenha passado a acumular um capital político próprio, fazendo parte do conselho consultivo municipal e sendo dirigente partidário; e um capital financeiro também, sendo médico e proprietário da Casa de Saúde São Sebastião.

José J. Santos possuía, também, para além das heranças rurais, um capital econômico advindo da sua profissão como médico e proprietário da Casa de Saúde São Sebastião; e, conjuntamente, a essas duas formas de capital, ele possuía uma exposição constante na imprensa dominante, caracterizando um *poder simbólico*²¹⁷, que lhe dava uma sustentação maior às outras formas de capital.

²¹⁵ Em matéria veiculada na Revista Fórum, a discussão é sobre políticos que possuem emissoras de rádio e TV, o que constitucionalmente é proibido. Cf. Coronelismo eletrônico: partidos contra a regulação da mídia são os campeões de concessão em rádio e TV. *Revista Fórum*. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/digital/179/coronelismo-eletronico-partidos-contra-regulacao-da-midia-sao-os-campeoes-de-concessao-em-radio-e-tv/>> Acesso em: 10/10/2015. Em artigo na Carta Capital, do Blog Intervozes, há um trocadilho com um dos títulos clássicos do coronelismo, o artigo foi intitulado “Coronelismo, antena e voto: a apropriação política das emissoras de rádio e TV”, o teor do artigo é o mesmo do citado anteriormente. Cf. Coronelismo, antena e voto: a apropriação política das emissoras de rádio e TV. *Revista Carta Capital*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/coronelismo-antena-e-voto-a-apropriacao-politica-das-emissoras-de-radio-e-tv-5044.htm>> Acesso em: 10/10/2015.

²¹⁶ Na definição de Bourdieu, “o capital político é uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem”. BOURDIEU, Pierre. *Poder Simbólico*. 11ªed. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.187-188. Sobre o capital financeiro Bourdieu aponta que: “é o domínio direto ou indireto (por intermédio do acesso aos bancos) de recursos financeiros que são a condição principal (com o tempo) da acumulação e da conservação de todas as outras espécies de capital”. BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. In: *Política e Sociedade*. Florianópolis: UFSC, 2005, v.4, nº6, p.25.

²¹⁷ O conceito de *poder simbólico* em Bourdieu é o seguinte: “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o

Sobre a mudança de perfil do mandatário, do tradicional coronel ligado ao meio rural e cercado de sua parentela, para o coronel com raízes mais urbanas, Janotti aponta que:

Os profissionais liberais, em geral, faziam parte da parentela ou da clientela do coronel. Falando com desenvoltura, conhecendo os trâmites legais, quase sempre bem informados, traziam eles o coronel para o presente e dele necessitavam, pois os votos lhes advinham dos compromissos passados. Exerciam, pois, sua autoridade, **escorados pelos antigos donos da situação** e só se rebelavam quando velhos compromissos, entravando acordos políticos, afetavam novos interesses econômicos. Quando aparecia, um político que nela não possuía raízes familiares, para obter êxito e prestígio **tinha que granjear para suas fileiras o grupo de oposição** e representar os interesses de novos grupos econômicos²¹⁸.

No trecho em destaque apresentam-se duas questões que são bastante pertinentes para analisar a realidade de Araguari: a primeira é a de que Jeovah Santos representou a nova situação a qual a autora aponta a partir das mudanças do momento: o médico, herdando a cátedra do pai político. Já a segunda, na parte final em destaque, Janotti direciona a análise para a possibilidade de um “forasteiro político” tentar entrar no jogo de poder, tendo que se adaptar ao grupo dominante anterior. No caso araguarino, Mario da S. Pereira era esse elemento novo na política, porém, já possuía algumas formas de *capital*²¹⁹, segundo o pensamento de Bourdieu. Entretanto, a tentativa de aproximação e aglutinação do grupo dominante à sua proposta política não foi efetivada, gerando assim, uma divisão política local em dois grupos antagônicos na disputa pelo poder, o grupo do “tradicional” coronel Marciano Santos, o qual denominamos de “clã Santos”, e o grupo com uma essência urbana, classe média, o qual denominamos de “memorialistas”.

poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutinary force” mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença”. BORDIEU, Pierre. *Poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. 11ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.14-15.

²¹⁸ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O coronelismo ainda é uma questão historiográfica?. In: *Anais do XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Belo Horizonte, jun. 2007, p.508.

²¹⁹ Mario da Silva Pereira havia sido diretor do primeiro grupo escolar em Araguari, era advogado, e, provavelmente, possuía um prestígio social junto à população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações *políticas* foram tomando o lugar das Igrejas como lugares de práticas crentes, mas assim, parece que passaram a ser habitadas pela volta de uma antiqüíssima (pré-cristã) e muito “pagã” aliança entre o poder e o religioso.

Michel de Certeau

Quando se trata de estudar algum objeto no campo do político corre-se o risco de se envolver demasiadamente com o mesmo e perder a objetividade necessária a um estudo como esse. Essa observação é reflexo de uma nova concepção do que é a política nos últimos 50 anos, uma concepção carregada de sentimentos e subjetividades, o que torna aparentemente a tarefa de historiador do campo político um paradoxo. Dessa forma, quando nos propusemos a analisar algumas concepções e práticas do coronelismo, desenvolvidas no município de Araguari-MG, na primeira metade do século XX, o fizemos na verdade à luz das definições de política que foram desenvolvidas ao final do século XX e início do século XXI. Evidentemente, o que era entendido como o fazer da política no período retratado pela pesquisa, não pode ser o mesmo do que é entendido na atualidade. Portanto, utilizar as ferramentas teóricas atuais nos permite pontuar inferências e indagações que não seriam possíveis há 70 anos. Até porque, o espaçamento temporal no campo da historiografia gera a possibilidade de uma análise mais ampla e fecunda para a História, porém, não significa necessariamente melhor se considerarmos a operação historiográfica como “representação do passado”. Como alerta Paul Ricoeur,

à primeira vista, a representação do passado como reino dos mortos parece condenar a história a só oferecer à leitura um teatro de sombras, agitadas por sobreviventes em sursis da condenação à morte. Resta uma saída: considerar a operação historiográfica como o equivalente escriturário do rito social do sepultamento, da sepultura.²²⁰

De outra forma, o coronelismo na perspectiva do *modus operandi* da política, na primeira metade do século passado, suscitou um outro debate que procuramos levantar ao longo da pesquisa: o quanto do sistema, que se denominou de coronelismo, foi uma estrutura montada para se fazer política, e o quanto dessa estrutura foi reflexo das disposições dos sujeitos no campo social. Essa dialética foi uma das tônicas que conduziram boa parte dos nossos questionamentos e das possíveis respostas que foram dadas a eles.

Um dos suportes teóricos utilizados por nós, desenvolvido inicialmente por outras ciências, foi o da cultura política. Como já foram apontados no Capítulo I os motivos que nos levaram a utilizar o conceito em questão, nesse momento final, cabe, portanto, explicitar os resultados de seu emprego. De maneira geral, a cultura política

²²⁰ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p.376-377.

nos permitiu entender o coronelismo de uma forma diferente do que tínhamos inicialmente, que seria o de compreendê-lo como uma estrutura política estática, controlada por sujeitos economicamente dominantes. Por isso, a partir da superação desse entendimento inicial, aquela estrutura antes pensada estática passou a ser um objeto com mais mobilidade do que esperávamos. E foi nessa perspectiva que passamos a entender que o coronelismo fazia parte de uma “cultura política” ampla, que gerou reflexos sociais e individuais mais complexos do que até então acreditávamos, o de ser uma estrutura estática e não dinâmica. Para referendar um pouco essa linha de pensamento recorremos a Berstein, pois, para ele:

A cultura política assim elaborada e difundida, à escala das gerações, não é de forma alguma um fenômeno imóvel. É um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento, os da evolução da conjuntura que inflecte as ideias e os temas, não podendo nenhuma cultura política sobreviver a prazo a uma contradição demasiado forte com as realidades²²¹.

Na esteira do que apontou Serge Berstein na última frase da citação acima, o fim do coronelismo como sistema político, e não como cultura política, foi aparente a partir das fortes contradições com a realidade brasileira, talvez por isso alguns pensadores se utilizem de uma datação fixa para o seu início e o seu fim. Ocorre que, quando compreendemos essa estrutura como algo mais amplo, essa datação não se configura. Há, inegavelmente, como apontou Queiroz²²², Leal²²³, Albuquerque e Vilaça²²⁴, entre

²²¹ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.356.

²²² Para Queiroz os principais fatores que levaram à ruína a estrutura coronelística foram: a urbanização e o crescimento demográfico. Nas suas palavras, “a cidade populosa, internamente muito diferenciada, vai escapando ao poder dos coronéis, tipo muito rudimentar de autoridade para servir a um conjunto complexo. Cf. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. t. III, v. 8, p. 202.

²²³ Em Leal, além de seguir a linha de Queiroz, de que a urbanização contribuiu para solapar o coronelismo, o autor acrescenta que a “decomposição do coronelismo só será completa, quando se tiver operado uma alteração fundamental em nossa estrutura agrária”. Como isso ainda não se configurou no cenário brasileiro, é possível entender, a partir de sua observação, como somos ainda “ligados” a esse fenômeno político. Cf. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.285.

²²⁴ Não muito distantes de Queiroz e Leal, Albuquerque e Vilaça chamaram a atenção para as contribuições da classe burguesa e para o “desenvolvimento do voto” como fatores importantes para a decadência do coronel. Para os autores, “o voto mercadoria operou o declínio político do coronel. Valendo um preço, ele se impessoalizou; passou a ser trocado pelo maior valor. E onde foram surgindo uma burguesia comercial ou uma industrial que se opunham às formas de domínio tradicional – ou onde

outros, a falência do sistema coronelista como prática e política de Estado, entretanto, não podemos tratar desse assunto como letra morta da nossa política contemporânea, neste aspecto, infelizmente, ainda encontramos, no cotidiano brasileiro, fortes indícios de que a cultura política coronelística se perpetuou no tempo e no espaço.

apareceu, a disputar o voto, o “capitalista”, candidato das capitais ou das usinas de açúcar – começou a fraturar-se a unicidade do sistema político que o coronel antes presidira soberana e indisputadamente”. Cf. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti; VILAÇA, Marcos Vinícios. *Coronel, coronéis: o apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.64.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti; VILAÇA, Marcos Vinícios. *Coronel, coronéis: o apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

AMORIM, Maria Salete Souza de. Cultura política e estudos de poder local. In: *Revista Debates*. Porto Alegre: v.1, nº1, jul.-dez. 2007.

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática. Reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*. vol.15 nº4. São Paulo: Oct./Dec. 2001.

BECKER, Jean-Noel. A Opinião Pública. In: *Por Uma História Política* (Org: René Rémond). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) et al. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BORGES, Vavy Pacheco. História política: totalidade e imaginário. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996. v.9, nº17, p.151-160.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Poder Simbólico*. 11ªed. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas/SP: Papius, 1996.

CAMPOS, Francisco. *O Estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSCHNIR, Karina. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: vol.13, 1999.

CARONE, Edgard. *Coronelismo*. Definição Histórica e Bibliografia. Revista de Administração de Empresas, vol. 11, nº 3, (1971), pp. 85-89.

CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976. Coleção Corpo e Alma do Brasil. Dir. Fernando Henrique Cardoso.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil*.

CARVALHO, José Murilo de. *Coronelismo*. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983. Rio de Janeiro, Cpdoc/Fundação Getúlio Vargas, Forense Universitária, (1980a), pp. 932-934.

CARVALHO, José Murilo de. *Em Louvor de Victor Nunes Leal*. Dados, vol. 23, nº 1, (1980c), pp. 5-9.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual*. In: Pontos e Bordados: escritos de história e política, Belo Horizonte: UFMG, 1999.

CASTRO, Maria Helena de Magalhães; GOMES, Ângela de Castro; COELHO, Rodrigo Bellingrodt Marques; et al. *Regionalismo e centralização política. Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CÉSAR, Edmar. *Afif Rade. Um marco na imprensa de Araguari*. Goiânia: Kelps, 2005.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do R. da Cunha. *Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa*. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

ELMIR, Cláudio Pereira. Cartas ao coronel: a construção da dependência e sua legitimação pelos subalternos. *Revista Territórios e Fronteiras*. v.2 nº2 – Jul/Dez. 2009.

ENGELS, F., MARX, K. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. Trad: José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1999, 11ª ed.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2012.

FARIAS, Francisco Pereira de. *Clientelismo e Democracia Capitalista: Elementos para uma abordagem alternativa*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, N.º15/novembro 2000.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, Lda. 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1992, vol.5, nº10

FIGUEIREDO, Vitor F.; SILVA, Camila G. Família, Latifúndio e Poder: as bases do coronelismo no Norte de Minas Gerais durante a Primeira República (1889-1930). *Diálogos* (Maringá, online), V.6, N.º3, p.1051-1084, set/dez. 2012.

FILHO, Geraldo Inácio. Representações nacionalistas na escola pública em araguari, minas gerais (1928 –1945). *Cadernos de História da Educação* – v. 13, n. 1 – jan./jun. 2014.

FIGUEREDO FILHO, Valdemar. *Coronelismo eletrônico evangélico*. 1ª ed. São Paulo: Publit, 2010.

GALVÃO, André L. M. O coronelismo como referência identitária: um estudo sobre as narrativas de Wilson Lins. In: *III Encontro de estudos em cultura*. Universidade Federal do Recôncavo Baiano: 2012.

GOMES, Ângela de Castro. Política: História, Ciência, Cultura etc. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996. v.9, nº17, p.59-84.

GOMES, Ângela de Castro. Introdução. In: CASTRO, Maria Helena de Magalhães; GOMES, Ângela de Castro; COELHO, Rodrigo Bellingrodt Marques; et al. *Regionalismo e centralização política. Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O coronelismo ainda é uma questão historiográfica?* Anais do XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH. Belo Horizonte, junho de 2007.

JARA, Carlos Júlio. Construindo o poder local. *Caderno CRH*. Salvador, n.26/27, jan./dez. 1997.

JEANNENEY, Jean-Noel. A mídia. In: RÉMOND, Réne (org). *Por uma história política*. 2ª ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História – novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988

LAFER, Celso. O significado de república. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1989, vol. 2, nº4.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA, Venício A. de. O coronelismo eletrônico evangélico. *Observatório da Imprensa*. 26 ago. 2008, ed. 500.

MACIEL, Laura Antunes. *O popular na imprensa: linguagens e memórias*. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. Cultura Política: História e possibilidades de um conceito. In: *Caderno de resumos e anais do 2º Seminário de História e Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

PEIXOTO, Juscélia Abadia; VIEIRA, Aparecida da Glória Campos. *Araguari e sua história*. Goiânia: Kelps, 2013.

PROST, Antoine. As palavras. In: *Por Uma História Política* (Org: Renè Rémond). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. t. III, v. 8, p. 172-212.

RÉMOND, Rene. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RODRIGUES, Fernando da R. *História política de Goiás – Pedro Ludovico Teixeira, o democrata modernizador ou o coronel da modernidade?*. Disponível em <http://www.slmb.ueg.br/paidos/artigos/1_historia_politica_de_goias.pdf> Acessado em: 10/05/2015

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº25, ano 9, junho de 1994, p.26-37.

SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842). In: *História e Imprensa. Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DPeA, 2006, p.37-59.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Boudieu: a teoria na prática. In: *RAP*. Rio de Janeiro: 40 (1), 27-55, jan.-fev. 2006.

VARES, Sidnei F de. A dominação na República Velha: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da Revolução de 30. *História: Debates e Tendências*. v.11, nº1, jan/jun. 2011, p.121-139.

VIANNA, Oliveira. *História social da economia capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Itatiaia/UFF, 1987.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *O Idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro, Edição Terra de Sol: 1927.

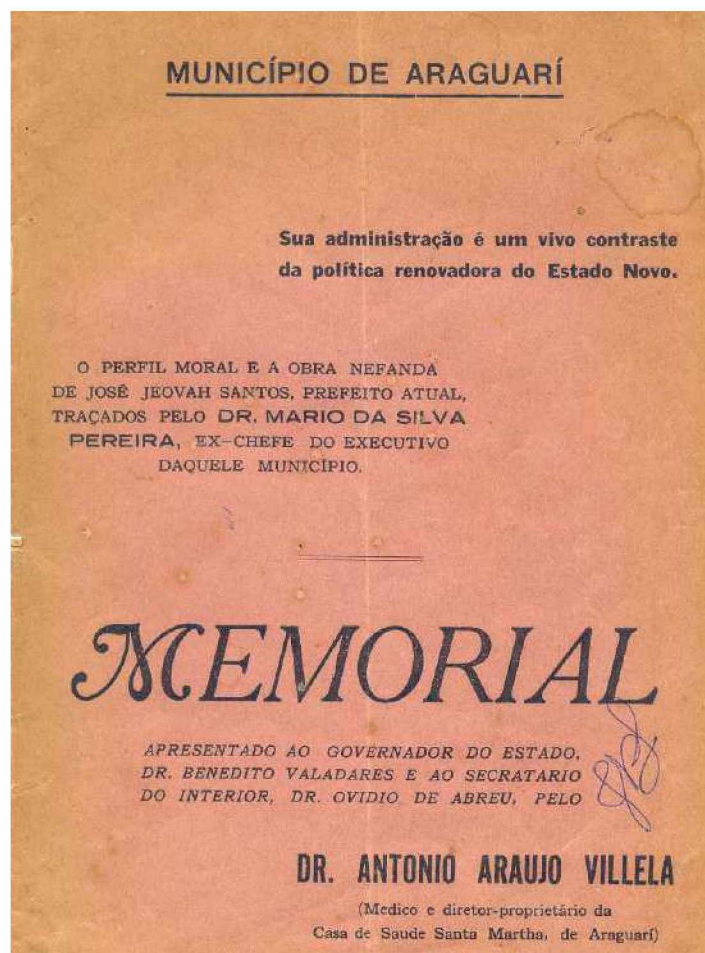
VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005, v.27.

VILLELA, Antônio Araújo. *Memorial*. Belo Horizonte: 12 de junho de 1941.

ANEXOS:

Anexo 1



Capa do documento intitulado *Memorial*. Arquivo Público Municipal Dr. Calil Porto.